

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

BARBARA ANTUNES DA SILVA

**DESCONSTRUINDO AMÉLIAS: RELAÇÕES ENTRE A DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS
MULHERES**

CURITIBA

2023

BARBARA ANTUNES DA SILVA

**DESCONSTRUINDO AMÉLIAS: RELAÇÕES ENTRE A DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS
MULHERES**

**Deconstructing Amélias: relations between the sexual division of labor and
domestic and intrafamily violence against women**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Tecnologia e
Sociedade do Programa de Mestrado em Tecnologia e
Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR).

Orientadora: Lindamir Salete Casagrande.

CURITIBA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba**



BARBARA ANTUNES DA SILVA

DESCONSTRUINDO AMÉLIAS: RELAÇÕES ENTRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 06 de Novembro de 2023

Dra. Lindamir Salete Casagrande, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Joyce Luciane Correia Muzi, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (Ifpr)

Dra. Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Silvana Maria Escorsim, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 06/11/2023.

À **Kelly Mesquita Ribas** (in memoriam), por ter sido amiga-família, pela luz transbordada neste plano, por continuar sendo cotidianamente **inspiração** de mulher, de autenticidade, de servidora pública, de mãe, de protetora dos animais e de amizade. Por ter sido (e será eternamente) um “**presentinho do universo**” em minha vida, regado a café e afeto.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que percorri do início a finalização no Mestrado no PPGTE-UTFPR foram muito difíceis. Lidando com a pandemia, o ex-presidente genocida, o adoecimento mental, com mudar duas vezes de trabalho e de cidade, o que incluiu a alteração do projeto de pesquisa, vivências de racismo experienciadas de formas nunca sentidas e a perda de uma grande amiga, cada dia iniciado em todo o processo foi uma vitória.

Em absolutamente nenhum momento eu estive sozinha e consegui chegar até aqui porque as motivações, ajudas, ombros amigos, ouvidos disponíveis, acolhimentos, rezas, macumbas, compreensões e mãos dadas mesmo que à distância foram muitas.

Agradeço à benção e proteção dos Orixás. Ao meu orientador espiritual Érick e à Mãe Tuty de Oyá por todos os esforços para que os caminhos fossem abertos e as dificuldades superadas.

A minha orientadora Profa. Dra. Lindamir Salete Casagrande, pelas trocas, aprendizados proporcionados, por me apresentar pessoas incríveis através do Conversando Sobre, pela compreensão com os meus momentos de vida e por acreditar na minha potência, principalmente quando eu não conseguia.

Às professoras Joyce, Nanci e Silvana, pelas ricas contribuições não só na qualificação, mas em todas as oportunidades de convivência.

Agradeço às e aos docentes, assim como às e aos servidores técnicos, equipe terceirizada e estudantes que fazem o PPGTE-UTFPR acontecer há 28 anos, e que contribuíram para o programa ter recebido, por parte do Comitê de Avaliação da CAPES, conceito cinco em 2022.

Às professoras e estudantes que compõem o GETEC e o Grupo de Estudos da Branquitude, espaços de aprendizado e acolhimento.

Às e aos amigos e colegas de PPGTE Michel, Tânia, Andressa, Aline, Dara, Suzy, Maíra, Vicente e Otávio que tantas vezes me ensinaram, me socorreram acadêmica e emocionalmente, e me ajudaram a realizar as entregas do programa.

Ao IFPR Campus Avançado Barracão que viabilizou a aplicação da pesquisa, às e aos estudantes que participaram dela, a Carla, Antônio e Milena pela parceria neste processo.

À Sandra, André, Jonatan, Cícera, Mário, Bruna, Artur, Laysa, Andressa e Antônio pela amizade, apoio e acolhimento que eu e minha família recebemos em Barracão-PR. Jony, valeu também pelas infinitas discussões filosóficas e acadêmicas. Discutir minhas ideias com você foi fundamental para eu seguir acreditando nesta dissertação.

Ao Carlos, Isa, Manu, Reitchou, Tusy, Monike, Thaís, Ana, Carla Straub, Nê e Gi pela amizade que incentiva, torce, acolhe o desespero, está juntas para o que der e vier, ultrapassa o tempo e a distância.

À minha psicóloga Bárbara dos Anjos pelo profissionalismo, carinho e todo auxílio nesta caminhada que foi cheia “eita” atrás de “vixe”, e pelo ensinamento de que a subida e descida da linha da batida do coração significa que há vida.

Às e aos companheiros de trabalho tanto da UFPR Litoral, quanto do IFPR e MPI, lugares que trabalhei nestes quase 3 anos de mestrado, que foram compreensivas/os e me possibilitaram desenvolver os estudos mesmo seguindo desenvolvendo as atividades do trabalho técnico.

À minha mãe Nilma e ao meu “papito” Carlos Sixto pelo amor incondicional e por serem porto seguro onde quer que eu esteja.

À minha irmã Aline, prima Gabi e sogra Vilma por serem família e compreenderem as ausências.

Aos meus amores, minhas bases, Samuel, companheiro no amor, nos sonhos e na divisão das existências diárias, e Dara, que mais do que a “doguinha” mais linda do mundo, é apoio emocional e tratamento, é família.

Enfim, a todas, todos e todes que por algum motivo contribuíram para a realização desta fase da minha vida.

O modo paternalista mais sutil é exatamente aquele que atribui o caráter “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (GONZALEZ, 2020)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres no contexto das relações familiares das e dos estudantes formandos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Campus Avançado Barracão. Com base no materialismo histórico-dialético, pela perspectiva da totalidade e utilizando a interseccionalidade como instrumento epistêmico e político de análise, este estudo examina conexões entre a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra Mulheres e a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres devido à obrigação do trabalho de reprodução e doméstico, evidenciando o uso do tempo relacionado aos artefatos tecnológicos para a realização desses trabalhos, e o aumento da tensão nos lares diante dessa sobrecarga e cobrança sobre as mulheres. Esta pesquisa, que contou com a participação de 36 estudantes do universo de discentes com matrícula ativa no segundo semestre de 2022 e no último ano dos cursos integrados ao Ensino Médio Técnico em Administração (4º ano) e Técnico em Informática (3º ano), possui natureza qualitativa e inclui a coleta de dados quantitativos e qualitativos no campo, a qual foi realizada em dois momentos distintos: por meio de um questionário virtual e da condução de grupos focais. Os resultados demonstraram a presença de violência contra as mulheres nos núcleos familiares das e dos estudantes pesquisados, e os relatos evidenciaram que há relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres. A pesquisa revelou também que há tempos o estereótipo de "Amélia" vem sendo desconstruído, ressaltando a resistência histórica das mulheres e a necessidade contínua de lutar por configurações sociais mais justas. O cerne deste trabalho está no enfrentamento de condições específicas impostas às mulheres pela sociedade capitalista, racista e cisheteropatriarcal, as quais atuam como obstáculos à emancipação não apenas das mulheres, mas de toda a humanidade.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Divisão sexual do trabalho; Trabalho de reprodução; Trabalho doméstico.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the relationships between the Sexual Division of Labor and Domestic and Intrafamily Violence Against Women within the context of the family relationships among graduating students at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Campus Avançado Barracão. Based on historical-dialectical materialism, from a perspective of totality, and using intersectionality as an epistemic and political instrument of analysis, this study examines connections between Domestic and Intrafamily Violence Against Women and the overload of work for women due to the obligation of reproductive labour and domestic work, highlighting the use of time related to technological artifacts to carry out these works, and the increase in tension in homes due to this overload and demand on women. This research, which involved the participation of 52 students from the universe of active enrollees in the second semester of 2022 and in the final year of the integrated Technical High School courses in Administration (4th year) and Computer Science (3rd year), is of a qualitative nature and includes both quantitative and qualitative data collection in the field, conducted at two distinct points in time: through a virtual questionnaire and the facilitation of focus groups. The results demonstrated the presence of violence against women in the family units of the surveyed students, and the reports highlighted connections between the Sexual Division of Labor and Domestic and Intrafamily Violence Against Women. The research also revealed that the stereotype of the "Amélia" has been deconstructed over time, emphasizing the historical resistance of women and the ongoing need to fight for more equitable social configurations. The core of this work lies in confronting the specific conditions imposed on women by a capitalist, racist, and cis-heteropatriarchal society, which act as obstacles not only to the emancipation of women but to all of humanity.

Keywords: Violence against women; Sexual division of labor; Reproductive labour; Domestic work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Propaganda Dia das Mães | 39 |
| Figura 2 - Barracão no Brasil e Paraná | 42 |
| Figura 3 - Cidades Gêmeas | 43 |
| Figura 4 - Fronteira Brasil e Argentina | 44 |
| Gráfico 1 - Conhecimento sobre violência contra as mulheres | 59 |
| Gráfico 2 - Violência no convívio diário sofrida por estudantes | 60 |
| Gráfico 3 - Agressão verbal (gritos/ofensas) com outras pessoas da casa (por sexo) | 62 |
| Gráfico 4 - Outros tipos de agressões com outras pessoas da casa (por sexo) | 63 |
| Gráfico 5 - De quem partem as agressões | 63 |
| Gráfico 6 - Relação da/o estudante com quem pratica a agressão | 65 |
| Gráfico 7 - Agressões por parte da/o estudante..... | 66 |
| Quadro 1 - Quantidade de trabalhos publicados por combinação de palavras chaves | 15 |
| Quadro 2 - Estudantes participantes que recebiam o PACE..... | 74 |
| Tabela 1 – Estudantes por curso/sexo..... | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BO | Boletim de Ocorrência |
| CEP | Comitês de Ética em Pesquisa |
| DST | Divisão Sexual do Trabalho |
| FBSP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública |
| GF | Grupo Focal |
| GTI | Grupo de Trabalho Interministerial |
| IFPR | Instituto Federal do Paraná |
| LGBTI+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome |
| MPI | Ministério dos Povos Indígenas |
| ONG | Organização Não Governamental |
| UTFPR | Universidade Tecnológica Federal do Paraná |
| VDICM | Violência Doméstica E Intrafamiliar Contra As Mulheres |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | FACES DA MESMA MOEDA: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES..... | 19 |
| 2.1 | Não é amor, é cilada... e trabalho!..... | 23 |
| 2.2 | É trabalho... e também violência: concepções sobre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres | 30 |
| 2.3 | A quem interessa Amélias? Uso do tempo, artefatos tecnológicos e o mito da liberação da mulher do trabalho de reprodução | 35 |
| 3 | VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR NA TRI-FRONTEIRA..... | 42 |
| 3.1 | A cidade de Barracão e o IFPR Campus Avançado Barracão | 42 |
| 3.2 | Barracão e a violência contra as mulheres | 45 |
| 4 | A PESQUISA DE CAMPO..... | 48 |
| 4.1 | Metodologia..... | 48 |
| 4.2 | Desenvolvimento e aplicação da pesquisa de campo | 52 |
| 5 | O NOVO SEMPRE VEM: DO VIL IDEAL ÀS NOVAS CONSCIÊNCIAS E JUVENTUDES | 58 |
| 5.1 | A Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres e as/os estudantes do IFPR Campus Avançado Barracão: primeiras noções | 58 |
| 5.2 | Cheiro da nova estação: percepções das/os estudantes sobre o trabalho de reprodução, a divisão sexual do trabalho e violências contra as mulheres.... | 72 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS: SOBRE AMÉLIAS, BIAS, CAIOS E O ALÉM DE NOSSOS PAIS..... | 108 |
| | APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA..... | 121 |
| | APÊNDICE B - ROTEIRO GRUPO FOCAL..... | 127 |
| | ANEXO A - TROCA DE AULAS | 130 |

1 INTRODUÇÃO

A construção Ocidental¹ das relações sociais de gênero imputa às mulheres a condição de alvo de violências sofridas todos os dias, em diversos espaços. O pavor historicamente vivenciado por mulheres independe da condição de classe, de raça, de etnia, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero, de ter deficiência(s) e de outras avenidas identitárias que constroem os lugares sociais. No entanto, a intersecção dessas identidades impacta na forma como as mulheres foram e são violadas.

Estamos vivendo uma epidemia de violência contra as mulheres no Brasil. Dados da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Datafolha Instituto de Pesquisa em janeiro de 2023, apontam que 28,9% das mulheres com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência ou agressão nos 12 meses que antecederam a pesquisa, e que 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais experimentaram, ao longo da vida, alguma forma de violência física e/ou sexual por parte de companheiro, cônjuge, namorado ou ex-companheiro/ex-cônjuge/ex-namorado (FBSP; DATAFOLHA, 2023).

Diante deste cenário assustador, sabendo que a violência atinge todas as mulheres ainda que de formas diferentes e que há inúmeras ações de enfrentamento que foram e são desenvolvidas, com grandes marcos como a lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006), e campanhas de conscientização promovidas não só pelo Governo (FORNARI et al., 2021) como também por Organizações Não Governamentais (ONG) e empresas privadas (principalmente no mês de março), nos inquietamos com o contínuo aumento dos dados estatísticos da violência contra as mulheres (FBSP; DATAFOLHA, 2023).

Destacando a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres e pensando em alternativas de enfrentamento, refletimos sobre qual/quais seriam o/os alicerce/s dessa problemática para que se desenvolvam estratégias que promovam transformações estruturais.

¹ Neste trabalho problematizamos as relações sociais de gênero fundamentadas na “bio-lógica”, onde a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social, um marco no pensamento ocidental. No entanto, ainda que sejam hegemônicas, essas relações não são universais. Como aponta a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021, p. 16) “[...] antes da instalação de noções ocidentais na cultura iorubá, o corpo não era a base de papéis sociais, inclusões ou exclusões; não foi o fundamento do pensamento e da identidade sociais.”

Entender as raízes da opressão violenta sobre as mulheres impulsiona esta pesquisadora desde o início da graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. A motivação acontece não apenas pela condição de ser mulher, pelas vivências de episódios de violências e privação de direitos, mas também pela constatação de que **todas as mulheres** que encontramos em nossos caminhos viveram e/ou vivem violências cotidianamente, de formas variadas a depender da raça/etnia, classe, idade, orientação sexual (se são lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais), presença ou ausência de deficiências, da profissão e de tantos outros marcadores que por diversas vezes são utilizados para “justificar” as violações.

No início da formação esta pesquisadora acreditava que a independência financeira era o suficiente para que as mulheres não fossem violadas, o que foi revisto após anos de pesquisa e maturidade acadêmica, de maneira que sabemos que nenhuma mulher está imune às violências praticadas contra as mulheres e, como ensinado por Nilma Maria Domingues, mãe da pesquisadora, mulher resiliente, inspiradora e mais uma sobrevivente: é preciso entender para compreender.

Nesta busca, partindo do pressuposto que a violência contra as mulheres é um instrumento de opressão utilizado no âmbito público e privado para manter mulheres subjugadas ao sistema capitalista-racista-cisheteropatriarcal, entendendo que toda opressão beneficia quem oprime, mantendo quem está no poder neste espaço e recebendo seus privilégios, esta dissertação pretende discutir relações entre a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres (VDICM) e a Divisão Sexual do Trabalho (DST).

Para entender essa conexão para além da realidade aparente, observando o cotidiano do trabalho enquanto Assistente Social do IFPR, Campus Avançado Barracão, considerando o público de estudantes adolescentes que são atendidas e atendidos, temos como pergunta central desta dissertação: há relações estabelecidas entre a VDICM e a DST nas construções das relações familiares das e dos estudantes formandos do IFPR Campus Avançado Barracão?

Assim, **o objetivo geral desta pesquisa é analisar relações entre a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres e a Divisão Sexual do Trabalho nas construções das relações familiares das e dos estudantes formandos do IFPR Campus Avançado Barracão.** Não pretendemos, neste trabalho, listar as relações, mas sim demonstrar que a VDICM e a DST estão relacionadas em sua gênese.

A partir da pergunta central questões secundárias surgiram, as quais: como se dá a incidência e a tipologia da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres nos núcleos familiares das e dos estudantes do IFPR - Campus Avançado Barracão? Como é distribuído, ensinado e desenvolvido o trabalho doméstico e de reprodução nesses lares? Como é percebida a utilização de artefatos tecnológicos nos trabalhos domésticos e de reprodução no que tange ao uso do tempo de quem desenvolve essas atividades? As obrigações do trabalho doméstico e de reprodução impostas às mulheres pela Divisão Sexual do Trabalho influenciam na incidência da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres? Se sim, de que maneira?

Deste modo, os objetivos secundários que compõem esta dissertação são: (1) Identificar a presença e a tipologia da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres nos núcleos familiares das e dos estudantes formandos; (2) Analisar as condições do trabalho doméstico e de reprodução desenvolvidos nos lares das e dos participantes, observando as tensões familiares em virtude da Divisão Sexual do Trabalho nesses espaços, imbricada ao uso dos artefatos tecnológicos e as relações com a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres; e (3) Discutir a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres como um dos instrumentos utilizados socialmente para manter a Divisão Sexual do Trabalho.

Para alcançarmos o objetivo geral desenvolvendo os objetivos secundários, realizamos esta pesquisa que é explicativa de natureza qualitativa, trazendo como base teórica a preferência por uma epistemologia feminista, materialista e antirracista. A pesquisa de campo foi realizada no IFPR Campus Avançado Barracão com estudantes com matrícula ativa e no último ano em 2022 dos cursos integrados ao Ensino Médio Técnico em Administração (4º ano) e Técnico em Informática (3º ano). Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados, um questionário, cujos resultados foram analisados estatisticamente, e a realização de Grupos Focais, que foram transcritos e analisados com base no método da Análise de Conteúdo.

Motivamos a realização desta pesquisa diante da constatação de que há diversidade de trabalhos que abordam a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres, assim como a Divisão Sexual do Trabalho, no entanto, há uma escassez de pesquisas que relacione as duas categorias, como averiguamos no levantamento de artigos específicos a respeito do tema realizado em 2022.

Nesse levantamento, delimitamos as plataformas Periódicos CAPES e Scielo para a pesquisa dos artigos, e o período de 2010 a 2021, já que uma das análises de

relações entre a DST e a VDICM que se trará neste trabalho considerará o uso de artefatos tecnológicos e o tempo dedicado ao trabalho doméstico, e houve um incentivo comercial ao consumo da linha branca de eletrodoméstico do início da década de 2010 (GODOY, 2009).

Realizando a “busca avançada” com combinações de palavras chaves nas plataformas citadas encontramos trabalhos que podem contribuir para a construção das análises pretendidas, mas nenhum específico sobre relações da Divisão Sexual do Trabalho e Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres. O quantitativo de trabalhos encontrados está listado no QUADRO 1:

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos publicados por combinação de palavras chaves

| Combinação de palavras chaves | Quantidade de trabalhos encontrados | |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------|--------|
| | Plataforma Capes | SciELO |
| divisão sexual do trabalho e/and violência contra a mulher | 0 | 0 |
| divisão sexual do trabalho e/and trabalho doméstico | 7 | 7 |
| divisão sexual do trabalho e/and artefatos tecnológicos | 0 | 0 |
| violência contra a mulher e/and trabalho doméstico | 0 | 1 |
| violência contra a mulher e/and artefatos tecnológicos | 0 | 0 |
| trabalho doméstico e/and artefatos tecnológicos | 1 | 0 |

Nota: a pesquisa na Plataforma CAPES foi realizada configurando os dois campos de buscas como “no assunto” “é (exato)” para ambas as palavras chaves, no período de 01/01/2010 a 22/07/2022. Na plataforma SciELO a busca foi configurada para “todos os índices”, mesmo período. Os trabalhos que apareceram na pesquisa da CAPES e SciELO foram considerados apenas uma vez.

Fonte: Autoria própria (2022)

As pesquisas também trouxeram dois livros e um relatório que relacionam os temas e foram incluídos nas referências deste trabalho, sendo os livros o *Uso do tempo e gênero* das organizadoras Natália Fontoura e Clara Araújo (2016) e o *Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual do trabalho* das organizadoras Nanci Stancki da Luz e Lindamir Salete Casagrande (2016), e o relatório *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* da SOF Sempre Viva Organização Feminista (2020).

Defendemos que entender relações da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres e a Divisão Sexual do Trabalho é fundamental para romper com a ideia dominante de que para eliminar a VDICM e demais desigualdades produzidas pelo cisheteropatriarcado - sistema político modelador da cultura e dominação masculina, reforçado pelos papéis de gênero baseado em identidades binárias, pela

noção de homem e mulher biológicos, assim como pela imposição da heterossexualidade (AKOTIRENE, 2019) - basta que as mulheres sejam respeitadas enquanto seres humanos, como se uma mudança cultural resolvesse a questão, como se fosse preciso apenas homens moralmente melhores, “um novo homem” (CISNE, 2015).

Então, para abordar o tema, este trabalho tem como base duas principais categorias teóricas: a Violência Contra as Mulheres, com foco na **Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres**; e a **Divisão Sexual do Trabalho**, estabelecendo o gênero Mulher também enquanto categoria e seu *lócus* nas relações sociais (aprofundando a discussão do trabalho de reprodução).

Estruturamos esta dissertação em três capítulos de desenvolvimento. No capítulo “2 FACES DA MESMA MOEDA: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES”, trazemos a fundamentação teórica com base no materialismo histórico-dialético, pela perspectiva da totalidade, utilizando a interseccionalidade entre classe, raça/etnia e o cisheteropatriarcado como instrumento epistêmico e político de análise (AKOTIRENE, 2019). No subcapítulo “2.1 Não é amor, é cilada... e trabalho!”, apresentamos o conceito do trabalho de reprodução, fruto da DST, localizando-o como trabalho e não como atributo biológico feminino, ideia que há séculos explora e oculta o trabalho da reprodução da vida realizado fundamentalmente por mulheres. Em “2.2 É trabalho... e também violência: concepções sobre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres”, propomos a discussão da Divisão Sexual do Trabalho no contexto contemporâneo enquanto violência contra as mulheres, apontando que há relações entre a DST e VDIFCM. No subcapítulo “2.3 A quem interessa Amélias? Uso do tempo, artefatos tecnológicos e o mito da liberação da mulher do trabalho de reprodução” evidenciamos que há interesses da sociedade capitalista-racista-cisheteropatriarcal no trabalho de reprodução invisibilizado das mulheres que é o alicerce de toda a estrutura social.

No capítulo “3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR NA TRI-FRONTEIRA”, situamos rapidamente o local onde a pesquisa foi realizada apresentando no subcapítulo “3.1 A cidade de Barracão e o IFPR Campus Avançado Barracão” a cidade de Barracão-PR, que faz fronteira com as cidades de Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen, cidade da província de Misiones, Argentina, e apresentando o IFPR Campus Avançado Barracão. No subcapítulo “3.2 Barracão e a

violência contra as mulheres”, demonstramos brevemente a situação na região da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres.

O capítulo “4 PESQUISA DE CAMPO” traz no subcapítulo “4.1 Metodologia” a motivação e a descrição da metodologia escolhida para esta pesquisa. No subcapítulo “4.2 Desenvolvimento e aplicação da pesquisa de campo” detalhamos o passo a passo da realização da pesquisa de campo.

As análises dos dados obtidos é apresentada no capítulo “5 O NOVO SEMPRE VEM: DO VIL IDEAL ÀS NOVAS CONSCIÊNCIAS E JUVENTUDES”, de forma que no subcapítulo “ 5.1 A Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres e as/os estudantes do IFPR Campus Avançado Barracão: primeiras noções” apresentamos as análises dos dados estatísticos obtidos do questionário aplicado sobre a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres, e no subcapítulo “5.2 Cheiro da nova estação: percepções das/os estudantes sobre o trabalho de reprodução, a divisão sexual do trabalho e violências contra as mulheres” trazemos as análises realizadas das transcrições dos Grupos Focais.

O capítulo 6 é destinado às considerações finais.

Apontamos a relevância acadêmica desta pesquisa, tanto para o Serviço Social, área de formação desta pesquisadora, quanto para o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE, da UTFPR, que dentro da linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho, da qual a pesquisadora faz parte, tem por objetivo promover reflexões

“[...] sobre a centralidade do trabalho na constituição da sociedade humana, ou seja, entende-se o trabalho na sua dimensão ontológica a partir da qual o homem [sic], não somente altera, cria e modifica seu entorno mediante o seu labor, mas institui-se, enquanto ser humano, no e pelo trabalho. (UTFPR, 2022).

Nos foi ensinado entender que a palavra homem em citações como no trecho acima faz referência a humanos em geral, no entanto destacamos que as **mulheres** têm um papel fundamental na sociedade que capitaliza o trabalho, papel que também é mantido e reforçado por meio de muita violência como será evidenciado nesta dissertação, de forma que acreditamos ser imprescindível discutir a centralidade do

trabalho atravessada pelas relações de gênero (e também de raça), como é feito no PPGTE e também no Núcleo de Gênero e Tecnologia, o GeTec².

Ademais, ressaltamos que a Lei Maria da Penha também tem como medida integrada à prevenção da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres a promoção de estudos e pesquisas, com a perspectiva de gênero e de raça e etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência dessa violência (BRASIL, 2006), de forma que esta dissertação é consoante às estratégias da sociedade brasileira para o enfrentamento da VDICM.

Diante do exposto, da ausência de trabalhos específicos que relacionem a Divisão Sexual do Trabalho com a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres, enfatizamos a importância do trabalho apresentado não só pela produção do conhecimento e pela relevância da pesquisa acadêmica produzida no âmbito da universidade pública em sua relação com a sociedade, mas também porque o enfrentamento da VDICM é crucial para a emancipação de toda a humanidade e precisa ser realizado na raiz das manifestações de violências, sempre considerando a intersecção dos sistemas de opressão de raça, classe e gênero que as sustentam.

² O Núcleo de Pesquisas sobre Gênero e Tecnologia (GeTec), grupo de pesquisa que faz parte do PPGTE-UTFPR, foi pioneiro no Brasil em pesquisas e produção de conhecimento sobre gênero e tecnologia. O GeTec é conhecido em diversas universidades e centros de pesquisas pelas produções e pela diversidade dos temas pesquisados (CARVALHO, 2022).

2 FACES DA MESMA MOEDA: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES

É inegável que há desigualdades entre homens e mulheres (sujeitos socialmente construídos) na sociedade brasileira, o que é – também – uma questão de gênero.

A relação desigual e hierarquizante entre homens e mulheres tem sido historicamente questionada por diversas mulheres há séculos. Mirla Cisne e Silvana Mara Morais Santos (2018) assinalam que o primeiro livro feminista que se tem notícia registrado escrito por uma mulher, Christine Prisan, foi publicado em 1405, e apontam que, tanto no campo da produção teórica quanto na ação política, durante os séculos muitas mulheres demonstraram entender a desigualdade entre homens e mulheres como não natural.

A organização coletiva de mulheres é histórica, e importa destacar que nem todo movimento de mulheres foi/é feminista (CISNE, 2018; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Há organizações de mulheres que não apoiam as pautas construídas nas caminhadas dos movimentos feministas que lutavam e lutam contra a opressão e pela liberdade das mulheres, abordando temas como sexualidade, aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos. Cisne (2018) indica que a diferença entre os movimentos de mulheres que possuem ou não uma configuração feminista está, em termos mais teóricos e históricos, no conteúdo das reivindicações desses grupos, e que, de maneira geral, ambos movimentos constroem a luta das mulheres.

Tal como as mulheres, os movimentos feministas são plurais. As lutas feministas tiveram expressões heterogêneas e pressionaram os limites da ordem estabelecida, assim como as formas de pensar o mundo que a legitimavam (MIGUEL; BIROLI, 2014). As contribuições são e foram diversas. Foram as feministas acadêmicas que influenciaram o surgimento dos chamados “estudos de gênero” entre as décadas de 1970 e 1980 (CISNE; SANTOS, 2018) e muitos são os estudos que discutem a categoria³ e o conceito de gênero.

Sobre o tema, Juliana Teixeira (2021, p. 94) aborda estudiosas situando-as racialmente, trazendo as clássicas brancas Joan Scott, Judith Butler e Guacira Louro,

³ Sendo este trabalho desenvolvido com base no materialismo histórico-dialético, pela perspectiva da totalidade, amparado, por tanto, no método em Marx, entendemos categorias como ontológicas e que exprimem formas do modo de ser, sendo, assim, históricas e transitórias (NETTO, 2011).

bem como, as intelectuais negras Lélia Gonzalez e Oyèrónké Oyěwùmí para problematizar “[...] o conceito de gênero como aplicado nos estudos sob perspectivas hegemônicas do feminismo [...]”, pontuando que mulheres não são uma categoria universal, de maneira que é preciso analisar as relações de gênero sempre trazendo as relações sociais de raça e de classe para a discussão.

Heleieth Saffioti, referência brasileira para estudos sobre a mulher, também fez uma série de apontamentos à noção de gênero. Saffioti (2015, p. 47, destaques da autora) traz que

[...] o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de *patriarcado*, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. [...] *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

Saffioti (2015) destaca que o conceito de gênero não evidencia obrigatoriamente a desigualdade entre homens e mulheres, sendo a hierarquia muitas vezes apenas presumida. Porém, a autora coloca que a desigualdade é dada pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e agentes envolvidos nas relações sociais, de forma que a desigualdade de gênero quando apontada se refere preferencialmente às relações homem-mulher.

A discussão sobre gênero é ampla, ilimitada e necessária. Neste trabalho nossa intenção não é aprofundar o debate sobre a categoria e o conceito gênero. Para aproximação da discussão recomendamos os trabalhos de Clarissa Cecilia Ferreira Alves (2021), Eleni Varikas (2019), Heleieth Saffioti (2015), Juliana Teixeira (2021), Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos (2018), e Oyèrónké Oyěwùmí (2021).

Consoantes com Saffioti (2015), observamos que comumente ao se tratar de questões de gênero fala-se sobre a relação social homem-mulher. A exemplo, as leis que tratam da violência contra as mulheres abordam gênero nesta perspectiva, como podemos notar na redação da lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, que traz em seu “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, não paginado).

Assim, neste trabalho, compreendemos gênero “[...] como relação sócio-histórica que remete às relações de poder de caráter transversal, atravessando os liames sociais, as práticas, instituições e subjetividades.” (CISNE, 2015, p. 113) e ao abordarmos a desigualdade de gênero nos referimos às relações hierarquizantes de opressão e exploração que envolvem a condição de homens sobre as mulheres, considerando-os indivíduos socialmente construídos e que têm suas relações interseccionadas, indubitável e inseparavelmente, pela condição de raça/etnia e classe. Sublinhamos que abordamos a articulação de raça/etnia, gênero e classe pela perspectiva da **interseccionalidade**, conceito cunhado dentro do feminismo negro, e que “[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à **inseparabilidade estrutural** do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 19, destaques nossos).

Se há desigualdade, há injustiça, há quem se beneficie dela, quem tenha interesse que as desigualdades permaneçam. Sabemos que em qualquer tempo na história, em quaisquer das relações sociais historicamente construídas, seja de raça, classe ou gênero, a violência foi e é utilizada como instrumento de dominação, de maneira que a violência é constituinte das estruturas de opressão e esteve presente em todas as formas de sociedade (BERWIG, 2017), mas é no modo de produção capitalista que ela ganha uma nova função social, passando a ter uma finalidade econômica, tornando-se um meio potencializador da disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado (COSTA, 2018).

Afirmamos isso para evidenciar que a violência, neste trabalho entendida como um fenômeno amplo, com base material (COSTA, 2018), presente nas relações entre indivíduos, assim como também manifestada nas desigualdades sociais como pobreza, intensificação e precarização do trabalho, falta de atendimento aos direitos básicos, etc., legitimada e continuada pelas relações de poder desiguais entre homens e mulheres, pela inércia do Estado e da sociedade frente a essa realidade (LUZ, 2009), é a expressão de um sistema opressor e não a causa única da opressão em si.

Assim, defendemos que o enfrentamento às violências focalizado unicamente na manifestação de ações violentas sejam elas contra mulheres, pessoas negras,

indígenas, população LGBTI+⁴ pessoas com deficiência, idosas, pessoas marginalizadas, **não superará a problemática da opressão desses grupos**. Precisamos chegar às raízes que sustentam as violências.

Diversos podem ser os caminhos para alcançar esse objetivo. Nesta pesquisa, desenvolvida por uma Assistente Social, seguimos os fundamentos do Serviço Social que estabelecem que o cerne das desigualdades como observamos atualmente é a relação entre o capital e o trabalho, e a violência é uma expressão dessa relação⁵. Como aponta Silvia Federici (2017, p. 121)

[...] a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob seu comando.

Citando Marx, a autora ainda reforça que: “A violência [...] é ela mesma uma potência econômica” (MARX *apud* FEDERICI, 2017, p. 121). Assim, compreendemos que a violência precede o modo de produção capitalista, no entanto, esse fenômeno foi (e ainda é) fundamental para que esse sistema surgisse e fosse estabelecido, de maneira que a violência foi agudizada e é utilizada para a manutenção do poder nas mãos daqueles que são os donos dos meios de produção (COSTA, 2018; FEDERICI, 2017).

No que concerne à violência contra as mulheres, a categoria Violência Contra a Mulher foi definida pelo movimento feminista na década de 1960, e no Brasil o tema ganhou força na década de 1980 (TENORIO, 2018), com grande combate a ideia de que a violência contra as mulheres é apenas um “problema cultural”. À vista disso, Federici (2017, p. 31) coloca que, uma vez que na sociedade capitalista as funções do trabalho estão suportadas em específicas identidades de gênero, “[...] o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe.”, perspectiva que fundamenta esta pesquisa.

Pensando em relações sociais, partimos das concepções marxistas de que essas se fundam por meio do trabalho e compreendemos que na atual sociedade

⁴ Utilizamos a sigla LGBTI+ para identificar as populações de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, de acordo com o processo histórico da construção da sigla (REIS; CAZAL, 2021).

⁵ Este argumento foi aprofundado em outro trabalho da pesquisadora, no qual no capítulo “Mulher, formação sócio-histórica do Brasil e a questão social” foi apresentada a construção da sociedade brasileira evidenciando neste processo a condição da mulher, trazendo o conceito de questão social e estabelecendo a violência, o que inclui a violência contra as mulheres, como uma expressão da questão social (SILVA, 2019b).

cisheteropatriarcal-capitalista-racista o trabalho é estruturalmente configurado por três divisões: a divisão social, pautada nas relações entre classes sociais; a divisão sexual, pautada nas relações sociais de gênero; e a divisão racial, pautada nas relações sociais de raça. Essas relações sociais são atravessadas pela apropriação de uma classe ou grupo sobre o outro (CISNE; SANTOS, 2018), e precisam ser analisadas pela perspectiva da interseccionalidade, ferramenta epistêmica e política gestada no movimento feminista negro que analisa as relações sociais através de um sistema interligado de opressões entre classe, raça e o cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2019).

Sendo a humanidade diversa, o advento do capitalismo violou as populações de diferentes formas. No que tange às mulheres, a violação dos corpos femininos, dos direitos e a reconfiguração do papel social das mulheres foi crucial para gerar o item mais valioso para o sistema capitalista: a classe trabalhadora.

2.1 Não é amor, é cilada... e trabalho!

A base do sistema capitalista é produção coletiva e apropriação individual, e “[...] a acumulação de capital **depende** da exploração da força de trabalho.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 140, destaque nosso).

Por detrás do trabalho dessa produção há um trabalho invisibilizado, de exploração intensa nas sociedades capitalistas (pois sequer é lido como trabalho) e que frequentemente é colocado no âmbito de ações naturais de mulheres: **o trabalho de reprodução**.

Entendido como a complexa rede de atividades e relações por meio das quais nossas vidas e nossos trabalhos são construídos diariamente (FEDERICI, 2019b), o trabalho de reprodução, realizado predominantemente por mulheres que cozinham, lavam, passam, alimentam, limpam, cuidam, gestam, estão emocional e sexualmente disponíveis, e diversas outras atividades, é a base de todo sistema político, econômico, e tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, mantendo o mundo em movimento (FEDERICI, 2017).

Argumentando a importância do uso do conceito de trabalho reprodutivo, ao qual aderimos, Alves (2021, p. 26, destaques da autora) demonstra que o uso do termo evidencia que

[...] para que o ser social desenvolva a generalidade humana, é imprescindível que esteja vivo e que, portanto, sua corporeidade material seja reproduzida; que existe uma *continuidade* entre trabalho produtivo e reprodutivo, rompida sob o modo de produção capitalista; que o capital se apropria adequadamente das *relações sociais* de sexo, classe e “raça” para garantir que determinado grupo social privilegiado tenha sua matéria orgânica reproduzida de maneira mais próxima à plenitude do que outro grupo, que apenas a reproduz precariamente enquanto reprodução de sua força de trabalho; e que, por fim, além de recair historicamente sobre as mulheres, o fornecimento de trabalho reprodutivo tem sido realizado especialmente por mulheres empobrecidas e racializadas de regiões periféricas do globo.

É o trabalho reprodutivo que garante a condição de existência humana. É trabalho e no âmbito doméstico deveria ser reconhecido como tal, já que, na ordem capitalista, “[...] contribui para a produção da força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção.” (FEDERICI, 2019b, p. 26). Porém, o que ouvimos cotidianamente de diversas pessoas, familiares, nos comerciais, filmes, em toda sociedade de forma geral, é que as mulheres se tornam completas quando se tornam mães, que quem ama cuida, que o cuidado é uma prova de amor, de caridade, que é **natural** das mulheres as atividades de cuidado. Mas o que “Eles dizem que é amor. **Nós dizemos que é trabalho não remunerado.**” (FEDERICI, 2019b, p. 40, grifo nosso).

Contudo, nem sempre foi assim.

A distinção de tarefas feitas por homens e por mulheres não é própria da sociedade capitalista. Analisando documentos históricos referentes ao regime feudalista, Federici (2017) nos mostra que na comunidade servil as mulheres tinham grande independência e suas atividades eram consideradas importantes para o desenvolvimento de todas e todos. Como aponta a autora,

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: **todo o trabalho contribuía para o sustento familiar**. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 52, destaque nosso).

Havia, então, a noção de que todas as atividades eram trabalho e, considerando que na sociedade medieval as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares, Federici (2017) também destaca que as atividades destinadas às mulheres, como lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais dos campos comunais, eram realizadas em cooperação com outras mulheres, de forma que a divisão do trabalho

entre os sexos neste contexto não era uma fonte de isolamento, mas sim uma fonte de poder e de proteção para as mulheres.

Ainda assim, observamos que as mulheres nos feudos eram sobrecarregadas de trabalho e, embora a intensa sociabilidade e solidariedade feminina permitisse às mulheres enfrentar os homens, a Igreja pregava a submissão das mulheres, e a Lei Canônica santificava o direito de o marido bater em sua esposa (FEDERICI, 2017).

Com a monetização da vida econômica na Europa as mulheres tiveram redução do acesso à propriedade e à renda, de forma que no século XIII elas lideraram o movimento de êxodo do campo e, no século XV, passaram a compor um grande percentual nas cidades europeias. Ainda que muitas vivessem em condições de pobreza, a vida nos centros urbanos trouxe uma autonomia social às mulheres.

As leis das cidades não libertavam as mulheres; poucas podiam arcar com os custos da “liberdade cidadina”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade. Porém, na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres. Embora geralmente fossem os membros mais pobres da sociedade urbana, com o tempo as mulheres ganharam acesso a muitas ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos. (FEDERICI, 2017, p. 63).

As mulheres no século XIV puderam exercer atividades como professoras escolares, médicas, cirurgiãs, e passaram a competir com homens formados em universidades, obtendo, em certas situações, uma alta reputação. Em resposta à nova independência feminina, iniciou-se uma reação misógina, e, quanto mais as mulheres ganhavam autonomia, mais elas se tornaram presentes nos sermões dos padres que as repreendiam pela vida social e indisciplina (FEDERICI, 2017).

Esse movimento de mulheres tem raízes na luta antifeudal, na qual se destacam os movimentos heréticos, que “[...] foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova.” (FEDERICI, 2017, p. 64). A heresia popular buscava uma redemocratização radical da vida social, denunciando as hierarquias sociais, a propriedade privada, a acumulação de riquezas, e difundindo entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, de forma sem precedentes na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana como o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres, trazendo a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais (FEDERICI, 2017).

No que tange às mulheres, entre os heréticos eram consideradas como iguais e tinham os mesmos direitos que os homens. Também tinham protagonismos nos movimentos de resistência, como aponta Federici (2017, p. 84) “No século XI, foram mais uma vez as mulheres que deram vida aos movimentos hereges na França e na Itália.”.

Essa movimentação e a independência alcançada pelas mulheres europeias incomodou a Igreja, que era (e ainda é) uma das maiores detentoras de poder⁶, assim como a incipiente burguesia, principalmente quando o controle das mulheres sobre suas gestações começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social, pensamento que foi acentuado pelas consequências da Peste Negra (século XIV), que matou, em média, de 30% a 40% da população europeia (FEDERICI, 2017).

Com a escassez de mão de obra, no final do século XV se inicia uma contrarrevolução que atuava em todos os níveis da vida política e social:

Em primeiro lugar, as autoridades políticas empreenderam importantes esforços para cooptar os trabalhadores mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual, que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias. (FEDERICI, 2017, p. 103).

A violência contra as mulheres foi não só autorizada, como incentivada na Europa. Na França, nessa época, nos casos de estupro que as vítimas eram mulheres de classe baixa a violência foi praticamente descriminalizada, e o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum (FEDERICI, 2017).

Houve, de fato, a legalização do estupro, e as consequências são sentidas até hoje:

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também **insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres**, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina. (FEDERICI, 2017, p. 104, grifo nosso).

⁶ Como aponta Leo Huberman (2021), a Igreja foi a maior proprietária de terras no período feudal, chegando a possuir algo entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental.

Federici descreve o processo de caça às bruxas como uma grande guerra contra as mulheres, que foi mantida por pelo menos dois séculos e que constituiu um ponto decisivo na história das mulheres da Europa (FEDERICI, 2017). A autora coloca que “[...] a caça às bruxas exige uma explicação multicausal, embora eu atribua todas as suas causas subjacentes ao desenvolvimento das relações capitalistas.” (FEDERICI, 2019a, p. 47).

Os assassinatos de mulheres em fogueiras, os mais diversos e perversos modos de tortura de mulheres, foi um ataque à resistência que as mulheres colocaram diante da difusão das relações capitalistas, assim como contra o poder que as mulheres obtiveram sobre a reprodução. Federici (2017, p. 305, destaque nosso) completa

A caça às bruxas foi também **instrumento** da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos.

Vemos, então, que a violência contra as mulheres claramente serviu a interesses socioeconômicos, à manutenção do poder de homens, da Igreja, do Estado e da classe burguesa. Federici (2019a) coloca que na representação da bruxa as autoridades ao mesmo tempo puniam a insubordinação social, a investida contra a propriedade privada, a disseminação de crenças mágicas (que implicavam a existência de poderes que não podiam controlar), e a subversão da norma sexual que naquele momento estava sob domínio do Estado.

Diante de tanta violência, a destruição de todo um universo de práticas femininas, das relações coletivas e de sistemas de conhecimento que embasaram o poder que as mulheres tinham na Europa pré-capitalista, foi estabelecido um novo modelo de feminilidade: “[...] a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupadas com suas tarefas.” (FEDERICI, 2017, p. 205). Então, por meio da caça às bruxas, construída e aplicada por séculos, um novo código social e ético foi imposto na sociedade europeia (FEDERICI, 2019a), uma nova ordem patriarcal, e as relações entre homens e mulheres foram transformadas e disseminadas por onde os europeus circulavam.

Essa nova ordem patriarcal europeia foi imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo, e tornou possível uma nova Divisão Sexual do Trabalho “[...] que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens

deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2017, p. 232).

A nova DST e o histórico violento que a antecede atingiu diretamente a sociedade brasileira, pois com as grandes invasões, as chamadas colonizações, os europeus impuseram seu sistema socioeconômico às populações que dominaram. Ressaltamos que o racismo, outra opressão trazida por colonizadores, também foi fundamental para o surgimento e o estabelecimento do sistema capitalista.

A gênese da formação social brasileira está na condição de Colônia de Portugal. Os ditos países do “velho mundo” colonizaram países buscando exploração econômica sendo um dos motivos a necessidade de enfrentar a crise econômica na Europa Ocidental. Portugal, além de uma localização geográfica estratégica, tinha experiência em comércio de longa distância, isso somado aos interesses econômicos de diversos grupos sociais, favoreceu os lusos a fazerem parte das “Grandes Navegações” (SANTOS, 2012).

Portugal buscou as colonizações para atender aos interesses comerciais da metrópole, voltados para os mercados externos europeus, de forma que o Brasil sempre foi entendido pela Coroa Portuguesa como um fornecedor de artigos de exportação, de matéria prima, e o que importava era a exploração comercial extensiva das potencialidades do território (SANTOS, 2012).

Os colonos que aqui chegaram não vieram para ser trabalhadores braçais, mas dirigentes, empresários comerciais; pela adversidade do lugar em relação à Portugal somada a dizimação da classe trabalhadora europeia pelas pestes, ainda que a Coroa Portuguesa oferecesse diversas regalias políticas para que portugueses viessem para Brasil, a força de trabalho na colônia foi um problema, solucionado por colonizadores através da escravização da população africana [e indígena originária do Brasil]. Como aponta Josiane Soares Santos (2012, p. 56, destaques nosso)

A escassez de força de trabalho, portanto, é o que move Portugal na direção do revigoramento da escravidão na era moderna, uma vez que exploravam a costa da África e passaram a comercializar negros. Além de solucionar o problema de mão de obra, esse foi **um dos mais rentosos negócios lusitanos num período que cobre cerca de três séculos**. Essa informação é fundamental para que se possa compreender que **a escravidão no Brasil**, portanto, nada tem a ver com o modo de produção escravista: esse tipo de força de trabalho foi utilizada já no **contexto do capitalismo de natureza comercial**.

As invasões europeias foram, portanto, violências perpetradas contra as populações dos países latino-americanos e africanos que foram dizimadas e escravizadas pelos invasores europeus, e estão relacionadas com a histórica violência contra as mulheres, como nos aponta Federici (2017, p. 357)

Os destinos das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. A caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à América para romper a resistência das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo.

A Divisão Sexual do Trabalho estabelecida no modo europeu chega ao Brasil, então, com as caravelas portuguesas. Com o desenvolvimento do capitalismo durante os séculos e suas transformações, a DST também foi se modificando socialmente, mantendo sua origem na diferenciação dos trabalhos realizados por homens e mulheres.

Deste modo, a Divisão Sexual do Trabalho, que nesta dissertação é entendida como o resultado “[...] de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados.” (CISNE, 2015, p.117), segue compondo a estrutura da sociedade.

A estruturação da Divisão Sexual do Trabalho, todo o processo de caça às bruxas, das “grandes conquistas”, da dizimação das populações nativas e da escravização foram extremamente violentas, de forma que podemos dizer que **a violência foi o pilar sob o qual emergiu o capitalismo** (FEDERICI, 2017).

A cilada sexista, capitalista e racista (em se tratando da sociedade brasileira) da ideia de que as mulheres são naturalmente responsáveis pela reprodução da vida, sem que isso seja visto como trabalho ou, quando visto e pago, como no caso das empregadas domésticas brasileiras, seja depreciado e mal remunerado, foi **violentamente construída e com violência se mantém**. Como apontam Cisne e Santos (2018), todas as formas de violência contra as mulheres, o que inclui as que ocorrem nas relações interpessoais e sociais coletivas, têm como raiz comum o patriarcado. Assim, afirmamos que as violências contra as mulheres, em todas as suas formas, e a Divisão Sexual do Trabalho estão diretamente relacionadas.

2.2 É trabalho... e também violência: concepções sobre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres

Partimos das asserções que o “ser mulher” é socialmente construído e que a violência é um dos instrumentos para manter a ideia de que há uma maneira “certa” de “ser mulher” (CISNE; SANTOS, 2018; FEDERICI, 2017; SAFFIOTI, 2015). Entendemos, inclusive, que os discursos que trazem a categoria mulher como universal reproduzem violências, já que as mulheres são diversas e é preciso compreender como são vivenciadas as desigualdades na busca de garantir e ampliar direitos.

Sendo diversas e seres humanos, às mulheres devem-se, rigorosamente, os direitos humanos que são, como define Maria Amélia de Almeida Teles (2017, p. 23), “[...] inerentes à pessoa, independentemente de seu reconhecimento pelo Estado, cultura, nacionalidade, sexo, orientação sexual, cor, raça/etnia, classe social, faixa etária.”. A autora destaca que o direito ao trabalho está na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948, de forma que se pode entender que a invisibilidade e a desvalorização social das ditas “atividades femininas” são em si próprias violações dos direitos das mulheres. Como já abordado neste trabalho, a violência se manifesta nas desigualdades e também no não atendimento aos direitos básicos. Entendemos, portanto, que essas violações são formas de violência contra as mulheres.

Compreendemos, também, que a violência contra as mulheres é manifestada desde as relações com o Estado, quando este não se responsabiliza pelo trabalho de reprodução ou ainda nas políticas públicas que muitas vezes reforçam a ideia do familismo sobrecarregando as mulheres (CISNE; SANTOS, 2018), até nas relações intrafamiliares cunhadas no sistema cisheteropatriarcal que concebem diversas formas de violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

Importa ressaltar, como sinalizamos e concordando com Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos (2018), que a violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos e que consiste em todo ato que por meio de ameaça, força ou coação que lhes infringem sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, na vida privada ou pública, e que a violência contra as mulheres, transcende o lar, afinal

[...] o sistema patriarcal-racista-capitalista não mede esforços em desenvolver uma ideologia que naturaliza o “papel” da mulher na sociedade por meio de uma cultura e educação sexista que fomenta que **ser mulher é sinônimo de sacrifício e doação ao outro**, ainda que em detrimento de si, dos seus desejos, das suas necessidades e do seu tempo. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151, destaques nossos).

Entendemos que o “sacrifício e doação ao outro, ainda que em detrimento de si” apontados pelas autoras, nos levam a assimilar como a Divisão Sexual do Trabalho violenta as mulheres, já que são elas que concebem, criam e formam a classe trabalhadora sem bônus algum (FEDERICI, 2019b). Como posto, a invisibilização desses trabalhos realizados pelas mulheres é garantida por violências, no âmbito privado e público, de forma que a violência contra as mulheres e os ideais capitalistas estão diretamente ligados.

Assim, argumentamos, que **a Divisão Sexual do Trabalho no contexto atual já é em si uma violência contra as mulheres.**

Colette Guillaumin (2014) afirma que, diferente de outros grupos dominados portadores de força de trabalho, as mulheres diante das relações sociais de sexo são não-vendedoras dessa força, e a apropriação da força de trabalho das mulheres manifesta-se precisamente nesse fato. Salientamos, como pontua Elisabeth Souza-Lobo (2011), que a DST afeta toda a estrutura das relações de trabalho produtivo, uma vez que as profissões que são consideradas femininas são, assim, desvalorizadas, bem como as relações sociais.

Dentre a desvalorização e a violação do direito ao trabalho das mulheres, nesta dissertação destacamos o trabalho de reprodução, pois trata-se “[...] da manipulação mais disseminada e da **violência mais sutil** que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora.” (FEDERICI, 2019b, p. 42, grifo nosso).

Podemos observar, inclusive, que na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) a exploração das mulheres é citada como violência psicológica. A lei, que apresentou um grande avanço no combate à violência doméstica e que foi inovadora ao expandir o conceito restrito de violência doméstica para além da violência física (LUZ, 2009), traz que:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, **exploração** e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe **cause prejuízo à saúde psicológica** e à autodeterminação; (BRASIL, 2006, não paginado, grifos nossos). .

Entendemos que essa exploração de mulheres inclui a obrigação do trabalho de reprodução desenvolvido por muitas mulheres, um trabalho sem fim como discutiremos mais à frente, e que causa diversos danos à saúde psicológica, sendo, portanto, uma violência psicológica.

A materialidade da imposição do trabalho de reprodução às mulheres está na nova Divisão Sexual do Trabalho, essencial para acumulação capitalista, conforme descrito no subcapítulo anterior. Angela Davis (2016, p. 230), contextualizando a desvalorização do trabalho doméstico, afirma: “Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista.”.

Essa desvalorização e a percepção de que mulheres são punidas por não cumprirem com “a função da mulher” pode ser observada no cotidiano. Não é incomum nos depararmos com notícias como “Mulher apanha após o marido chegar em casa e a janta não estar pronta na Capital” (ASSIS, 2022, não paginado) e “Mulher apanha do companheiro por causa de sal no macarrão no interior de Minas” (ENNES, 2022, não paginado), violências essas que têm motivação aparente no descumprimento das “obrigações domésticas”.

A naturalização e impunidade generalizada que ainda permitem que homens espanquem mulheres no espaço privado, muitas vezes sob a justificativa de punições pelo não cumprimento de atividades domésticas, têm sido construídas ao longo de séculos, como já demonstrado. Feministas denunciaram e seguem debatendo que a privacidade para o domínio familiar e doméstico é uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina (BIROLI, 2014).

Se no espaço privado a violência contra as mulheres mantém o poder do homem, no âmbito social o trabalho de reprodução de milhares de mulheres segue garantindo que a classe trabalhadora tenha refeições, roupas limpas, ambientes limpos para descansar, cuidados em dias de enfermidade, acolhimento afetivo-sexual,

etc., para que assim tenha condições de vender sua força de trabalho e produzir lucro para os capitalistas.

Há, então, interesses capitalistas, racistas e cisheteropatriarcais na violência contra as mulheres e o grande beneficiado é o capital. Segundo Federici (2019a, p. 94, destaque nosso)

[...] estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afrodescendentes e indígenas nativas, porque a “globalização” é um processo político de **recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres**, que são diretamente responsáveis pelas suas comunidades.

Seja nas ruas, no trabalho, nos hospitais, nas igrejas, centros espirituais, em bares ou em casa, não há lugar seguro para as mulheres. No entanto, paradoxalmente, o lar, hipoteticamente porto seguro da família, é o espaço mais perigoso para as mulheres, e os homens mais próximos, nossos maiores algozes. Como apontam Cisne e Santos (2018), a família conta com a ideologia de que é o “lugar de aconchego e paz”, e isso mascara a prática da violência em suas diversas formas.

Os números comprovam essa contradição entre a proteção que os lares e as famílias deveriam proporcionar e a segurança das mulheres. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023), no ano de 2022 foram registrados 245.713 boletins de ocorrência por mulheres vítimas de agressões ocorridas no ambiente doméstico ou dele decorrente. Também foram registrados 613.529 casos de ameaças e 1.437 casos de feminicídio. Destacamos que 7 em cada 10 vítimas de feminicídio foram **mortas dentro de casa**, e que do total de vítimas de feminicídio, 61,1% eram mulheres negras.

O Anuário também enfatizou os crimes de estupro: o registro de 74.930 vítimas foi o maior da história. Dos casos, 68,3% ocorreram na residência da vítima, 61,4% têm entre 0 e 13 anos idade, 88,7% são do sexo feminino e 56,8% negras (FBSP, 2023).

De acordo com o relatório Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (FBSP; DATAFOLHA, 2023), 14 mulheres são agredidas com tapas, socos ou chutes por minuto no Brasil e 50.962 mulheres sofreram violência física, psicológica e/ou sexual no último ano **diariamente** em 2022, o número é equivalente a um estádio de futebol lotado. Sobre o perfil das mulheres que sofreram violência nesse período,

trazendo a questão étnico-racial, as mulheres negras correspondem a 29,9%, já as mulheres brancas 26,3%. Esses números podem ser muito maiores uma vez que a dificuldade de efetuar a denúncia e a subnotificação são problemas conhecidos no que tange a violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres no Brasil (FBSP, 2023).

As pesquisas evidenciam que as mulheres negras são as que mais sofrem violências, inclusive a violência doméstica e intrafamiliar. Como já estabelecido, a Divisão Sexual do Trabalho em si já violenta mulheres, e, sendo o racismo estrutural, há também uma Divisão Racial do Trabalho. Em 1979 Lélia Gonzalez (2020, p. 56) afirmou: “Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.”.

Décadas depois da afirmação de Gonzalez as mulheres negras, como demonstram os dados, seguem sendo triplamente oprimidas. Assim, como aponta Djamila Ribeiro (2019), a falta do olhar étnico-racial para as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres tem feito com que essas políticas não alcancem as mulheres negras. Reforçamos: sendo o Brasil colonizado por europeus, a sociedade brasileira está fundamentada na intersecção entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, opressões que não podem ser observadas separadamente se objetivamos apreender a realidade pela perspectiva da totalidade e que sustentam as mais variadas violências, dentre elas a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

Sobre o aumento das violências contra as mulheres, Samira Bueno et al. (2023) informam que em 2022 houve crescimento de todas as formas de violências contra as mulheres no Brasil e as autoras propõem algumas explicações para a intensificação dessas violências. A primeira hipótese apontada é sobre o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão do então presidente Jair Messias Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. A segunda trata do impacto da pandemia da Covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, pois muitos tiveram limitações nos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento e alguns foram interrompidos. A terceira hipótese diz respeito à conjuntura de intensificação dos crimes de ódio relacionados

à ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como sua principal oposição.

Samira Bueno et al. (2023) ainda apresentam uma quarta hipótese para o aumento significativo da violência contra as mulheres. Baseadas na teoria do efeito “*backlash*”, as autoras pontuam que conforme as iniciativas que visam promover a igualdade de gênero em diversas frentes avançam, as violências contra as mulheres parecem crescer em resposta a essa tentativa de romper com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres. As pesquisadoras exemplificam isso nos casos em que mulheres que antes se dedicavam principalmente ao trabalho doméstico enfrentam violência quando começam a trabalhar fora de casa, ou quando a violência é mais acentuada em relacionamentos onde as mulheres têm maior renda ou nível de educação. Nessas situações, segundo Samira Bueno et al. (2023), a violência é utilizada para reafirmar a supremacia masculina sobre as mulheres e, de alguma forma, tentar recolocá-las em um papel do qual se espera (homens e sociedade em geral) que não tenham saído.

Destacamos também que em momentos de crises socioeconômicas as violências contra as mulheres, inclusive no que tange a DST, são agudizadas. A médica e pesquisadora da violência contra as mulheres, Ana Flávia Pires Lucas d’Oliveira (CUIDAR, VERBO COLETIVO, 2020), analisando a violência doméstica no início da pandemia da Covid-19, argumentou que a responsabilidade pelo trabalho doméstico ainda é, para uma boa parcela da população masculina, um aviltamento da sua posição de poder de homem, da sua masculinidade, e quando esse poder é questionado ou desafiado, há mais risco de violência física.

Acreditamos que o aumento da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres no período de distanciamento físico em virtude da pandemia Covid-19 (SOUZA, FARIAS, 2022) evidenciou que há ligações entre a VDICM e DST, uma vez que as tensões foram agudizadas nas relações familiares e de trabalho, incluindo o trabalho de reprodução.

2.3 A quem interessa Amélias? Uso do tempo, artefatos tecnológicos e o mito da liberação da mulher do trabalho de reprodução

Amélia, aquela que “não tinha a menor vaidade” e “era mulher de verdade”, eternizada na letra de Ataulfo Alves (1909-1969) e Mário Lago (1911-2002) (AI! QUE SAUDADES, c2022) tornou-se popularmente adjetivo para mulheres que

desempenham o trabalho de reprodução, sem reclamar, como a “verdadeira mulher” deve ser. A Amélia existiu. Amélia do Santos Ferreira era empregada doméstica da cantora Aracy de Almeida e foi seu irmão, depois do final de uma relação, que disse que “Amélia é que era mulher de verdade” porque lavava, cozinhava, costurava, etc. (AMÉLIA, 2015).

Mas a quem interessa Amélias?

Já apontamos, concordando com Silvia Federici (2019b), que o trabalho de reprodução sustenta toda a classe trabalhadora e que, portanto, é indispensável ao modo de produção capitalista que se apropria desse trabalho não remunerado e segue gerando riquezas de forma coletiva que são apropriadas individualmente. Alves (2021, p. 102) sintetiza:

[...] o trabalho produtivo, para quem efetivamente o produz (a/o trabalhadora/trabalhador), servirá apenas para garantir a reprodução da sua própria força de trabalho, força que, por sua vez, ao possuir o caráter de mercadoria essencial à produção de outras mercadorias, ganha uma importância crucial na materialidade da reprodução do capital, já que, sem força de trabalho saudável e efetiva, não existe trabalho vivo, mercadoria e lucro.

Vimos, também, que a sociedade através da Divisão Sexual do Trabalho impõe às mulheres a obrigação do trabalho de reprodução, colocando-o como natural à condição de ser mulher, e que uma “boa mulher”, tal como a Amélia, é aquela que cumpre com este papel.

Destacamos que a imposição deste trabalho se dá ao mesmo tempo que muitas mulheres estão no mercado de trabalho. Maria Cristina Paulo Rodrigues e Eline Pessanha (2023), apontam que, de acordo com o IBGE, as mulheres constituem 44% da força de trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo, as mulheres são a maioria da população desempregada (55,5%) e, das que trabalham, em comparação com os trabalhadores homens, recebem de salário 21% a menos, como também ocupam os setores mais precarizados.

Para muitas mulheres, o trabalho remunerado não é uma escolha, mas uma necessidade. Bandeira e Preturlan (2016, p. 51) destacam que

O ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho tem ocasionado mudanças que **agravam as tensões nas relações entre homens e mulheres**, como também em relação **ao tempo das mulheres dedicado aos afazeres domésticos e à família**. Nessa compressão dos tempos femininos e **nas tensões** decorrentes se localizam, em grande parte, as causas de **violências** das quais as mulheres acabam sendo as principais vítimas.

As autoras evidenciam que há cobranças em relação ao tempo das mulheres dedicado ao trabalho de reprodução, e quando parte deste tempo é destinado a outra ocupação, as tensões nos lares são intensificadas e a violência que vitimiza principalmente mulheres acontece. Como já defendemos, a própria Divisão Sexual do Trabalho e a imposição do trabalho de reprodução já são violências, mas compreendemos também que os outros diversos tipos de violências são utilizados como instrumentos para manter as mulheres sob a obrigação do trabalho de reprodução.

Além do trabalho desenvolvido em empregos formais e informais e no trabalho de reprodução, muitas mulheres ainda estudam, configurando a tripla jornada diária de trabalho, atividades que não necessariamente acontecem de forma isolada uma da outra, à exemplo das mulheres que são mães e têm empregos em trabalho remoto. Nadia Terezinha Covolan e Marília Gomes de Carvalho (2014, p. 11, destaque nosso) estabelecem que “O tempo é um recurso **de poder**, e seu uso difere de acordo com o gênero, a configuração familiar, a camada social, a raça/etnia, a geração, entre outras dimensões que se interpelam.”. Observamos que as mulheres estão sobrecarregadas e destacamos que o trabalho de reprodução é uma atividade sem fim.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (NERY, BRITTO, 2023), apontam que em 2022 as mulheres passaram, em média, 21,3 horas semanais nas atividades de afazeres domésticos e cuidados de pessoas, enquanto os homens utilizaram 11,7 horas semanais. Também mostram que 92,1% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram tarefas domésticas e/ou de cuidado de pessoas em 2022, ao passo que apenas 80,8% dos homens da mesma faixa etária desempenharam essas atividades. Trazendo a questão étnico-racial, as mulheres que se declararam pretas tinham a maior taxa de realização de afazeres domésticos, sendo 92,7%.

A pesquisa reforçou que a divisão das tarefas domésticas se mantém desigual mesmo entre mulheres e homens que trabalham no mercado, já que, em média, as mulheres com alguma ocupação dedicaram 6,8 horas a mais do que os homens ocupados aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas em 2022. No que tange a população sem ocupação (conforme definições do IBGE), a mulher não ocupada dedicou em média 24,5 horas semanais para as tarefas domésticas e/ou atividades de cuidado de pessoas, enquanto o homem sem ocupação dedicou 13,4 horas em 2022 (NERY, BRITTO, 2023).

Refletindo a Divisão Sexual do Trabalho, o trabalho de reprodução quando executado por homens também é dividido de acordo com o gênero como aponta a pesquisa: em 2022, as atividades ligadas à alimentação, manutenção ou limpeza de roupas e sapatos, e limpeza ou arrumação do domicílio ainda estavam concentradas nas mulheres; nos pequenos reparos ou manutenção do domicílio, os homens (60,2%) tinham maior percentual de realização que as mulheres (32,9%).

A pesquisa que mede as informações apresentadas utiliza questões relacionadas a execução de atividades domésticas e de cuidado, mas nós entendemos, como já demonstrado, que a disponibilidade afetiva e sexual, assim como o trabalho mental de organização dos lares e da vida dos membros das famílias, também compõe o trabalho de reprodução. Assim, novamente reforçamos, o trabalho de reprodução é, em linhas gerais, sem fim.

Ainda que o trabalho de reprodução não seja reconhecido socialmente como um trabalho remunerado, a sociedade em geral, na intenção de manter as mulheres submetidas ao trabalho de reprodução, aparenta reconhecer a dedicação das mulheres ao cuidado das famílias dizendo que todo o esforço é louvável, sob o viés do marianismo⁷, enaltecendo o sacrifício das mulheres como qualidade feminina e que, quando convém, merece ser amenizado, vide as campanhas comerciais a exemplo da chamada das Lojas Americanas para o Dia das Mães de 2023 (AMERICANAS, 2023). Na chamada, a apresentadora diz:

O Dia das Mães está chegando e a gente está com tudo preparado para você escolher os melhores presentes com desconto de até 50%. **Afinal ela merece né?** Ela sempre esteve aqui por você! Vem para a loja, ou baixe o *app*. (Destaque nosso).

O cenário de fundo da apresentadora é um corredor da loja onde as prateleiras apresentam itens de eletrodomésticos como fritadeira elétrica, liquidificador e *grill*, e também itens de cozinha e toalhas, conforme a Figura 1 – Propaganda Dia das Mães:

⁷ Mirla Cisne (2015, p. 58) aponta que a Igreja Católica contribuiu historicamente com a ideologia patriarcal de dominação e controle sobre o gênero feminino, configurando o modelo “[...] de uma boa mulher: moldadas como moças boazinhas, caridosas e assistencialistas sob o modelo de Maria, mãe de Jesus.”. Como aponta a autora, trazendo as ideias de Stevens, o culto católico à Virgem Maria, chamado de marianismo, é entendido como um culto que considera as mulheres semidivinas, espiritualmente mais fortes e moralmente superiores aos homens, de forma que esta força espiritual está na capacidade sem fim de humildade e sacrifício.

Figura 1 - Propaganda Dia das Mães



Fonte: AMERICANAS (2023, não paginado)

Não é à toa que esta propaganda como tantas outras relacionam mães e eletrodomésticos, artefatos tecnológicos que utilizamos para as atividades domésticas e de cuidado, afinal o trabalho de reprodução, o que inclui o trabalho doméstico, é desenvolvido majoritariamente por mulheres que são mães e o mercado aproveita para fazer suas vendas. O tema requer uma discussão maior, o que não é objetivo nesta dissertação. Nossa intenção é apontar que esses artefatos, vendidos sob a ideia de facilitar o trabalho doméstico e liberar o tempo das mulheres do trabalho de reprodução, não cumprem este propósito.

Os artefatos tecnológicos possibilitam maior exploração e espoliação das e dos trabalhadores (ANTUNES, 2020), e estudos demonstraram que as tecnologias domésticas não garantem a redução do tempo dedicado ao trabalho doméstico ou um maior equilíbrio na divisão desse trabalho entre homens e mulheres (SCHOUTEN *apud* COVOLAN; CARVALHO, 2014).

Nathalie Reis Itaboraí (2016) informa que não há consenso se avanços tecnológicos e o uso aparelhos eletrodomésticos reduzem o tempo dedicado a trabalho doméstico, embora diminuam o esforço físico envolvido, uma vez que as concepções sobre limpeza e higiene mudam ao longo do tempo. Ainda assim, entendemos que é inegável que uma máquina de lavar roupas diminui esforço e o tempo para esta atividade, no entanto, este tempo economizado da atividade é destinado ao uso pessoal da mulher ou à produção de mais trabalho de reprodução? Abordamos esta pergunta na pesquisa realizada e discutiremos os resultados no capítulo 5 deste trabalho.

Assim, ainda que eletrodomésticos possam facilitar a execução dos trabalhos domésticos, sabemos que o acesso a eles não é democratizado (TEIXEIRA, 2021), não só pela condição de aquisição, uma vez que as desigualdades socioeconômicas e raciais colocam as mulheres negras como as mais pauperizadas (CARNEIRO; DAVIS, 2016; GONZALES, 2020), mas também pelo uso.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Secretaria Nacional da Política De Cuidados E Família (MDS/SNCF, 2023a), no Brasil o trabalho doméstico em 2022 era a ocupação de 5,8 milhões de pessoas, sendo 92% mulheres e 61,5% mulheres negras, configurando a categoria que mais emprega mulheres no país, principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Como aponta Bela Gil (2023), ainda existe o hábito de proibir que a empregada doméstica utilize certos aparelhos domésticos, com as desculpas racistas da possibilidade do mau uso, vinculada à ideia da “incapacidade” diante da baixa escolaridade, e/ou porque o uso do aparelho pela empregada seria “pagá-la para não trabalhar”. Já disse Lélia Gonzalez (p. 43, 2020): “[...] a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra.”.

Flávia Biroli (2014) destaca que com toda a carga associada à divisão sexual do trabalho, o tempo livre permitido a uma mulher de classe média pelo acesso aos serviços prestados por uma mulher pobre e/ou a eletrodomésticos amplia suas possibilidades de atuar na esfera pública, como também de desenvolver relações pessoais íntimas, de usufruir da liberdade que decorre da suspensão temporária dos papéis de gênero e de desenvolver suas capacidades mentais e criativas, ou seja, a essas mulheres se dá a possibilidade do usufruto do “direito a ser deixada em paz”.

Juliana Teixeira (2021) defende a tese que o trabalho doméstico é uma versão atual do trabalho escravocrata, estabelecendo que

Entender todo esse histórico de violência permite perceber como estabelecemos uma relação de subalternidade com o trabalho doméstico e, se remunerado ou não, é socialmente considerado inferior, é historicamente destinado às pessoas que não são sequer consideradas humanas como uma construção enraizada de imaginários que são reforçados pela permanência de uma desigualdade estrutural ocupada.

Acreditamos que o **sistema capitalista é o grande beneficiário da exploração das mulheres**, mas compactuamos com os pensamentos de Lélia Gonzalez (2020, p. 35, destaque nosso) que afirma que

[...] a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, **a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo**, a partir de **sua vantagem competitiva** no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas.

Assim, quem ocupa posição de poder, qualquer que seja nesta sociedade pautada nos pilares do capitalismo, racismo e do cisheteropatriarcado, de alguma maneira e em algum grau se beneficia do trabalho de reprodução que é o alicerce de toda a estrutura social.

3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR NA TRI-FRONTEIRA

Para analisar as relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra Mulheres, trazendo a base teórica já apresentada, foi proposto realizar uma pesquisa nas construções das relações familiares das e dos estudantes formandos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, Campus Avançado Barracão, conforme será apresentado no capítulo 4 PESQUISA DE CAMPO.

3.1 A cidade de Barracão e o IFPR Campus Avançado Barracão

O IFPR Campus Avançado Barracão, local de trabalho da pesquisadora que apresenta este trabalho, está situado em Barracão-PR, cidade localizada na região Sudoeste do estado do Paraná, a 552 km da capital Curitiba, fazendo fronteira com a cidade de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, e com a cidade de Bernardo de Irigoyen, da província de Misiones, na Argentina (BARRACÃO, 2022), como observa-se na Figura 2 – Barracão no Brasil e no Paraná. Com uma população de aproximadamente 11 mil habitantes, a cidade é reconhecida pela sua importância estratégica na região de fronteira.

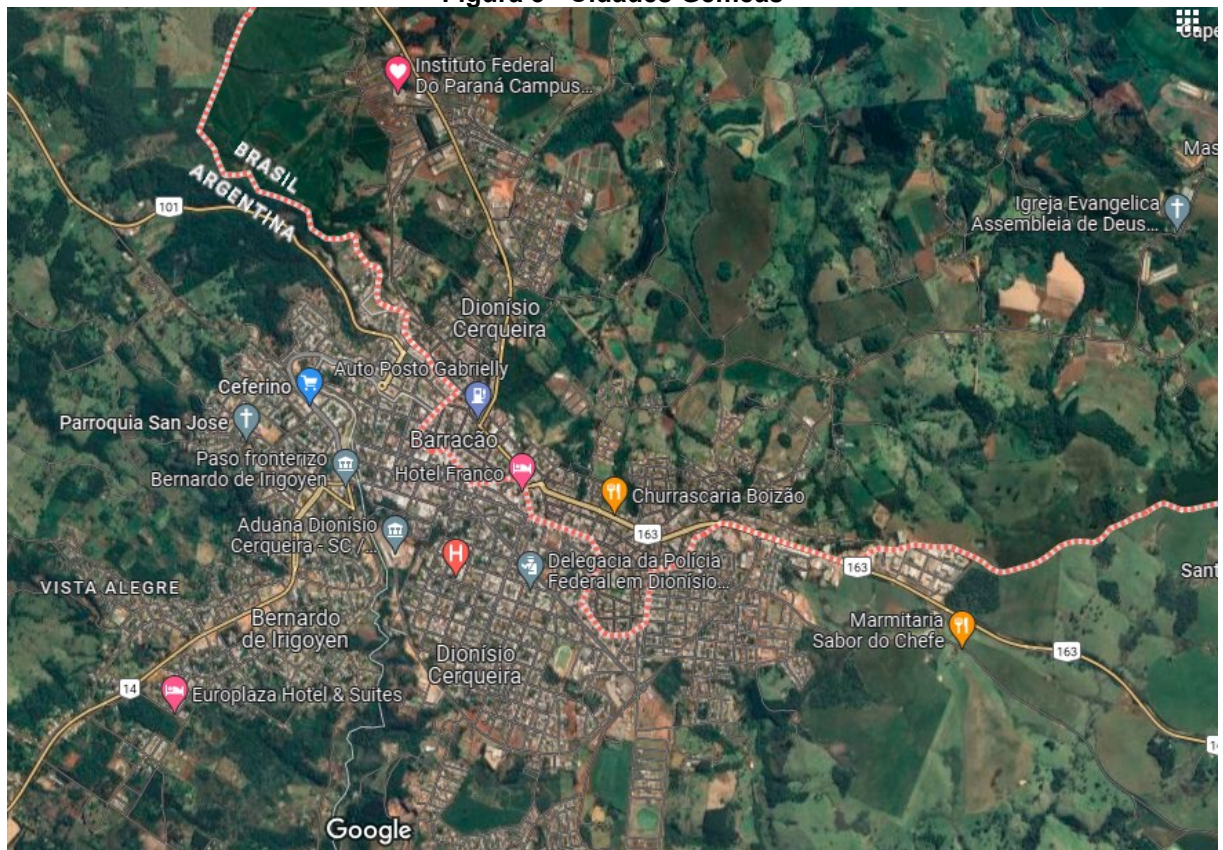
Figura 2 - Barracão no Brasil e Paraná



Fonte: Barracão (2022, não paginado)

A cidade é considerada gêmea da cidade de Dionísio Cerqueira-SC, pois é possível estar em uma rua em que de um lado da calçada é Barracão-PR e do outro é Dionísio Cerqueira-SC. Como pode-se observar na Figura 3 – Cidades Gêmeas, as cidades se misturam nas suas regiões centrais.

Figura 3 - Cidades Gêmeas



Fonte: Barracão (2023, não paginado)

Na Figura 3 – Cidade Gêmeas a linha pontilhada vermelha divide Barracão-PR de Dionísio Cerqueira-SC. A linha vermelha por vezes se confunde com uma linha mais tênue na cor cinza, que é a linha que mostra a divisão entre os países Brasil e Argentina. O ponto marcado com um coração vermelho diz respeito a localização do IFPR Campus Avançado Barracão. Vemos como as cidades Barracão-PR e Dionísio Cerqueira-SC por diversas vezes estão na mesma rua, e que a cidade de Bernardo de Irigoyen na Argentina também está em vários momentos na rua ao lado, uma vez que a fronteira se faz apenas por um caminho de passeio conforme é apresentado na Figura 4 – Fronteira Brasil e Argentina.

Figura 4 - Fronteira Brasil e Argentina



Fonte: Barracão (2023, não paginado)

Na Figura 4 – Fronteira Brasil e Argentina é possível observar que a rua C. Malvinas Argentinas, situada na cidade de Bernardo de Irigoyen da Argentina, faz divisa com a rua República da Argentina apenas por um caminho de passeio, que em parte está na cidade de Barracão-PR, uma vez que a partir do Marco da Tri-Fronteira, a rua República da Argentina tem parte que fica no Estado do Paraná, e outra parte no Estado de Santa Catarina.

De acordo com Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), uma das principais atividades econômicas de Barracão-PR é o Comércio Varejista (IPARDES, 2021), o que se justifica pelo alto trânsito de pessoas na região em virtude da fronteira.

A região estratégica foi escolhida para instalação do *campus* do IFPR em 2012. Em 2015 o IFPR Campus Avançado Barracão passou a ofertar o curso integrado ao Ensino Médio de Técnico em Administração e, a partir de 2018, o curso integrado ao Ensino Médio de Técnico em Informática. Em 2023 o *campus* conta com

18 Docentes e 9 Técnicos-Administrativos em Educação (IFPR – BARRACÃO, 2023). O *campus* atende estudantes dos municípios de Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC, Bom Jesus do Sul-PR, Pranchita-PR, Santo Antônio do Sudoeste-PR, e alguns de Bernardo de Irigoyen, Argentina, e no início do ano letivo de 2023 contava com o total de 224 estudantes⁸. O ingresso na instituição se dá por meio de processo seletivo.

3.2 Barracão e a violência contra as mulheres

Em Barracão, assim como na cidade gêmea Dionísio Cerqueira-SC, é possível vivenciar o clima de cidade pequena do interior: cadeiras postas em frente às casas, pessoas em roda conversando sobre a vida e tomando chimarrão, crianças correndo ao redor. Em ambas as cidades há a impressão de que todo mundo se conhece e não é raro perguntarem: você é filha de quem?

Ainda que haja certa tranquilidade, as cidades não são imunes às violências. No que tange a violência contra as mulheres, no desenvolvimento das atividades enquanto Assistente Social no IFPR Campus Avançado Barracão, foi notada a frequência de relatos de violências contra as mulheres das famílias e contra as próprias estudantes. Há entre as estudantes órfãs de mães que foram vítimas de feminicídio.

Buscamos dados sobre esse tipo de violência na cidade, mas ainda não há pesquisas desenvolvidas sobre o tema e os órgãos competentes não disponibilizaram dados públicos. O que se conseguiu foram os números de boletins de ocorrência (BO) acerca de crimes no ambiente doméstico, fornecidos pelo Ministério Público de Barracão, que atende as comarcas de Barracão-PR, Bom Jesus do Sul-PR e Salgado Filho-PR, por meio da Assessoria do Ministério Público. Os números foram compartilhados via *WhatsApp* oficial do Fórum de Barracão e apontaram que em 2019 foram registrados 108 BOs sobre crimes no ambiente doméstico, em 2020 foram 88 BOs, em 2021 foram 97 BOs e em 2022 foram 123 BOs (SILVA, P. C. P, 2022), números elevados se compararmos ao tamanho da população da cidade.

Outros dados foram obtidos durante a fala do Juiz de Direito da Comarca de Barracão, Dr. Esdras Murta Bispo, no evento “Justiça pela Paz em Casa”, realizado na data de 13 de março de 2023, no Fórum de Barracão. O Dr. Esdras informou o

⁸ Informação obtida através do desenvolvimento das atividades enquanto Assistente Social do quadro de servidores do IFPR Campus Avançado Barracão.

número de medidas protetivas de urgência fornecidas às mulheres em situação de violência na Comarca de Barracão, sendo: 2019 – 43 medidas; 2020 – 51 medidas; 2021 – 62 medidas; 2022 – 68 medidas; 2023 – 20 medidas até a data do evento⁹.

Em entrevista concedida para a TV da Fronteira sobre a 1ª Caminhada do Meio-Dia Pela Vida e Pelo Fim da Violência contra as mulheres (TV DA FRONTEIRA, 2023) o Delegado Lucas Faria, da Delegacia da Polícia Civil de Barracão-PR, informou que em 2022 dos 399 municípios do Paraná, Barracão foi o 27º em número de medidas protetivas de urgência para mulheres. Comentou também que em 2023, até o momento da entrevista realizada em 19 de julho, 80% das prisões realizadas na comarca de Barracão envolveram situação de violência doméstica, ou violência de gênero, ou crimes sexuais, ou tentativa de feminicídio.

Sabemos que os dados registrados são menores do que a realidade. A subnotificação dos casos de violência contra as mulheres é fato em todo o país, assim como a dificuldade enfrentada pelas mulheres para fazerem as denúncias. Considerando que o município de Barracão possui muitas famílias em zona rural, que além da dificuldade cultural fazer denúncias há na cidade outras dificuldades como o fato de todo mundo se conhecer, característica de cidades pequenas, e a ausência de transporte público que impacta na autonomia de mobilidade das mulheres, estima-se que o número de casos de violência contra as mulheres em Barracão e região seja muito maior.

Destacamos que o tema tem sido trabalhado pelo município. Como apontou o Delegado Lucas Faria em entrevista (TV DA FRONTEIRA, 2023), a Delegacia da Polícia Civil de Barracão-PR fará parte de um projeto que desenvolverá núcleos integrados de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e de gênero. O delegado também comentou que muitas mulheres ainda têm receio de fazer a denúncia, mas reforçou que o município tem uma boa política de acolhimento e destacou que é fundamental as mulheres procurarem a delegacia em caso de violência, reforçando que o equipamento está à serviço da população, sem julgamentos.

Outro ponto de destaque da fala do delegado foi a abordagem dos cinco tipos de violências previstos na lei Maria da Penha, com ênfase na violência psicológica que pode ser tão grave ou às vezes pior que a violência física. O delegado Lucas

⁹ BISPO, Esdras Murta. **Medidas protetivas de urgência fornecidas às mulheres em situação de violência na Comarca de Barracão**. Barracão, 2023. Informação verbal - Palestra.

reforçou que a delegacia tem por função inibir todas as formas de violência contra as mulheres (TV DA FRONTEIRA, 2023).

Ainda que os dados obtidos sobre a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres na região não tenham sido satisfatórios, constatamos que a violência contra as mulheres é uma realidade para as mulheres brasileiras da tri-fronteira. Diante da dificuldade de obtenção de dados e o tempo para realizar a pesquisa, não se investigou neste momento como se dá a violência contra as mulheres no lado argentino da fronteira.

Destacamos que a ausência de informações públicas e a dificuldade em obter os dados existentes já evidenciam o quanto a questão de violência contra as mulheres na região exige atenção, de forma que se acentua a importância do desenvolvimento desta dissertação para toda a comunidade.

4 A PESQUISA DE CAMPO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra Mulheres nas construções das relações familiares das e dos estudantes formandos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), Campus Avançado Barracão; e por objetivos secundários: (1) Identificar a presença e a tipologia da Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres nos núcleos familiares das e dos estudantes formandos; (2) Analisar as condições do trabalho doméstico e de reprodução desenvolvidos nos lares das e dos participantes, observando as tensões familiares em virtude da Divisão Sexual do Trabalho nesses espaços, imbricada ao uso dos artefatos tecnológicos e as relações com a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres; e (3) Discutir a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres como um dos instrumentos utilizados socialmente para manter a Divisão Sexual do Trabalho.

Visando alcançar os referidos objetivos, desenvolvemos esta pesquisa que é explicativa de natureza qualitativa (GIL, 2021) e utiliza recursos quantitativos. Realizamos pesquisa de campo com os princípios teóricos já apresentados e conforme metodologia exposta na sequência.

4.1 Metodologia

Para apreender relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres no cotidiano, realizamos esta pesquisa de campo no IFPR – Campus Avançado Barracão, onde a pesquisadora atua como Assistente Social desde abril de 2022.

Como demonstramos no capítulo 3, a VDICM na região é bastante alta, percepção esta que também se tem nos atendimentos realizados no *campus* durante o exercício da profissão de Assistente Social da pesquisadora. Não há, no entanto, dados registrados sobre o tema com as e os estudantes, então foi necessário pensar em um momento da pesquisa para colher dados sobre a VDICM com o corpo discente.

Admitindo que o tema é bastante sensível e diante da preocupação da proximidade da Assistente Social com as e os estudantes, entendemos que o ideal seria que os questionamentos sobre a VDICM fossem respondidos de forma anônima, uma vez que na entrevista poderiam surgir mais facilmente falas que as/os estudantes

poderiam não querer abordar naquele momento, mas talvez se sentissem comprometidas/os em fazê-lo pela proximidade com a profissional, ainda que fossem orientadas/os da possibilidade de interromper a participação na pesquisa a qualquer momento.

Diante disso, definimos também que a pesquisa deveria ser realizada apenas com estudantes que estavam concluindo os cursos, uma vez que já teriam acessado alguma discussão sobre as relações de gênero e de trabalho nos componentes curriculares cursados, e também por serem os adolescentes e jovens que tinham a idade mais avançada no *campus*, o que acreditamos conferir maior habilidade para dialogar sobre o tema sensível da violência contra as mulheres.

Assim, o universo escolhido foi o de estudantes com matrícula ativa no segundo semestre de 2022 e no último ano dos cursos integrados ao Ensino Médio Técnico em Administração (4º ano) e Técnico em Informática (3º ano), as denominadas turmas “4º ADM” e “3º INFO”, respectivamente. O universo era composto por 52 estudantes, dos quais 25 faziam parte da turma 4º ADM e 27 do 3º INFO. Quanto às idades, 33 estudantes tinham 18, 19 ou 20 anos, e 19 estudantes 16 ou 17 anos completos considerando a data de 27/10/2022, dia do início da pesquisa. Quanto ao sexo, com base na informação registrada no ato da matrícula no IFPR, 26 eram do sexo feminino e 26 do sexo masculino. Na época da aplicação da pesquisa, o IFPR - Campus Avançado Barracão tinha 209 estudantes com matrículas ativas divididas entre os cursos de ensino médio técnico integrado já mencionados, de forma que a amostragem representou cerca de 25% do corpo discente do *campus*.

Quanto aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, para identificar a presença e a tipologia da VDICM nos núcleos familiares das e dos estudantes pesquisados, pensamos em perguntas sobre o tema que pudessem ser respondidas de forma anônima pelos motivos já apresentados, na forma de um **questionário virtual**, uma vez que os questionários garantem o anonimato e não expõem as/os pesquisadas/os à influência das opiniões e do aspecto pessoal da pesquisadora (GIL, 2021), e de forma virtual dado que mesmo o simples ato de recolher um formulário das mãos da/o estudante poderia implicar em um desconforto, como também poderia pôr em risco o anonimato das respostas. A ferramenta selecionada para a construção e envio do questionário foi o *Google Forms*, que podia ser acessado pelos computadores do laboratório de informática e também pelos celulares caso a/o estudante quisesse. Esta plataforma foi escolhida pela proximidade das e dos

estudantes com as ferramentas Google, já que o IFPR tem contrato com a companhia e utiliza as ferramentas disponibilizadas pela empresa.

Para analisar as condições do trabalho doméstico e de reprodução desenvolvidos nos lares das/os participantes, observando as tensões familiares em virtude da DST nesses espaços, imbricada ao uso dos artefatos tecnológicos e as relações com a VDICM, foi entendido que o questionário não seria o instrumento ideal para alcançar este objetivo, pois para realizar esta análise são necessárias informações mais profundas dadas pelas/os participantes que, se dependessem do questionário, esse ficaria muito longo, e, como aponta Antônio Carlos Gil (2021, p. 138), “[...] questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos”. Também, diante da experiência de trabalho com as/os pesquisadas/os, sabemos que adolescentes, em geral, respondem melhor a interações imediatas, e que a participação é maior quando as atividades são coletivas, de forma que percebemos que era necessário um segundo instrumento de pesquisa.

Assim, após busca por sugestões com outras pesquisadoras e leituras sobre métodos coletivos de pesquisa, escolhemos o **grupo focal** como um segundo instrumento para a coleta de dados. De acordo com Gil (2021), a técnica de grupo focal foi desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial e foi disseminada na década de 1980, afirmando-se como um dos procedimentos mais adequados para fundamentar pesquisas qualitativas. Segundo Leny A. Bomfim Trad, a finalidade da técnica grupo focal é “[...] captar impressões dos informantes, valorizando, portanto, dimensões simbólicas e/ou subjetivas [...]” (2009, p. 788); Avani Maria de Campos Corrêa, Guilherme de Oliveira e Anny Carolina de Oliveira (2021), citando Gatti, apontam que a técnica qualitativa do grupo focal tem como objetivo capturar as percepções, sentimentos e ideias das e dos participantes, permitindo a compreensão de diversos pontos de vista e processos emocionais dentro do contexto de interação criado. Gil (2021), coloca que o método proporciona melhor compreensão do problema, possibilitando investigar um tema com profundidade.

Então, com a utilização desses dois instrumentos para coleta de dados (questionário e grupo focal), a pesquisa contou com métodos mistos, com delineamento convergente – coleta e análise tanto de dados quantitativos quanto qualitativos durante a mesma etapa do processo de pesquisa (GIL, 2021). Os instrumentos foram pensados, então, para serem utilizados em dois momentos distintos da aplicação da pesquisa que seria realizada em um único dia.

Como orienta Gil (2021), a construção do questionário, primeiro instrumento da pesquisa, foi pensada para obter informações diretas sobre a VDICM, utilizando linguagem clara e precisa. O questionário, disponível no APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa, contou com 9 perguntas estruturadas objetivas e um campo de manifestação livre para colher informações acerca da incidência da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres dentre as famílias das e dos estudantes. O tempo médio de resposta do questionário era de 6 minutos e a previsão dessa etapa, chamada de “A) Questionário VDICM”, era de duração de 15 minutos.

A construção da segunda etapa, chamada de momento “B) Grupo Focal”, foi pensada para ser realizada com no máximo 12 e no mínimo 6 estudantes por turma formanda, como orienta Gil (2021). Para guiar o grupo focal, foi desenvolvido um roteiro que está disponível no APÊNDICE B – Roteiro Grupo Focal, com perguntas acerca do trabalho de reprodução e consequências caso este não seja cumprido, sendo a pergunta introdutória do tema **“é obrigação da mulher o serviço da casa e de cuidar dos filhos?”**. Para esse momento a previsão de duração era de 55 minutos. Os grupos focais contaram com 12 estudantes.

Quanto à metodologia de análise de dados, os dados quantitativos obtidos no momento “A) Questionário VDICM” foram tabulados e serão analisados estatisticamente.

Para os dados obtidos no momento “B) Grupo Focal”, realizamos transcrição dos grupos focais e analisamos as informações com base na Análise de Conteúdo utilizando Laurence Bardin (2011), uma das técnicas de análise possíveis quando se emprega esse instrumento de coleta de dados (CORRÊA; G. DE OLIVEIRA; A. DE OLIVEIRA, 2021; KOLLER; DE ANTONI, 2001). De acordo Cibele Almeida Torres, Eveline Pinheiro Beserra e Maria Grasiela Teixeira Barroso (2007), a Análise de Conteúdo de Bardin possibilita explicitar e sistematizar o conteúdo das mensagens e a expressão do conteúdo, efetuando deduções lógicas e justificadas referentes à origem das mensagens do estudo, respeitando as questões políticas, psicológicas e sociológicas das expressões das e dos participantes.

As informações foram analisadas conforme embasamento teórico, sempre na perspectiva da totalidade e do método materialista histórico-dialético, “[...] uma vez que a teoria não pode desvincular-se da prática, mas dela emergir e a ela retornar como respostas às demandas concretas do real.” (CISNE, 2015, p. 94), e as análises

são apresentadas no capítulo 5 O NOVO SEMPRE VEM: DO VIL IDEAL ÀS NOVAS CONSCIÊNCIAS E JUVENTUDES, deste trabalho.

A pesquisa foi realizada presencialmente, então, com a utilização de dois instrumentos para coleta de dados, e em dois momentos sequentes com as respectivas turmas formandas, sendo eles: **A) Questionário VDICM; B) Grupo Focal**, conforme passo a passo apresentado a seguir.

4.2 Desenvolvimento e aplicação da pesquisa de campo

A maior preocupação da aplicação da pesquisa estava em garantir a segurança emocional das e dos estudantes participantes. Assim, no projeto de pesquisa submetido e aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) envolvendo seres humanos da UTFPR (processo CAAE: 61083722.9.0000.5547) e do IFPR (processo CAAE: 61083722.9.3001.8156) previmos não só a autorização da direção do *campus*, mas também o acompanhamento do psicólogo servidor do *campus* durante todo o processo para garantir atendimento imediato caso gatilhos fossem gerados.

Outra preocupação que tínhamos era em relação a pandemia da Covid-19 que ainda é uma realidade. No IFPR as aulas presenciais foram retomadas em março de 2022 condicionadas à apresentação do Passaporte Vacinal de todas e todos (corpo técnico, docente, discente e prestadoras de serviço). O uso da máscara após abril de 2022 ficou facultativo para quem não apresentasse sintomas (IFPR, 2022), e ainda havia disponível por todo o *campus* frascos com álcool para higienização, de maneira que no dia da aplicação da pesquisa as devidas precauções foram tomadas.

Quanto ao local para a realização da pesquisa, o momento “A) Questionário VDICM” foi realizado no Laboratório de Informática, o que foi autorizado pela direção, e que já estava preparado conforme as orientações do IFPR para o desenvolvimento de aulas no contexto da pandemia da Covid-19; o momento “B) Grupo Focal” foi realizado na sala “6B”, uso também autorizado pela direção; esta é uma sala bastante ampla, com poucos móveis, distante das outras salas e que já era utilizada pela Assistente Social que realizou esta pesquisa para atendimentos que necessitassem de sigilo.

Quanto aos momentos da pesquisa, foram realizados com cada uma das turmas em um único dia, durante o horário escolar e em aulas cedidas pelos/as professores/as. As aulas têm a duração de 45 minutos cada e foram necessárias duas

aulas consecutivas por turma para a realização dos momentos “A) Questionário VDICM” e “B) Grupo Focal”, totalizando 90 minutos para a aplicação completa da pesquisa.

A intenção, conforme apresentado no projeto de pesquisa submetido aos CEPs, era de na turma do 3º INFO a pesquisa ser realizada durante as aulas de Português, as quais aconteciam nas três primeiras aulas das quartas-feiras, sendo que seriam utilizadas, a princípio, a primeira e segunda aula, conforme carta de autorização que constou no projeto de pesquisa aprovado; e na turma do 4º ADM, a pesquisa seria aplicada durante as duas aulas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as quais eram realizadas nas duas últimas aulas das quartas-feiras, conforme carta de autorização que também constou no projeto de pesquisa aprovado.

A aprovação do projeto de pesquisa no CEP da UTFPR aconteceu no dia 14/10/2022 (Parecer CEP UTFPR nº 5.701.450), e no CEP do IFPR no dia 24/10/2022 (Parecer CEP IFPR nº 5.719.545), de maneira que no dia 27/10/2022, uma quinta-feira, foi realizado, então, o convite às e aos alunos das turmas 3º INFO e 4º ADM para participação na pesquisa, respectivamente na aula de História e na aula de Espanhol.

Durante o convite apresentamos o passo a passo da pesquisa, explicando os objetivos, informando que a data de aplicação da pesquisa seria no dia 09/11/2022, quarta-feira, e também lemos, esmiuçamos e entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento Para Uso de Imagem e Som de Voz (TCLE/TCUISV) para estudantes com 18 anos completos ou mais, TCLE/TCUISV – RESPONSÁVEIS e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE/ TCUISV) para aquelas/es que não tinham 18 anos completos. Explicamos e enfatizamos que a participação na pesquisa era voluntária e que era possível desistir a qualquer tempo.

A pesquisa foi aplicada, de acordo com o previsto no projeto de pesquisa aprovado, na quarta-feira, 09/11/2022, em ambas as turmas. O que sofreu alteração foram as aulas utilizadas para a realização das atividades, pois na data de 03/11/2022 os horários de aula foram trocados conforme o ANEXO A – Troca de Aulas; como os termos já haviam sido entregues, entramos em contato, verbalmente, com o professor de Português que pelo novo horário ficou nas três primeiras aulas da turma 3º INFO, e também conversamos com a docente responsável pela disciplina de Administração Financeira, que ficou nos horários da quarta e quinta aula na turma 4º ADM. Ambos

os docentes concordaram em ceder as aulas para a aplicação da pesquisa, mantendo o que já havia sido acordado com os docentes do horário antigo.

Então, no dia 09/11/2022, com o auxílio da assistente de pesquisa, Carla Jucerama dos Santos, que contribuiu com a organização dos espaços e o cumprimento das etapas da aplicação da pesquisa, realizamos a aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

A primeira turma foi a **3º INFO**. No início da primeira aula, às 7h30, com todas/os em sala, perguntamos quem iria participar da pesquisa. Do total de 27 estudantes, 17 entregaram os termos assinados, mas no dia da aplicação **15 escolheram participar** (dois estudantes que iriam participar faltaram no dia). As/os estudantes que não quiseram fazer parte da pesquisa permaneceram em sala com o professor da disciplina. Ressaltamos que, conforme acordado com a e o professor que cederam as aulas, os conteúdos e atividades trabalhados em sala com as/os estudantes que não participaram da pesquisa seriam futuramente repassados para quem participou, de maneira que estes, as e os participantes, não fossem prejudicadas/os.

Saímos então com as/os 15 estudantes para o Laboratório de Informática e foi iniciada a aplicação da pesquisa, o momento “A) Questionário VDICM”. Primeiramente agradecemos a participação de todas/os, ressaltando que a qualquer momento era possível desistir da participação e que se precisassem de apoio em virtude de algum mal-estar o psicólogo, Antônio, estava de prontidão para o atendimento. Nesse momento a pesquisadora também se dispôs a explicar possíveis dúvidas, no entanto não foi trazida nenhuma. Havia na sala 10 computadores já com a página da pesquisa aberta, intercalados e a uma distância segura para manter o anonimato das respostas. As e os estudantes foram orientados a se sentarem nas máquinas, responderem o que quisessem e a enviar a resposta reiniciando a pesquisa para a próxima pessoa. Também foi dada a opção de acesso ao questionário pelo celular, reforçando que a pesquisa era anônima mesmo que o acesso ao link fosse pelo aparelho, alguns preferiram este meio e o link da pesquisa foi enviado pelo WhatsApp. Foram recebidas 15 respostas.

Assim que finalizaram o questionário, perguntamos quem gostaria de seguir para o “B) Grupo Focal” e 14 estudantes quiseram permanecer na pesquisa. Como colocado no projeto de pesquisa, havendo mais de 12 interessadas/os, as/os estudantes receberiam um número e seria realizado um sorteio assegurando que não

houvesse predominância de participantes de um sexo. Assim, foi realizado um sorteio e aqueles/as que tiraram um número de 1 a 12 seguiram para o momento “B”. Aquelas/es que não seguiram na pesquisa, retornaram para a sala, acompanhados do psicólogo que verificou novamente se estavam bem, e seguiram com as atividades em aula com o professor. Essa etapa foi encerrada às 07h54.

Seguimos, então, com as/os 12 participantes sorteadas/os para a sala 6B, a qual já estava preparada com um círculo de 12 cadeiras dispostas com o distanciamento necessário. Dentro do círculo havia mais duas cadeiras onde foram colocados dois celulares, um em cada cadeira, para a gravação do áudio da roda de conversa. Um terceiro celular ficou na mão da pesquisadora que durante as conversas se movimentava para perto de quem estava falando, garantindo assim uma melhor captação do som. A assistente de pesquisa, Carla, ficou em uma mesa fora do círculo anotando em um caderno (que ela preferiu ao notebook) as principais falas, a fim de facilitar a identificação das e dos locutores no momento da transcrição.

O psicólogo também permaneceu em sala, fora do círculo, apenas observando. Destacamos que a presença do psicólogo foi uma estratégia prevista no projeto de pesquisa não só para o acolhimento das e dos estudantes no caso de a participação da pesquisa gerar algum mal-estar, mas também para tornar o ambiente da escuta mais acolhedor. Nem a Carla nem o Antônio intervieram nas falas. Vale ressaltar que as e os estudantes eram familiarizados com os dois, já que a Carla era estagiária de pedagogia e desenvolvia atividades com estudantes, e o Antônio era psicólogo servidor do IFPR Campus Avançado Barracão, realizando atendimentos e intervenções coletivas com as/os estudantes.

Assim que as/os participantes se sentaram nas cadeiras dispostas, reforçamos que a participação era voluntária, podendo a/o estudante desistir de seguir com a pesquisa a qualquer momento. Salientamos que o espaço era seguro para manifestação de pensamentos, e feito um acordo entre todas/os do sigilo das falas, assim como da cordialidade e respeito com as/os colegas. Novamente salientamos que se necessário o psicólogo estava à disposição para o acolhimento imediato.

A partir do consentimento das/os participantes, iniciamos a gravação de áudio dos celulares às 08h01. Explicamos, então, como se dariam os questionamentos durante o desenvolvimento do grupo, que não existia resposta certa ou errada, que era o momento delas/es falarem o que quisessem e após cada uma/um dizer seus

nomes (trocados na transcrição) para identificarmos as vozes, foi realizada a pergunta introdutória: é obrigação da mulher o serviço da casa e de cuidar dos filhos?

A partir daí o grupo focal foi sendo desenvolvido conforme as respostas e o roteiro no APÊNDICE B – Roteiro Grupo Focal. A gravação foi finalizada com 48 minutos e 31 segundos, após o roteiro de perguntas ser finalizado, e a atividade encerrada às 8h55. Antes de saírem, perguntamos às e aos se todas/os estavam bem, assim como colocamos que o atendimento psicossocial seguia à disposição e frisamos que os dados coletados seriam utilizados especificamente para o trabalho acadêmico. Após agradecer a participação, as e os estudantes foram encaminhados à sala do 3º INFO em tempo de iniciarem a terceira aula, às 9h00. Registramos que não houve necessidade de nenhum atendimento.

A aplicação da pesquisa na segunda turma, o **4º ADM**, foi iniciada na aula após o recreio, conforme combinado, às 10h05. Seguindo os mesmos ritos da aplicação de pesquisa na turma já descrita, perguntamos quem gostaria de participar da pesquisa e do total de 25 estudantes, **21 quiseram participar** e entregaram os termos. Aquelas/es que não quiseram participar permaneceram em sala com a professora titular do horário.

Seguimos com esses para o Laboratório de Informática para o momento “A) Questionário VDICM”. Foram feitas as explicações da mesma maneira que realizado com a turma 3º INFO e enviado o questionário via WhatsApp para quem desejou. Foram recebidas 20 respostas ao questionário, pois uma pessoa não enviou o formulário. Após terminarem de responder ao questionário, foi perguntado quem gostaria de seguir com a pesquisa e 10 pessoas aceitaram, de maneira que não foi necessário realizar sorteio para fase “B” com a turma 4º ADM. As/os 11 estudantes que não quiseram participar retornaram para a sala acompanhadas/os do psicólogo que verificou se todas/os estavam bem. Essa etapa foi finalizada às 10h37.

Direcionamos, então, as/os 10 participantes para a sala 6B para iniciar o momento “B) Grupo Focal”. As/os estudantes se dispuseram da mesma forma como realizado com a turma 3º INFO, assim como a assistente de pesquisa Carla e o psicólogo Antônio. Também foram utilizados os 3 celulares para gravação do áudio na mesma disposição do grupo anterior, sendo colocados dois no centro do círculo de cadeiras e um permaneceu na mão da pesquisadora que se movimentava durante as falas do grupo.

Realizamos as falas iniciais e o encaminhamento se deu da mesma forma que na turma anterior. Nesta turma, 4º ADM, a gravação foi encerrada aos 52 minutos e 56 segundos, e a atividade finalizada, com os mesmos procedimentos da turma anterior, às 11h35. A atividade avançou um pouco dentro da sexta aula da turma, que iniciou às 11h30, de forma que as/os participantes foram acompanhadas/os até a sala e explicado ao docente em aula, o motivo do atraso. Não houve problemas com o professor e nem necessidade de atendimento psicológico às/aos participantes.

Assim, finalizamos a aplicação da pesquisa nas turmas 3º INFO e 4º ADM no dia 09/11/2022, conforme previsto no projeto de pesquisa, e os resultados dos dados obtidos serão apresentados e analisados do capítulo a seguir.

5 O NOVO SEMPRE VEM: DO VIL IDEAL ÀS NOVAS CONSCIÊNCIAS E JUVENTUDES

Conforme metodologia apresentada, a pesquisa foi aplicada em dois momentos distintos: “A) Questionário VDICM” e “B) Grupo focal”. Apresentamos na sequência a discussão sobre as informações coletadas.

5.1 A Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres e as/os estudantes do IFPR Campus Avançado Barracão: primeiras noções

O questionário chamado “Questionário VDICM”, disponível no **APÊNDICE A** - Questionário de Pesquisa desta dissertação, foi aplicado via plataforma *Google Forms*, contou com 10 questões e foi respondido de forma anônima, como já descrito no capítulo anterior. Foram obtidas **35 respostas**, as quais chamamos de R.01 a R.35 para os momentos desta análise que necessitaram de alguma identificação. As perguntas objetivas foram analisadas estatisticamente, trazendo as teorias que embasam esta dissertação e alguns dados nacionais quando pertinente. As respostas discursivas que foram incluídas no item 10 foram analisadas com base na análise de conteúdo, categorizando as respostas e análises por temas (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2016).

Das perguntas “1. De qual turma formanda você é?”, “2. Você se identifica com qual sexo?”¹⁰ e “3. Qual a sua identidade racial?” obtivemos um breve perfil das e dos estudantes que participaram da pesquisa: das 35 respostas obtidas, 20 estudantes (57%) eram da turma 4ºADM e 15 estudantes (43%) da turma 3º INFO; 18 estudantes (51%) se identificaram como do sexo feminino, 16 estudantes (46%) como do sexo masculino e uma pessoa (R.26) preferiu não responder sobre com qual sexo se identificava. Na Tabela 1 – Estudantes por curso/sexo podemos verificar a participação de estudantes por curso e por sexo:

¹⁰ Compreendemos "identidade de sexo" como algo também socialmente construído, processo fruto de normas regulatórias para além de um dado corporal dicotômico (CISNE; SANTOS, 2018), no entanto o termo é usualmente colocado em questionários para a categorização de pessoas do sexo masculino e feminino. Assim, optamos por utilizar o termo "identidade de sexo" em vez de "identidade de gênero" no questionário por entendermos que o nosso universo de adolescentes teria melhor compreensão da questão. Reconhecemos que muitos delas/es poderiam não estar familiarizadas/os com os termos relacionados à identidade de gênero, e nosso objetivo era criar um questionário mais conciso. Para abranger adolescentes que não se identificavam com “masculino” ou “feminino”, acrescentamos os campos “Prefiro não responder” e “Outro”, este último com espaço para escrita caso alguma/um estudante quisesse expressar sua identidade de outra forma, o que não ocorreu.

Tabela 2 – Estudantes por curso/sexo

| CURSO | SEXO | | | TOTAL |
|---------|----------|-----------|------------------|-------|
| | Feminino | Masculino | Não especificado | |
| 4º ADM | 11 | 8 | 1 | 20 |
| 3º INFO | 7 | 8 | 0 | 15 |

Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

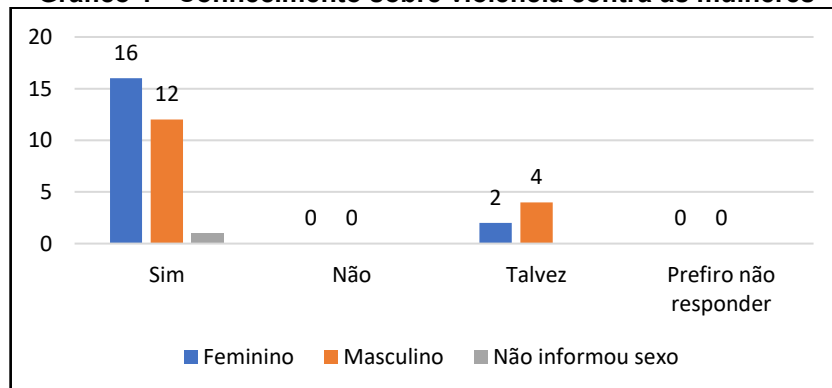
Ainda, do total de estudantes participantes, 30 estudantes (86%) se identificaram como pessoa branca, 3 estudantes (9%) como pessoa parda e 2 estudantes, 6%, como pessoa preta.

A participação nas turmas ficou, então, equilibrada no quesito de identidade de sexo, porém na questão da identidade racial não tivemos participação de forma proporcional, refletindo a realidade do IFPR Campus Avançado Barracão, onde a presença de estudantes negras/os (pretas/os e pardas/os) é pequena. Também destacamos que ninguém se declarou como “Asiática/o” e nem “Indígena”.

Diante desse cenário étnico-racial e sabendo que esta pesquisa será publicada e enviada para as e os estudantes que marcaram que gostariam de receber o trabalho final, optamos por não trazer o marcador racial nas análises, pois há um grande risco de o anonimato ser perdido se identificarmos a resposta com a identidade racial parda/o ou preta/o.

Buscando entender a proximidade das e dos estudantes com o tema da pesquisa, no item 4 do questionário perguntamos “4. Você acha que sabe o que é violência contra as mulheres?” e a maioria disse que sim. Algumas respostas foram marcadas como “Talvez” e nenhuma/um estudante disse não saber o que é esse tipo de violência, conforme apresentamos no Gráfico 1 – Conhecimento sobre violência contra as mulheres.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre violência contra as mulheres



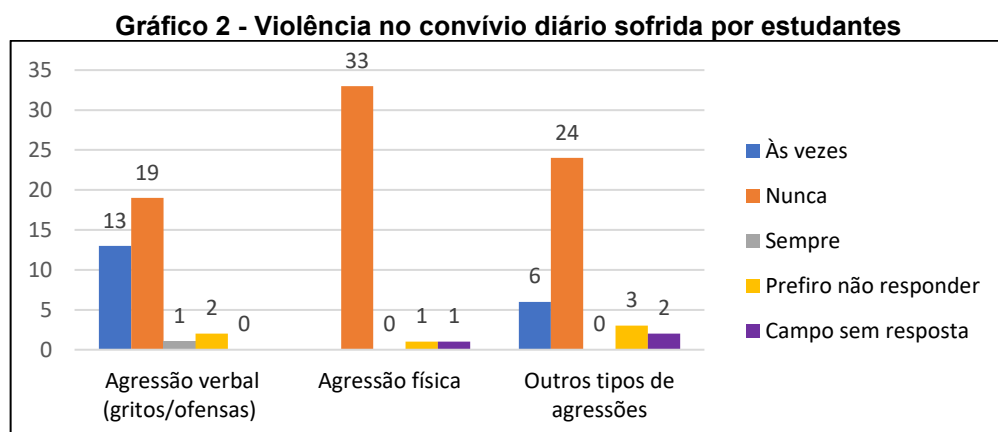
Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

Todas e todos os estudantes que participaram da pesquisa afirmaram, então, que entendiam ou poderiam entender algo sobre violência contra a mulher. Entre as estudantes do sexo feminino, 80% declararam ter conhecimento sobre o tema, enquanto entre os estudantes do sexo masculino, esse número foi de 75% dos respondentes.

No item “5. No convívio diário onde você reside, com qual frequência você sofre:” perguntamos os tipos de violências sofridas pelas/os estudantes no convívio diário nas respectivas residências, de forma direta e concisa, com o objetivo de evitar gatilhos e manter o questionário adequado ao público de adolescentes. As agressões listadas foram “Agressão verbal (gritos/ofensas)”, “Agressão física” e “Outros tipos de agressões”, com as possibilidades de marcação “Às vezes”, “Nunca”, “Sempre” e “Prefiro não responder”. Registramos que algumas questões sobre violências sofridas foram aprofundadas na pergunta aberta do questionário, item 10, e nos Grupos Focais realizados.

Das respostas coletadas, observamos que 17 estudantes (49%) indicaram a opção “Nunca” para todas as formas de agressões listadas, enquanto uma estudante (R.35) marcou “Prefiro não responder” em todas as alternativas. Preocupantemente, 15 estudantes (43%) revelaram que sofrem pelo menos um tipo de agressão ocasionalmente, e destes, 60% se identificaram como do sexo feminino.

Dentre a ocorrência de agressões que às vezes aconteciam, a agressão verbal foi a mais relatada, com 13 respostas, enquanto outras formas de violência foram mencionadas em 6 respostas, como demonstramos no Gráfico 2 - Ocorrência de Violência no Convívio Diário entre Estudantes.



Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

Das/os respondentes que disseram às vezes sofrer agressões verbais, 61% se identificaram como do sexo feminino. A pessoa que marcou sempre sofrer agressão verbal se identificou como do sexo masculino (R.12). Dentre as meninas, das 18 respondentes, 44% afirmaram às vezes sofrer agressão verbal. Dentre os meninos, dos 16 respondentes, 25% afirmaram às vezes sofrer agressão verbal. A pessoa que não quis identificar o sexo (R.26) informou que às vezes sofre esse tipo de agressão. Das 6 respostas sobre outros tipos de agressões às vezes sofrida, uma foi marcada por R.26, 3 foram de estudantes que se identificaram como do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Para a agressão física, a maioria respondeu nunca sofrer este tipo de agressão, uma resposta foi vazia (R.06) e uma resposta foi marcada com “prefiro não responder” (R.35).

Vemos então que as meninas são as mais acometidas por violências e são vítimas principalmente de agressões verbais, situações que causam danos emocionais e podem levar ao adoecimento psicológico. Como apontam Gardene Lima Silva e Luana Marques Mesquita (2023, p. 444)

O adoecimento psicológico e a violência doméstica estão interligados de várias maneiras. As vítimas de violência doméstica geralmente desenvolvem problemas de saúde mental devido ao trauma e ao estresse contínuo causado pela situação. Além disso, a violência doméstica pode levar à baixa autoestima, perda de autonomia, depressão, isolamento social e outros fatores que contribuem para o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais. Por outro lado, aquelas que já têm problemas de saúde mental são mais vulneráveis à violência porque muitas vezes têm dificuldade em reconhecer os sinais de abuso ou procurar ajuda para sair do ciclo de violência.

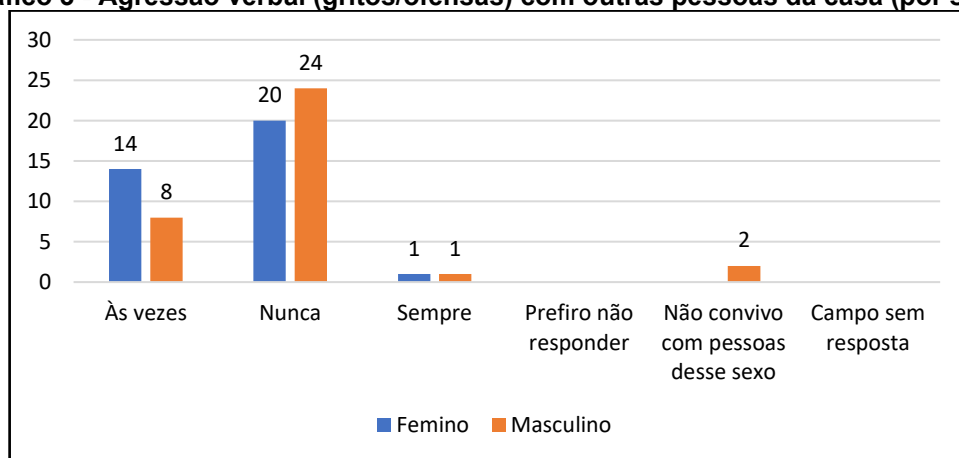
Nós defendemos que é importante não hierarquizar os tipos de violência. Dada a complexidade das manifestações de violências, não consideramos que violências físicas são mais graves que violências psicológicas, pois as consequências desta última, que ainda é bastante invisibilizada, também podem ser fatais. Como aponta a advogada criminalista especialista em crimes de gênero Fayda Belo (2023), a violência psicológica tem levado muitas mulheres à necessidade de tratamento de saúde mental e podem culminar no suicídio. Portanto, todas as agressões relatadas são motivo de preocupação.

A pergunta “6. No convívio diário onde você reside, com qual frequência ocorre:”, buscou trazer informações sobre violências cometidas com outras pessoas da casa e trouxe alternativas a serem marcadas conforme o tipo de agressão e o sexo da pessoa que sofria. Das respostas, 17 estudantes (49%) informaram nunca

acontecer nenhum tipo de violência com outras pessoas na residência de convívio diário, independente do sexo.

Das agressões verbais (gritos/ofensas), a maioria respondeu que este tipo de agressão nunca ocorria com outras pessoas do convívio diário na residência, no entanto, das pessoas que responderam “Às vezes”, novamente observamos a maior incidência da agressão verbal com pessoas do sexo feminino, conforme apresentamos no Gráfico 3 – Agressão verbal (gritos/ofensas) com outras pessoas da casa (por sexo).

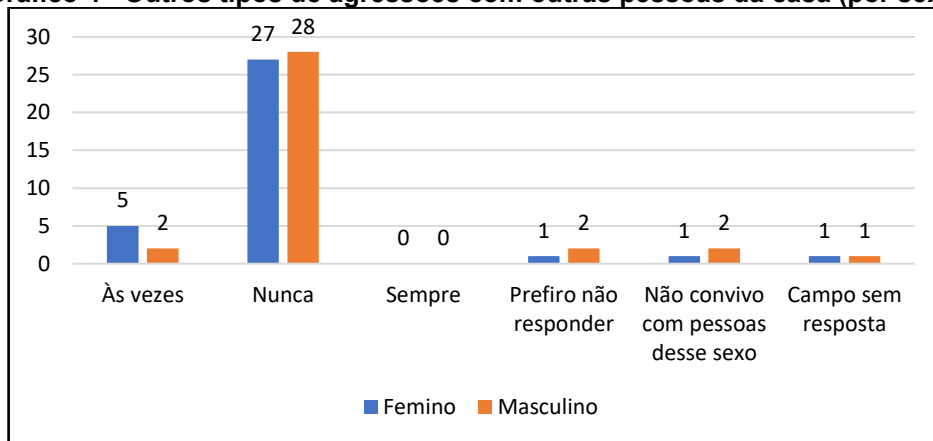
Gráfico 3 - Agressão verbal (gritos/ofensas) com outras pessoas da casa (por sexo)



Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

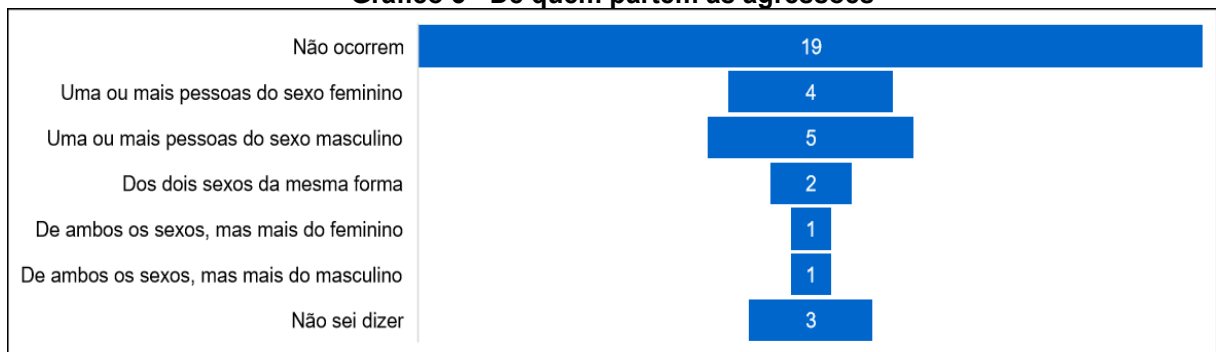
Sobre agressões físicas, 30 estudantes (85%) responderam que este tipo de agressão nunca acontecia com outras pessoas nem do sexo masculino e nem do sexo feminino. Um estudante (R.01) sinalizou que esta agressão ocorria às vezes com outra pessoa do sexo masculino, mas nunca com pessoa do sexo feminino. Outro estudante (R.28) informou que a agressão física acontecia às vezes com uma pessoa do sexo feminino, e nunca com outra pessoa do sexo masculino. Uma estudante (R.35) informou que não convivia com pessoas de nenhum dos sexos. Uma estudante (R.20) deixou o campo em branco para agressões físicas sofridas por outras pessoas do sexo feminino e marcou “Nunca” para pessoas do sexo masculino.

Observamos que para “outro tipo de agressões”, ainda que a maioria das e dos estudantes tenha respondido que outras agressões nunca ocorriam com pessoas de ambos os sexos no convívio residencial diário (71%), para “Às vezes” mais uma vez as mulheres aparecem como as mais afetadas, conforme apresentamos no Gráfico 4 – Outros tipos de agressões com outras pessoas da casa (por sexo).

Gráfico 4 - Outros tipos de agressões com outras pessoas da casa (por sexo)

Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

Na pergunta “7. Caso ocorra agressões no seu convívio diário, essas agressões partem mais de:” buscamos entender de onde partiam as agressões observando o sexo de quem as praticava. A maioria das e dos estudantes (54%) respondeu que as agressões não ocorriam no convívio diário. Para aquelas/es que indicaram a ocorrência de agressões, houve uma distribuição quase igualitária de práticas de agressões atribuídas tanto a pessoas do sexo masculino quanto do sexo feminino, conforme mostramos no Gráfico 5 – De quem partem as agressões.

Gráfico 5 - De quem partem as agressões

Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

A teórica feminista bell hooks¹¹ falando sobre “violência patriarcal”, que considera um termo mais adequado porque, diferente da expressão “violência doméstica”, lembra a quem ouve que a violência no lar está conectada ao sexismo, ao pensamento sexista e à dominação masculina, aponta que, submetidas à essa cultura, muitas mulheres acreditam que uma pessoa que tem autoridade tem o direito

¹¹ A autora bell hooks (2019) preza pela escrita do seu nome em letras minúsculas com o intuito de deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

de usar a força para manter esta autoridade. Como defende bell hooks (2019, p. 99, destaques nossos)

Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar a **violência como meio aceitável de controle social**. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja em um relacionamento homem-mulher, quer seja na conexão entre pais ou mães e crianças.

Já explicitamos no capítulo 2 deste trabalho que a violência é utilizada como instrumento de dominação e que no modo de produção capitalista ela tem finalidade econômica, de maneira que quando ela ocorre dentro do ambiente doméstico, ela também cumpre sua função de manter a estrutura do sistema capitalista, racista e cisheteropatriarcal.

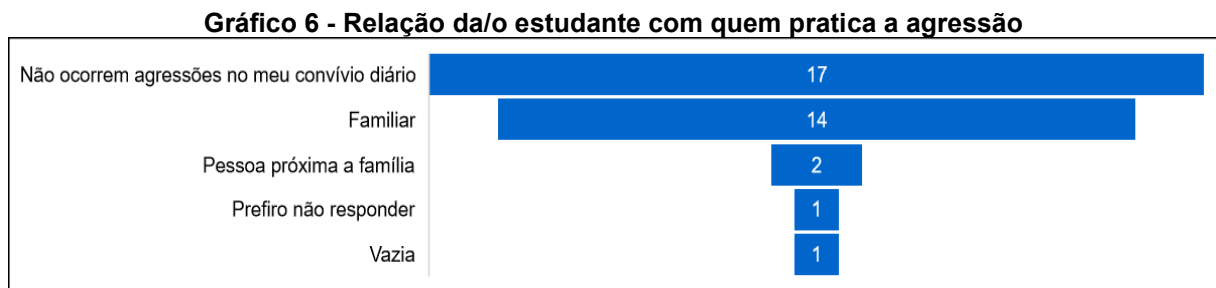
O pensamento de bell hooks é importante para entendermos que a reprodução das violências por mulheres está fundamentada nos ideais patriarcais, capitalistas e, acrescentamos, racistas. As mulheres também reproduzem violências, e nesta pesquisa a quantidade de agressões que partem de pessoas do sexo feminino se mostrou próxima à quantidade de praticantes de agressão do sexo masculino como mostrado no Gráfico 5 – De quem partem as agressões.

Tal como bell hooks, nossa intenção não é reforçar discursos que culpabilizam as mulheres por violências que acontecem no ambiente doméstico com crianças e adolescentes, mas sim colocar que é fundamental que mulheres e homens se oponham ao uso de violências como meio de controle social em todas as suas manifestações. Concordamos com a autora que defende que “Os esforços feministas pelo fim da violência de homens contra mulheres deve [sic] ser estendido a um movimento pelo fim de todas as formas de violências.” (hooks, 2019, p. 101).

Também perguntamos sobre a relação da e do estudante com quem praticava a agressão através da pergunta “8. A(s) pessoa(s) que realiza(m) as agressões é(são) (marque mais de uma se necessário):”. Nenhuma/um estudante marcou mais do que uma opção e novamente a maioria respondeu que não ocorriam agressões no convívio familiar (49%), porém foi uma quantidade menor do que o número dado como resposta na pergunta anterior com a alternativa “não ocorrem” (54%). Observamos que uma resposta (R.14) foi vazia nesta pergunta, mas o estudante que a deixou em branco na anterior havia marcado “não ocorrem” e “nunca” em todas as perguntas sobre ocorrência de violências, de maneira que podemos presumir que esta seria

também marcada como “Não ocorrem agressões no meu convívio diário”. A estudante que optou por “prefiro não responder” nesta pergunta (R.16), na anterior marcou “Não ocorrem” indicando que não havia agressões no convívio diário, porém a mesma estudante marcou que às vezes sofre agressões verbais, e que às vezes outra pessoa do sexo feminino sofre agressão verbal.

Para quem indicou a relação com quem pratica a agressão, 14 estudantes (88%), informaram que a relação é familiar, e dois estudantes apontaram que as agressões partem de pessoa próxima a família, conforme apresentamos no Gráfico 6 – Relação da/o estudante com quem pratica a agressão.



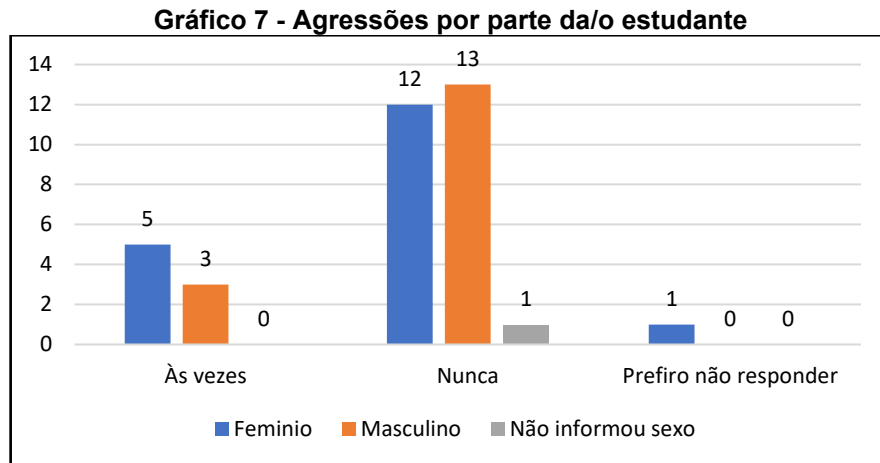
Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

Esse dado converge para a estatística nacional. O Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2023 (FBSP, 2023) traz que das crianças e adolescentes que são vítimas de maus-tratos, a maior parte dos agressores são conhecidos das vítimas, pontuando que em todas as faixas etárias analisadas na pesquisa o percentual é maior que 90%.

Observamos, portanto, que, de forma geral, além dos lares não serem seguros para as mulheres, como já demonstramos, também não são para crianças e adolescentes, de maneira que defendemos que é preciso romper urgente e definitivamente com a ideia que muitos ainda sustentam de que no âmbito privado as relações estão eximes das leis de proteção tanto das mulheres, quanto de crianças e adolescentes.

No item “9. Você diria que as agressões também partem de você?” perguntamos para as/os estudantes sobre a participação enquanto quem produz a agressão. A maioria, 74%, informou que nunca pratica as agressões no convívio familiar. Das respostas marcadas como “às vezes”, do total (8 respostas), 5 se identificaram como do sexo feminino e 3 do sexo masculino, uma pessoa (R.08)

marcou que preferia não responder, conforme demonstramos no Gráfico 7 – Agressões por parte da/o estudante.



Fonte: Dados da pesquisa - elaboração própria (2023)

Para compreendermos por que as meninas apresentaram mais agressividade do que os meninos, seria necessário obter mais dados e explorar outras bases teóricas, o que está além do escopo deste trabalho. Deixamos uma hipótese com base nos atendimentos realizados enquanto Assistente Social que pode ser aprofundada em estudo posterior, a de que as meninas apresentam mais facilidade de lidar e assumir sentimentos, quaisquer que sejam, em oposição aos meninos que, doutrinados na lógica machista de que homens são apenas “racionais” e que naturaliza violências, muitas vezes não percebem e/ou não assumem as agressividades.

No último item do questionário deixamos uma pergunta aberta “10. Gostaria de falar alguma coisa sobre violência doméstica ou relatar algum episódio que você presenciou, ou ainda manifestar sua opinião sobre o tema?”. Obtivemos 15 comentários dentre os quais 4 apenas comentaram que não queriam falar nada sobre o tema e 11 trazemos a seguir.

O comentário feito por R.01, da turma 3º INFO que se identificou como masculino, traz que

tema muito complicado e acho que pouco falado na maior parte do ano, visto que ocorre o ano todo, já presenciei casos de violência quando mais novo e sei o quanto é difícil passar por isso e superar o trauma. (R.01)

R.01 foi um dos estudantes que responderam que sabiam o que era violência contra a mulher e aponta a necessidade de se falar mais sobre o tema durante todo o

ano, não apenas em momentos específicos, como geralmente acontece no mês de março em virtude do dia internacional da mulher.

Outras menções sobre a importância do tema foram:

Um tema de suma importância sobre. (R.19).

Acho que o tema é extremamente relevante, necessário. Aguardando a roda de conversas sobre o tema. (R.30).

A resposta R.05, de estudante do sexo masculino da turma 3º INFO, trouxe que

A violência doméstica [sic] e algo que vem ganhando força [sic] nos últimos anos e isso é preocupante para as famílias pois esse tipo de agressão vem se tornando mais frequentemente na sociedade a cada dia. (R.05).

O estudante foi dos que marcou “Talvez” na pergunta “4. Você acha que sabe o que é violência contra as mulheres?”, mas evidenciou a importância do tema.

Na resposta R.10 a estudante que se identificou como do sexo feminino e da turma do 3º INFO colocou que

Na minha opinião a violência doméstica é uma grande batalha, que talvez nunca iremos conseguir acabar com ele [sic]. E quem realiza violência doméstica deve pagar pelos seus atos. (R.10).

A estudante informou saber o que é violência contra a mulher e não indicou em nenhuma questão sofrer quaisquer tipos de agressão, assim como não afirmou agressões com outras pessoas da casa.

O relato que constou na resposta R.12, feito por um estudante que se identificou como do sexo masculino da turma do 3º INFO, trouxe:

Eu morei muito tempo com a minha irmã e desde sempre ela esteve em um relacionamento abusivo (dos piores que eu consigo imaginar) onde sofreu e apanhou por anos e anos (inclusive eu também), porém n [sic] foi só agressão física, mas psicológica igualmente. (R.12).

As palavras de R.12 nos mostram como a violência contra as mulheres no ambiente doméstico geralmente refletem em outras pessoas da casa. Na mesma linha, a resposta R.33, dada por um estudante também do sexo masculino da turma 4º ADM, trouxe

na realidade ja [sic] presenciei mais de um episodio [sic] de violencia dometstica [sic] ,todavia o que mais me marcou foi o ocorrido onde o

familiarde [sic] sexo masculino pos [sic] a faca na garganta da de sexo feminino. (R.33).

Como aponta bell hooks (2019), é importante salientar que a violência doméstica contra as mulheres não está separada da violência contra crianças e adolescentes, uma vez que estas/es também podem ser vítimas de abusos que acontecem nos lares ou ser emocionalmente afetadas/os ao testemunhar atos violentos e abusivos. Fayda Belo (2023) salienta que além de a violência contra as mulheres trazer reflexos no seio familiar, há também impacto na vida das e dos filhos no ambiente escolar, assim como no ambiente corporativo e social que as mulheres estão inseridas.

O estudante R.12 foi o único que respondeu sempre sofrer agressão verbal e que às vezes também sofria outros tipos de agressões. Ele informou que as agressões verbais ocorrem sempre com outras pessoas do sexo feminino e do masculino, assim como outros tipos de agressões com ambos os sexos. Sobre de quem parte as agressões, R.12 marcou a opção “De ambos os sexos, mas mais do masculino” e que a relação é de familiar com as pessoas que praticam a agressão. Com base nas respostas de R.12, não podemos afirmar com certeza se a agressão mencionada na pergunta 5 ocorre dentro da mesma relação descrita na resposta da pergunta 10. No entanto, podemos inferir que, à época da pesquisa, R.12 vivia em um ambiente doméstico onde as violências eram frequentes.

O relato da estudante do 4º ADM, resposta R.32, mostra o entendimento da evolução da violência psicológica, a manipulação, até o aumento da agressividade que implicou no pedido de medida protetiva da mãe contra o ex-namorado. A estudante relatou:

Já ocorreu de um ex-namorado da minha mãe ser extremamente manipulador, e depois de um tempo se mostrar extremamente agressivo. Minha mãe não chegou a sofrer agressão física, mas foi ameaçada diversas vezes, ao ponto de precisar fazer uma Medida Protetiva contra a pessoa. (R.32)

Belo (2023, p. 52, grifo nosso) comenta que consta no artigo penal o crime de violência psicológica contra a mulher:

Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, **manipulação**, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.

A autora pontua que violência psicológica é o crime mais praticado dentro dos lares, e que apenas em 2021 foi tipificada como crime no Código Penal, embora já estivesse prevista na Lei Maria da Penha. Essa tipificação é um marco significativo, uma vez que oferece às mulheres mais segurança para fazerem as denúncias. Entendemos que a violência psicológica muitas vezes é a mais difícil de se criminalizar, já que envolve um processo de desconstrução da normalização dessa violência. Belo (2023, p. 52) exemplifica

Sabe quando o homem diz a roupa que a mulher deve usar, aonde ela pode ir, com quem ela pode falar, qual religião ela deve seguir, a afasta da família, diz quem pode ser amigo dela, controla cada segundo de sua vida, de forma que ela não tem mais autonomia e só pode fazer o que ele quer? O nome disso é violência psicológica.

A autora traz situações de abuso que muitas vezes ainda são lidas como cuidado de quem pratica a ação. No entanto, é inegável que as percepções das mulheres e de toda a sociedade em relação a essas situações estão mudando. O relato da estudante R.32, que sendo adolescente já traz o entendimento que a violência psicológica é crime, assim como o registro de 24.382 boletins de ocorrência de violência psicológica em 2022 (FBSP, 2023), evidenciam que essa forma de violência está sendo identificada, denunciada e confrontada.

O comentário de R.34, uma menina do 4º ADM, trouxe a percepção da estudante sobre um filho que reproduz o comportamento violento do pai. A estudante disse:

Muitas vezes a violência psicológica também acaba passando de genitor pra filho e o mesmo acaba nem percebendo que está cometendo os mesmos erros q [sic] seus responsáveis/pais cometem/cometiam. (R.34).

Como aponta a professora e pesquisadora das questões de gênero Nanci Stancki da Luz, crianças que fazem parte de relações onde a violência é rotineira podem considerá-la natural. A autora destaca (2009, p. 50)

Se no âmbito familiar as crianças vivenciam a hierarquia/dominação entre os sexos, relações violentas e se o silêncio e o conformismo são apresentados como forma de proteção, a violência pode ser aceita, suportada e também reproduzida.

A estudante R.34 evidenciou o sexo masculino no seu comentário, falando de pai e filho. Conforme mencionamos anteriormente, é importante reconhecer que as mulheres também podem reproduzir a violência patriarcal, segundo destacado por hooks (2019). Ressaltamos, concordando com Luz (2009), que, independentemente do gênero, as crianças podem ser influenciadas em seu desenvolvimento ao crescerem em ambientes onde a violência é comum e considerada natural, o que pode se manifestar tanto na perpetuação dessas formas de violência quanto na aceitação delas.

A resposta de R.35 trouxe um relato de sobrevivência. A estudante, uma menina do 4º ADM, narrou:

Quando era criança meus pais eram casados, meu pai cometia diversas agressões contra minha mãe eu e minhas irmãs, principalmente e mais sobre minha mãe, depois da terceira vez em que meu pai tentou matar todas nós, minha mãe conseguiu se separar dele, mesmo estando separada e nós não querendo contato com ele, até hoje hoje [sic] ele insiste em ter contato com nós e minha mãe. Senti em minha pele a realidade de muitas mulheres hoje. Sinto que esse tema deve ser abordado mais pela sociedade, ainda mais hoje, que os números de feminicídio aumentaram. E conseqüentemente deve haver mais apoio para as mulheres que sofrem violências e menos julgamento. (R.35).

A estudante R.35 trouxe a vivência da violência extrema experimentada por ela, as irmãs e a mãe: a tentativa de feminicídio. Sobreviventes, a estudante, irmãs e mãe precisaram encontrar maneiras de seguir as vidas, recomeços que são vivenciados por muitas mulheres que sobrevivem à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

Gostaríamos de destacar dois pontos do relato da R.35. O primeiro é a questão do agressor ser o pai da estudante e o marido da sua mãe, o segundo é a estudante colocar que deve haver mais apoio para as mulheres que sofrem violências e menos julgamentos. Trazemos essas situações relacionadas para evidenciar um fator muito importante que compõe a complexidade da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres e outras pessoas da família: o afeto que pode haver na relação com quem agride.

Não é raro mulheres serem julgadas nos espaços de atendimento, nas famílias e por toda a sociedade por não saírem das relações violentas. Para além da

dependência econômica, há também a dependência afetiva. Como aponta Saffioti (2015), algumas mulheres mudam de ideia em relação a fazer ou seguir com a denúncia das violências sofridas em virtude, também, da relação afetiva, com múltiplas dependências recíprocas, assim como por pressão da família extensa, amigos, Igrejas, etc. A situação é agravada quando há filhas e filhos envolvidos.

Todo o afeto perpassa as decisões que as mulheres em situação de violência precisam tomar. Se já é difícil enfrentar situação de violência envolvendo alguém com quem não há relação alguma, quando há afeto a complexidade é ainda maior. Precisamos, então, pontuar que geralmente nas violências intrafamiliares há ou em algum momento houve afeto entre a agredida e o agressor. Afinal, a priori, as relações conjugais se iniciam com paixão, e, via de regra, ninguém conscientemente se apaixona por violência.

Pontuamos isso para enfatizar que não é algo simples para as mulheres romperem com o ciclo da violência doméstica, que é composto por três fases: tensão (ameaças e ações por parte do agressor que criam um ambiente de perigo iminente), explosão (quando há agressão física e/ou psicológica) e lua-de-mel (arrepentimento e promessas de mudança) (SILVA, 2019b), e cada mulher em situação de violência deve ter seu processo respeitado, não cabendo nenhum tipo de julgamento, de quem quer que seja. Cessar o ciclo da violência depende de diversos fatores, sendo um dos principais, acreditamos, o fortalecimento da mulher em situação de violência em várias frentes: psicológica, financeira e segurança.

Concordamos com Fayda Belo (2023) que denunciar as violências é de grande importância, para que, como sustenta a autora, o agressor seja responsabilizado, o ciclo da violência seja finalizado, assim como seja rompida a cultura que minimiza a violência contra as mulheres e normaliza as agressões. As denúncias também geram dados para a criação e melhorias de políticas públicas de proteção às mulheres em suas diversidades.

Igualmente compreendemos que o enfrentamento da violência contra as mulheres exige a formação de redes capazes de atender as diversas variáveis que perpassam a questão (CISNE; SANTOS, 2018; FREIRE; PASSOS, 2015; TENORIO, 2018), o que inclusive está previsto na Lei Maria da Penha e contempla, também, a reeducação e acompanhamento psicossocial do perpetrador da violência (BRASIL, 2006), fundamental para que, ainda sendo possível o convívio deste com a família, a violência não seja recorrente.

Dos questionários respondidos pudemos então observar que a violência contra as mulheres está presente nas relações familiares das e dos estudantes do IFPR Campus Avançado Barracão. Não só contra as mulheres, mas principalmente com elas. Salientamos que as meninas já na adolescência são as mais acometidas pelas violências e, observando as perguntas sobre violências com outras e outros integrantes da família, vemos também que as mulheres são as que mais sofrem violência, desde agressões verbais, como tentativas de feminicídio.

A seguir analisaremos os Grupos Focais para examinar relações entre a violência doméstica e familiar contra as mulheres e a divisão sexual do trabalho.

5.2 Cheiro da nova estação: percepções das/os estudantes sobre o trabalho de reprodução, a divisão sexual do trabalho e violências contra as mulheres

Conforme demonstrado no capítulo 4 PESQUISA DE CAMPO, os Grupos Focais (GF) foram realizados com as turmas 3º INFO e 4º ADM em momentos separados, sendo que no Grupo Focal da turma 3º INFO participaram 12 estudantes (6 meninos e 6 meninas) e da turma 4º ADM participaram 10 estudantes (2 meninos e 8 meninas).

As perguntas que foram previamente pensadas estão disponíveis no APÊNDICE B - Roteiro Grupo Focal deste trabalho e algumas outras foram introduzidas conforme o desenvolvimento dos grupos. As análises foram feitas com base na análise de conteúdo e as principais categorias abordadas nas discussões foram: a) divisão sexual do trabalho, através do trabalho de reprodução, destacando o trabalho da casa, do cuidado das crianças e o uso do tempo, considerando o público participante da pesquisa; b) violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres; c) o uso de artefatos tecnológicos no trabalho doméstico, evidenciando o uso dos eletrodomésticos.

A divisão categórica das respostas foi feita a partir das perguntas realizadas que foram similares em ambos os grupos, trazendo destaques nas falas para análise e seguindo o desenvolvimento de cada Grupo Focal. Diante da múltipla participação das/os pesquisadas/os, as discussões não seguiram um padrão linear, e em diversos momentos, os tópicos foram retomados em perguntas posteriores.

Os áudios das gravações foram transcritos e para seguir garantido o anonimato na participação das e dos estudantes, atribuímos às participantes meninas o nome Bia seguido da numeração de 01 a 14, e para os meninos o nome Caio

seguido da numeração 01 a 08, identificando as/os estudantes por codinomes como BIA 01 e CAIO 08. Esses nomes fictícios homenageiam Bia Ferreira, cantora e compositora da atualidade com composições intensas que buscam promover a igualdade étnico-racial e de gênero, como a música “Não Precisa ser Amélia” (FERREIRA, 2018), e Caio César, professor que busca desconstruir masculinidades (ONU BRASIL, 2019).

Lembramos que, nas respostas obtidas do questionário aplicado, uma pessoa optou por não identificar o sexo. No entanto, durante a realização dos Grupos Focais, todas e todos os participantes se identificaram através dos pronomes masculinos e femininos, de maneira que os nomes Bia e Caio identificam o gênero de quem fez as declarações sem que o direito à identidade de gênero das e dos estudantes fosse ferido.

Optamos por não identificar as turmas das Bias e dos Caios devido à existência de apenas uma turma de formandas/os por curso, ao convívio entre as e os estudantes ser bastante próximo na época da aplicação da pesquisa, e ao fato de algumas falas terem trazido situações do contexto familiar e outras informações específicas que poderiam levar a identificação da/o participante. Além disso, no Grupo Focal realizado com a turma 4º ADM não houve participação equitativa entre meninas e meninos, tornando mais fácil a identificação da contribuição realizada pelos estudantes do sexo masculino.

Também não traremos nas análises a informação étnico-racial, pois nos GFs não perguntamos a autoidentificação étnico-racial das e dos estudantes. Do total de 22 participantes, podemos dizer, com base nos atendimentos da pesquisadora enquanto Assistente Social, que apenas 3 estudantes se colocariam como negras/os, sendo destes uma menina negra, de forma que essa identificação poderia comprometer o anonimato da e dos estudantes.

Acrescentamos nesta análise uma noção da condição socioeconômica das e dos estudantes que participaram dos Grupos Focais através da informação de quem a época da aplicação da pesquisa recebia o recurso do Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE, que consistia no recebimento mensal de auxílio em dinheiro no valor de R\$ 320,00 (valor base de 2022), e que tem como critério para contemplação o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), análise de atribuição privativa das/os Assistentes Sociais que considera:

I - vulnerabilidade social: processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social; II- família: unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar; III- renda familiar: soma dos rendimentos auferidos por todas as pessoas da família, calculada na forma do disposto nesta resolução; IV- renda familiar per capita: a razão entre a renda familiar e o total de pessoas da família, calculada na forma do art. 13 desta Resolução. (IFPR, 2018).

A renda considerada para a análise era de até 1,5 salários-mínimos *per capita*, podendo ser de até 2 salários-mínimos caso a/o estudante fosse oriundo/o de escola pública. O IVS tem valor de 0,00 a 5,00, sendo que quanto mais perto de 5,00, maior a vulnerabilidade da e do estudante. Na data em que foi aplicada a pesquisa, conforme acesso à informação que a pesquisadora Assistente Social tinha por desempenhar essa função técnica, as e os estudantes que estavam contemplados pelo PACE eram:

Quadro 2 - Estudantes participantes que recebiam o PACE

| Recebiam | Não recebiam |
|----------|--------------|
| BIA 01 | BIA 02 |
| BIA 03 | BIA 05 |
| BIA 04 | BIA 08 |
| BIA 06 | BIA 10 |
| BIA 07 | BIA 13 |
| BIA 09 | BIA 14 |
| BIA 11 | CAIO 01 |
| BIA 12 | CAIO 04 |
| CAIO 02 | CAIO 05 |
| CAIO 03 | CAIO 06 |
| CAIO 08 | CAIO 07 |

Fonte: Autoria própria (2023)

Como podemos observar no QUADRO 2 – Estudantes participantes que recebiam o PACE, considerando o total de 22 estudantes que participaram de ambos os GFs, a metade recebia PACE na época da aplicação da pesquisa. Número condizente com a realidade do *campus* em novembro de 2022, uma vez que dos 209 estudantes, 104 estavam recebendo o PACE e nenhuma inscrição estava em lista de espera. O número de auxílios fornecidos depende do número total de auxílios disponível para cada *campus*, de forma que é criada uma lista com as e os estudantes que tiverem o IVS analisado e inscrição deferida, com a ordem do maior IVS para o menor e, conforme vão sendo disponibilizados os auxílios, vão se fazendo as contemplações.

Iniciamos ambos GFs falando novamente sobre o objetivo da pesquisa, a participação ser livre, que as conversas estavam sendo gravadas apenas para serem

usadas nesta pesquisa, que os resultados seriam apresentados de forma anônima, que a assistente de pesquisa Carla estava presente para tomar notas para ajudar na identificação das falas a serem analisadas posteriormente e que o psicólogo Antônio acompanharia todo o processo para o caso de alguém necessitar de atendimento psicológico em virtude das discussões que seriam realizadas.

Iniciamos então os grupos com a pergunta “É obrigação da mulher o serviço da casa e de cuidar dos filhos?”. Todas e todos responderam que não e destacamos que houve manifestações nessa e em respostas a perguntas posteriores que o cuidado da casa era uma responsabilidade de quem morava nela:

É obrigação de quem mora naquela casa. [...] A mulher não suja sozinha a casa (BIA 14).

A obrigação do ‘pa-’,¹² a obrigação do pai e da mãe. Do, do ‘home’ e da mulher, que mora junto, no caso. (CAIO 01).

Houve falas sobre o pai ser quem fazia a maior parte do serviço da casa e sobre a contratação de pessoa para realizar a atividade de limpeza:

É que ele [o pai] é encostado, porque ele fez cirurgia na coluna, aí ele não pode mais ‘trabalha’, aí ele que cuida, ele que faz o almoço, ele que limpa a casa, lava a roupa, essas ‘coisa’. (CAIO 06).

Tipo, eu acho que tem que ‘ajuda’, depende, tipo, por exemplo, tipo assim, a casa tem que ‘tá’ limpa, independente se, ‘hã’, contrata uma pessoa ‘pra’ ‘faze’ isso, mas a casa tem que ‘tá’ limpa. (CAIO 04).

CAIO 06 foi o único estudante que disse que o pai fazia mais as atividades da casa, justificando a situação pelo pai não ter outra atividade profissional por motivo de saúde. O estudante CAIO 04 e a estudante BIA 13 foram os únicos estudantes que comentaram que a família contava com os serviços de uma empregada doméstica.

Reforçamos a pergunta destacando o cuidado das e dos filhos. As respostas continuaram apontando que era responsabilidade tanto da mãe quanto do pai o cuidado das e dos filhos.

Quando perguntamos “Vocês acham que o serviço de casa é um trabalho?”, a maioria das respostas disseram que é trabalho, mas que não é reconhecido de forma geral, inclusive pela ausência de salário.

¹² As transcrições dos áudios dos Grupos Focais foram realizadas de forma *ipsis litteris*, de maneira que trazemos para o texto escrito as quebras de fala, erros gramaticais, interjeições e gaguejadas.

*Então, ele deveria **ser um trabalho**, mas ele não é considerado, tipo, **não tem remuneração nenhuma, só desgaste**. (BIA 10).*

*É, 'pra' si mesmo ele não tem remuneração, mas só, sei lá, só precisa 'se' um lugar limpo [...] **tem um valor, só que não é monetário** (CAIO 08).*

*Não, é que, 'pra' você 'tá' limpando a casa, tem que 'tá' ali, assim **parece que é uma necessidade e não um trabalho** [...] É um costume. (BIA 14).*

Ocupa tempo, ocupa sanidade mental. (BIA 09).

Dói o corpo. (BIA 01).

*Ah eu me desestresso limpando a casa. [...] É, depende, na verdade. [...] Não, **é um trabalho, sim, é desgastante também**. (BIA 12).*

Cansa o corpo, descansa a mente. (BIA 11).

Observamos nos grupos que foram as meninas que mais declaradamente colocaram que serviço de casa é inegavelmente um trabalho, ainda que seja desvalorizado e/ou mascarado como apenas um “costume”. Foi trazido nas falas o quanto também é uma atividade desgastante, que impacta a saúde, como apontado nos comentários de BIA 01 e BIA 11, situação que afeta principalmente as mulheres.

Notamos que de início as e os estudantes de ambos os GFs entenderam como serviço de casa apenas a limpeza do lar, e colocaram isso como condição básica para viver, para que as pessoas se sintam bem:

*É, pior, tipo, 'cê' vai 'limpa' casa 'pra' **se 'senti' bem**, no ambiente. (CAIO 06).*

*Você não vai **se 'senti' bem** se 'tive' 'num' lugar sujo. (CAIO 02).*

Você 'tá' organizando o ambiente que você 'Tá'. (BIA 14).

***Ninguém gosta** de 'fica' 'num' ambiente sujo, eu acho. (CAIO 08).*

Perguntamos então no GF em que o assunto foi debatido por mais tempo pelas/os participantes se o fruto do trabalho doméstico seria se sentir bem, se alguém achava que tinha outra coisa que o trabalho dentro de casa proporcionava às/aos integrantes da casa. Uma estudante se manifestou e foi seguida por outro estudante na ideia:

*- Ele **prepara as pessoas**, porque se você não 'tá' dentro de um ambiente legal, você não **funciona**. Você não 'tá', **não vai 'produzi'**. (BIA 13).*

- Isso. (CAIO 05).

Como já abordamos nesta dissertação, o trabalho doméstico é parte do trabalho de reprodução e está além da faxina da casa. Reforçamos, subscrevendo Silvia Federici (2021, p. 28, destaque nosso) que

O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais do que a limpeza da casa. **É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais**, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas.

Destacamos que a fala de BIA 13, apoiada por CAIO 05, traz, involuntariamente, a perspectiva do trabalho de reprodução, evidenciando que as pessoas precisam deste trabalho para “funcionar”, para produzirem. É um bem-estar diretamente ligado à produtividade capitalista.

Perguntamos então em ambos GFs se “o cuidado de crianças por pessoas da família é um trabalho?”. As e os estudantes trouxeram:

*Eu acho que cuidado de pai e mãe é **obrigação**. [...] Não, é um trabalho, também, mas não é um “trabalho”... (BIA 13).*

*Pai e mãe, não. **É obrigação, não é trabalho**. (CAIO 02).*

*É, tipo, você vai ‘te’ um filho, você tem que ‘tá’ no mínimo ciente que você **tem que dá cuidados** ‘pra’ um bebê, você não vai ‘te’ um filho e ‘espera’ que, tipo, ele saia da barriga e ele faça tudo sozinho e você não tenha que ‘faze’ nada, eu acho que, **é uma consciência geral** isso. [...] É, porque tipo, por exemplo, a criança não pediu ‘pra’ ‘nasce’, então é tipo você, que ‘tá’ ali como ‘po-’, tipo, genitor dela, você tem que ‘te’ responsabilidade de ‘cria’ ela até dezoito anos, **isso ‘tá’ na lei**. (CAIO 06).*

***É uma consciência geral** você ‘coloca’ uma pessoa no mundo e você ‘deve’ uma **responsabilidade** a ela, mas... (BIA 14)*

*É, porque ela exige muito tempo e esforço, dinheiro, preparação, e não é simplesmente, ah, ‘vo’ ‘te’ um filho, ‘vo’ ‘alimenta’, ‘vo’ ‘cuida’ dessa criança, não ‘morre’, porque, o que que você vai ‘cria’, que que você vai ‘coloca’ no mundo, que que vai se ‘torna’, exige muita preparação ‘te’ um filho, **é um trabalho, querendo ou não**. (BIA 08).*

Percebemos que para essa pergunta os posicionamentos foram mais heterogêneos. Alguns foram diretos em dizer que é uma obrigação do pai e da mãe a responsabilidade do cuidado com as crianças, não sendo um trabalho. Outros trouxeram a perspectiva de que é uma responsabilidade inevitável, mas também é

trabalho. Obrigação ou responsabilidade que é trabalho, todas e todos debateram a questão como sendo uma função exclusivamente familiar.

CAIO 06 salientou que está na lei a responsabilidade da criação pelos genitores. Pontuamos que além da família, o dever de garantir os direitos das crianças e adolescentes é de toda a comunidade, como apontado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (SENADO FEDERAL, 2017, p. 11):

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Citamos o ECA para reforçar que, no Brasil, a responsabilização por assegurar os direitos das crianças e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, ou seja, a responsabilidade de assegurar o pleno desenvolvimento de brasileiras e brasileiros em sua plenitude desde a gestação até os 18 anos de idade, é coletiva.

Essa responsabilização ainda é colocada em grande parte a cargo da família, especificamente, de maneira estrutural, das mulheres. Nas palavras de Miguel e Biroli (2014, p. 11)

A falta de creches e de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com filhos pequenos penaliza as mulheres, muito mais do que os homens, em sociedades nas quais a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e do masculino. As mulheres continuam a ter a responsabilidade exclusiva ou principal na criação dos filhos e no trabalho em casa.

Ao não garantir políticas públicas que realizem o trabalho de reprodução, ou parte dele, como as creches públicas, o Estado e toda a sociedade seguem penalizando e sobrecarregando as mulheres.

Seguindo com os GFs, no momento da pergunta “o cuidado de crianças por pessoas da família é um trabalho?” apareceram também os primeiros relatos sobre as e os estudantes cuidarem de crianças que fazem parte das respectivas famílias:

*Eu por 'se' a filha mais nova sempre tive que 'te' o cargo, tipo, é a **moça de família, tem que 'cuida' dos 'primo' mais 'novo'**, só que eu nunca quis esse cargo, eu não 'so' a pessoa mais, é... [...] É, apta 'pra' isso, porque eu não 'so' muito de 'cuida' de criança, nunca me dei bem com criança, **não sei como 'cuida' de criança**, mas eu sempre tive que 'te' essa, ah porque você é a mais nova, você se dá bem com criança... **eu não me dou bem com criança.** (BIA 05)*

Destacamos na fala de BIA 05 a expressão “moça de família”, utilizada pela estudante para mostrar que a família esperava um determinado comportamento e habilidades dela apenas por ser menina, e a estudante evidencia que não tem: “não sei como cuida de criança”, “eu não me dou bem com criança”. A expressão “moça de família” nos lembra a matéria da revista Veja de 2016 que trazia o título “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, um texto repleto de elogios à subserviência de Marcela ao marido, o ex-presidente Michel Temer, e que gerou diversos debates sobre essa ideia do que é ser mulher (SILVA, 2019a). O lugar em que meninas são colocadas desde muito cedo que naturaliza que mulheres são cuidadoras, inclusive de crianças, foi historicamente construído, como já debatemos, e essa ideia ainda permanece, como podemos observar tanto na matéria da Veja quanto na fala da BIA 05.

A estudante informou que não há outro adolescente do sexo masculino da mesma idade que ela na família. Perguntamos se ela achava que se tivesse esse menino, ele também seria colocado na posição de cuidador dos primos. A estudante respondeu que não. Outra estudante completou:

*Eu posso 'fala' de mim, que tipo, eu tenho um irmão que ele é **só dois anos mais novo que eu**, ou seja, não tem uma diferença tão grande de idade, mas, **tudo cai 'pra' cima de mim**, né? [...] Tipo, ah, se tem visita, tipo, criança, é, ah, não, que a [BIA 09] cuida, e se é coisa da casa, ah, não, a [BIA 09] faz, é sempre, um, uma "vibe" assim. (BIA 09).*

Perguntamos se o irmão mais novo da estudante BIA 09 era cobrado para realizar as atividades, ela respondeu que a cobrança era bem menor do que era feita com ela quando tinha a mesma idade. Perguntamos então o que irmão fazia enquanto ela realizava as atividades domésticas

*Então, **nada**, né, normalmente ele '**tá' deitado**, porque agora que, que eu 'tô' passando menos tempo em casa, mesmo, sabe, é, aí ele lava a 'loça', só que, **nada comparado ao que eu fazia antes quando eu tinha o tempo dele** [...] E o tempo mesmo, questão de... que nem, agora, quando eu comecei a 'estuda' na cidade, porque a gente é do interior, né, quando a gente, é, começa o ensino médio obrigatoriamente a gente tem que 'vim' 'pra' cá, que lá não tem, ensino médio. Então 'pra' mim fic- 'começo' a 'fica' um pouco **mais puxado***

quando eu comecei a ‘estuda’ aqui, e agora ele ‘tá’ na mesma situação e ele ‘tá’ lavando a ‘loça’, mas eu, mais ou menos, nessa época, eu tinha que, ‘lava’ ‘loça’, ‘varre’ a casa, ‘passa’ pano, ‘arruma’ o sofá, ‘arruma’ a casa, enquanto ele é só ‘lava’ ‘loça’ e **ele faz malfeito mas ‘tá’ bom, porque ele é menino, né, ele não vai ‘te’ o mesmo capricho que você, é claro que ele não vai ‘te’ o mesmo capricho que você, porque ele é menino. [...] **O argumento da minha mãe era: ele não vai ‘se’ tão caprichoso porque ele é menino.** (BIA 09).**

CAIO 06 e BIA 03 trouxeram suas vivências enquanto irmão e irmã mais velho/a:

*A minha irmã, ela tem quatro anos de diferença de mim, eu tenho dezoito, ela vai, ela tem catorze, e eu sofro, sofro não né, sofri uma vez a mesma coisa que a [BIA 09], só que são quatro anos de diferença, né, talvez seja por isso, porque antes ela era mais nova que eu, mas quando eu ficava em casa o dia inteiro, eu fazia a mesma coisa que a [BIA 09], fazia tipo, limpava a casa, tal, fazia tudo, e ela fazia o básico, assim, já ‘tá’ bom. [...] **Mas talvez por causa dos quatro anos de diferença.** (CAIO 06).*

*É, eu tenho uma irmã mais nova também, e quando eu morava em casa, que agora eu não moro mais com meus pais, era sempre eu que fazia as coisas. **Eu tinha que fazer tudo enquanto ela ‘mal apenas’ lavava a ‘loça’, e se ficasse malfeito quem tinha que ‘volta’ ‘faze’ era eu**, e agora que eu saí de casa, eu achei que a minha mãe fosse ‘começa’ a ‘cobra’ ela, mas segue no mesmo ‘rotero’, ela faz, não faz tudo que eu fazia em casa, faz muita pouca coisa, e quem se vira sozinha é minha mãe. (BIA 03).*

A estudante BIA 07 relatou sua experiência enquanto irmã mais nova:

*É, tipo eles, cada um já tem a sua casa, né, e daí tipo, diferente da situação tipo da, das, da [BIA 09], do [CAIO 06], enfim, é tipo, eu era mais tipo, agora não tão mais lá, mas eu **era mais cobrada, tipo, tanto não só da minha mãe, mas quanto dos meus irmãos mais ‘velho’,** tipo ah mas você é mais nova, você tem mais tempo, tem mais disponibilidade, tipo, a gente já é velho, já ‘passo’ por isso, não sei o que, e tal, vai lá, não custa nada ‘pra’ você, tipo, você pode ‘i’ lá ‘faze’, ‘ajuda’, tipo, sabe... (BIA 07).*

As experiências relatadas pelas/os estudantes em ambos os GFs demonstraram que as meninas eram mais cobradas a realizarem as atividades domésticas em diversos momentos das fases do crescimento. As meninas que tinham irmãos mais novos, independentemente de os irmãos serem meninos ou meninas, ficavam com mais atividades também. O menino que disse fazer mais atividades que a irmã mais nova, CAIO 06, colocou que achava que isso acontecia pela diferença de 4 anos de idade entre eles.

A fala de BIA 09 traz que a mãe da estudante amenizava a cobrança de o irmão fazer melhor a atividade de lavar a louça, a única que ele fazia segundo o relato, porque por ele ser menino ele seria menos “caprichoso” que a estudante. Observamos

nesse relato como já na infância os papéis de gênero são ensinados e dividem as atividades desempenhadas baseadas em mitos como o das mulheres serem naturalmente mais caprichosas que homens.

Reforçamos, gênero é uma construção sócio-histórica, de forma que os papéis, as qualidades e as características, ou, ainda, as atividades ditas femininas ou masculinas, não são determinadas fisiológica ou naturalmente (CISNE, 2015).

Em relação à distribuição das atividades domésticas entre meninas e meninos, uma pesquisa conduzida por Adriano Souza Senkevics e Marília Pinto de Carvalho (2015) em uma escola municipal de São Paulo, que envolveu 25 crianças em sua maioria com idades entre oito e nove anos, e buscou compreender o impacto da socialização familiar na formação de trajetórias escolares diferenciadas por gênero, apresentou como parte do resultado que existia uma clara divisão de trabalho doméstico por gênero, com as meninas assumindo uma participação significativamente maior do que os meninos. De acordo com os pesquisadores, para muitas meninas, as tarefas domésticas eram incorporadas à rotina diária, com as mães desempenhando o papel de autoridade responsável por delegar responsabilidades. Pudemos observar as mesmas situações em vários relatos feitos pelas estudantes que participaram de ambos GFs.

Assim como relatado nos Grupos Focais desta pesquisa, as jovens brasileiras realizam mais atividades domésticas do que os meninos. A Nota Informativa nº 4/2023 produzida pela Secretaria Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS/SNCF, 2023b), que trata do tema jovens e o trabalho de cuidados no Brasil, trouxe dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 e informou que as meninas de 15 a 17 anos gastavam cerca de 4 horas por semana a mais que os meninos da mesma faixa etária em trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, essa diferença se ampliava para 8 horas semanais entre as pessoas jovens de 18 a 24 anos. De acordo com a nota, a população jovem (pessoas de 15 a 29 anos), sobretudo as mulheres, além de contribuir com a renda da família, também contribui substancialmente com as tarefas de reprodução da vida familiar.

A Nota Informativa nº 4/2023 (MDS/SNCF, 2023b) também aponta que é durante a juventude que ocorre a transição da pessoa que majoritariamente recebia cuidados para a pessoa que é majoritariamente provedora de cuidados, ainda que esse cenário varie de forma expressiva a depender de diferentes variáveis, como a

classe social, a existência de filhas/os ou de deficiência – seja no caso da própria pessoa jovem, seja de alguém da família que ela/e deve cuidar. A estudante BIA 14 trouxe esta questão em seu relato:

Eu 'tava' percebendo isso, que se eu, que se eu morasse sozinha, sem a, sem esse cuidado de uma pessoa que 'tá' fazendo isso por mim, às vezes eu não conseguiria 'faze', então, tipo, é um papel essencial [o trabalho de reprodução] só que não tem esse, esse, reconhecimento [...]. (BIA 14).

Seguindo com os Grupos Focais, a partir da confirmação das e dos participantes que concordavam com a afirmação de que as mulheres são as mais cobradas pela responsabilidade das atividades do lar e cuidado com os filhos, perguntamos em ambos GTs como elas/es achavam que essa responsabilização aconteceu e tivemos as respostas:

*Acho que desde sempre, é, passado, é, normalmente **os homens, eles faziam o trabalho braçal**, e, e, é, isso que eu quis 'dize', e **as mulheres ficavam, é, fazendo o serviço de casa**, tipo, é, comida, ou recolhiam plantas e, isso no passado, né, e deu que isso é uma mentalidade que vem desde então. [...] **Historicamente** falando, isso. (CAIO 08).*

***Historicamente**, eu acho que, eu tenho uma, isso vem desde que, desde meio que da, da idade pré-histórica, né, tipo que a **mulher já ajudava com a colheita e afazeres domésticos**, eu acho que isso foi meio que... [...] É que, meio que mulher já tem esse negócio histórico de 'te' que 'ajuda' com a colheita, com a criação, né, dos 'bebê', né, **que ela que engravida, aí acaba tendo que 'cria' o filho, né, e o homem já meio que era 'pra' caça, e tinha que 'saí' de casa 'pra' caça**, e acho que também com a submissão da mulher, que tipo o **patriarcado** foi fazendo, dando 'pra' que fosse permanente esse papel dela como... A dona do lar, a dona da casa. (BIA 05).*

*Complementando o que a [BIA 05] falou, creio eu que, é, antigamente, não tão antigamente, né, é, **os homens eles iam 'faze' o trabalho braçal que era fora de casa**, vai na roça, isso, aquilo, então ele saiu de casa, e quem ficava em casa era a mulher, com os filhos, e tendo mais e mais filhos 'pra', até, 'gera' mão de obra 'pra' família, né. [...] Então eu acho que essa divisão do trabalho foi criada lá. [...] Então, porque a mulher tinha **que ficar em casa fazendo mais filho**, cuidando das crianças, e o **homem ele saía então fora de casa, 'pra' trabalhar**, e conforme, é, os tempos foram passando, é, foi criado o **patriarcado** e, onde 'continuo' nessa mesma ideia que se- que o homem vai 'pra' fora, trabalha, e a mulher fica em casa, e **com o tempo foi desmerecido esse trabalho em casa**. (BIA 04).*

*Todo mundo foi criado assim, é um **sistema**. [...] É uma questão de **estrutura**. (BIA 09).*

*Por isso que é tão difícil 'muda' isso, também, porque não é uma coisa que apareceu do nada, é uma coisa que **vem sendo construída** já faz muito tempo. (CAIO 02).*

É, porque tipo, bem 'dize' até a revolução industrial a mulher não trabalhava, ela, ela 'tava' lá 'pra' 'faze' filho, e quando completasse, sei lá, doze anos ela 'ia' 'casa'. (CAIO 04).

-E desde antes, tipo, a figura materna que cuida, e a que alimenta, e a que acolhe, que o pai é quem tipo, traz 'pra' dentro desse ambiente o que é preciso 'pra' 'vive', então tipo, eu não digo que 'tá' certo, mas, que tipo... (BIA 14).

- É o que foi imposto é esse trabalho... (CAIO 02).

- É a estrutura que existe... (BIA 14).

*- Então, uma coisa, pensando nisso, é que existe essa divisão **faz tempo**, mas não é, é tipo, justamente porque acontecia desse jeito, a mulher ficava grávida, daí ficava 'pra' ela a responsabilidade de 'cuida' do filho, porque **a outra parte não se interessava de fazer a mesma coisa** 'pra' mulher 'pode' 'realiza' outras atividades, tipo sempre foi dedicado como responsabilidade dela sem dá, tipo, uma oportunidade 'pra' ela 'explora' outras coisas. (BIA 01).*

- Não foi dado espaço 'pra' outras coisas serem feitas. (BIA 09).

*- É, porque justamente **você tem filhos, então só você pode 'faze' isso**, só você fica ali perto. (BIA 01).*

As falas transcritas acima foram obtidas nos dois grupos de discussão e trouxeram alguns pontos de vista comuns a estudantes de ambos os grupos. É possível afirmar, então, que em ambos GFs em relatos de meninos e meninas apareceram as ideias fundamentais de que o processo que dividiu as atividades entre homens e mulheres é histórico, estrutural, impôs às mulheres o trabalho de reprodução e é refletido atualmente.

Perguntamos então sobre as mães que trabalhavam em empregos fora de casa. Considerando os dois grupos, apenas duas pessoas disseram que as mães não têm outro trabalho fora de casa. A julgar pela quantidade de estudantes que recebiam o auxílio estudantil, conforme apresentado no QUADRO 2 – Estudantes participantes que recebiam o PACE no início deste subcapítulo, poucas famílias podiam contar com a renda monoparental. Questionamos na sequência se para essas mães que também desenvolviam trabalhos fora de casa a cobrança com o trabalho doméstico era a mesma, todas/os responderam que sim e algumas estudantes se manifestaram:

*Sim, eu sinto que também a minha mãe vê isso como um **dever de 'faze'** as 'coisa' de casa porque desde pequena colocaram isso na cabeça dela, você tem **que 'cresce', e 'te' uma família, e 'cuida' dessa família**, porque é o seu trabalho. (BIA 14)*

*Então, a minha mãe, ela **sempre 'trabalho' fora, tanto ela trabalhava até quanto ela aguentava na gestação**, aí se afastava, ficava de licença maternidade, e voltava a 'trabalha', eu e minha irmã sempre 'fiquemo' com a minha falecida avó, e **só que dentro de casa sempre foi muito dividido**, tipo, é, **minha mãe lavava a roupa, meu pai limpava a casa**, sabe, sempre foi assim, é, meu pai levantava cedo 'faze' comida 'pra' eles 'pode' 'almoça' de meio-dia enquanto trabalhavam e a minha mãe arrumava a gente 'pra'*

escola, 'pra' creche, 'pra' 'dexa' na minha vó, é, sempre foi assim, até hoje, meu pai ele sempre fez as atividades de casa, sempre foi muito dividido isso, sabe, é, nunca teve assim um cargo maior sobre a minha mãe, sobre o meu pai, porque meu pai faz relativamente tudo 'drento' de casa, desde 'cuida' de nós, porque às vezes minha mãe tinha que sair 'consulta' com minha irmã, e eu ficava, então ele ficava comigo, cuidava de mim, sempre foi assim. (BIA 03)

A estudante BIA 14 trouxe a sentença de vida ainda muito sustentada por toda a sociedade para as mulheres: crescer, ter uma família e cuidar dessa família. Belo (2023) nos mostra que isso estava previsto no Código Civil Brasileiro de 1916, que perdurou até 2002. No artigo 6º, por exemplo, estava estabelecido que a mulher a partir do casamento perdia sua plena capacidade, não podendo mais praticar quase nenhum ato da vida civil. Segundo a autora,

À mulher, durante a vigência do Código Civil de 1916, cabia apenas a administração do ambiente doméstico, sendo impedida legalmente de exercer profissão, vender seus imóveis ou ingressar com ação judicial sem a autorização do marido. (BELO, 2023, p. 28).

Assim, observamos que a Divisão Sexual do Trabalho que imputa às mulheres o trabalho de reprodução era estruturalmente sustentada inclusive pela legislação brasileira. A despeito disso, algumas famílias conseguiam e conseguem se configurar de formas diferentes, como demonstrado no relato da BIA 03.

A estudante BIA 03 também apresentou em seu relato que enquanto a mãe e o pai trabalhavam fora de casa, a avó era quem cuidava dela e da irmã, até ingressarem na creche. Esta é a realidade de muitas famílias brasileiras em que os adultos da família desenvolvem o trabalho de produção para o capital e o trabalho de reprodução é terceirizado, de forma remunerada ou não, para outra mulher.

Seguindo com os GFs, perguntamos o que poderia acontecer se a mulher se recusasse a fazer o trabalho da casa:

*A família 'ia' 'acha' que eu 'tô' me rebelando contra o... [...] O sistema que 'tá', tipo, de [...] **Imposto**. (BIA 14, respondendo se ela fosse a mulher).*

*É chamada de **preguiçosa**. (BIA 10).*

*[...] às vezes, 'sofre' **agressão** por causa disso. (BIA 06).*

***Crítica...Bastante...** (CAIO 03).*

*Eu acho que tem **muita pressão**, que nem o [CAIO 03] 'falo', tipo não só, não no núcleo, e dentro, assim, pai, filhos, mas tipo a família, tios e tias, e também*

a **pressão da parte exterior, da sociedade em si...** [...] Que vê isso como, tipo, ah, **não ‘tá’ fazendo teu trabalho como mãe...** (BIA 05).

Complementando isso [o que foi dito por BIA 05], tipo tem umas **‘cobrança’** que na minha cabeça é meio nada vê que nem, ah, você tem que **‘arranja’** uma namorada, o meu tio, é, **‘arranjo’** as namoradas e eles vão colocando a **qualidade** delas de tipo, essa daí **recolheu a mesa e ‘lavo’ a ‘loça’**, essa daí, pensa numa namorada gente boa, porque ela lava a **‘loça’** depois do almoço, sabe, é um negócio que... [...] é tipo assim, ela veio, **‘almoço’**, a gente que **‘convido’** ela **‘pra’ ‘almoça’**, mas se ela agora faz parte dessa família, supostamente, que ela não lave a **‘loça’**, nossa, mas ela é meio **preguiçosa**, né, ela meio que, né, meio **desleixada**, e, é assim com as namoradas do meu tio e agora com a namorada do meu irmão. (BIA 09).

É incrível como, é, a **responsabilidade da casa e do próprio marido**, cai sobre a mulher da família, porque esses tempos a gente, é, eu **‘tava’** conversando assim com meu pai e minha mãe e daí a minha mãe **‘falo’ ‘pro’** meu pai, que **‘tava’** com uma roupa velha, assim, nossa como você **‘tá’** mal ajeitado, a **sua família vai ‘fala’ que eu não compro roupa ‘pra’ você...** [...] Tipo como se a **responsabilidade de meu pai, de ‘cuida’ de meu pai, de ‘cuida’ da casa caísse sobre ela**, tipo, **‘ai’**, vão **‘fala’ que você ‘tá’ mal vestido porque eu não te cuido.** (BIA 11).

[...] minha nona fez um inferno na vida da minha mãe, porque tipo, ela falava **‘pra’** minha mãe que a **minha mãe tinha que ‘faze’ tudo**, tipo além de **‘cuida’ da casa**, o meu pai é agricultor, e tipo, então **além de ‘cuida’ da casa ela tinha que ‘faze’ as coisas ‘pro’ meu pai**, ainda, tipo fora da casa, **‘ajuda’** ele a, sei lá, **‘tira’** o leite, ou **‘planta’** coisa, e a minha nona sempre cobrava muito ela em cima disso, também. [...] E hoje, tipo, hoje diminuiu um pouco, mas porque minha mãe deixa um pouco de lado, porque antigamente ela tentava **‘revida’** também, mas hoje minha mãe só deixa de lado, porque minha vó ainda, ela tipo **cobra ela**, todas as coisas que tipo, como se meu pai não pudesse **‘faze’** uma coisinha simples em casa, ele **‘junta’** roupa dele, daí às vezes tem uma calça rasgada, né, por que ela não foi **‘costura’** ainda? Assim. **Minha nona, provavelmente, é a pessoa mais machista da família.** (BIA 01).

Eu acho que depende do casal, também, tipo, porque, por exemplo, alguns casais, **onde tipo casal extremamente bem estruturado**, às vezes a mulher, tipo, ela cuida dos **filhos e tem alguma funcionária ou funcionário ‘pra’ ‘limpa’ a casa.** [...] Geralmente quem vive o relacionamento tipo até não taxa tanto, mas a sociedade taxa, tipo, **‘ah’**, por exemplo, é uma **‘dondoca’**. [...] **Hã’...** Por exemplo, a Virgínia, todo mundo conhece a Virgínia... [...] Ela é a esposa do Zé Felipe... [...] Ela teve agora recentemente, ela teve outra filha, todo mundo acha que ela é uma **‘dondoca’** que não faz nada da vida, **mas tipo ela tem o trabalho dela**, ela não deixa de **‘trabalha’** sendo digital influencer e youtuber, e ela cuida das filhas em casa, claro, ela tem funcionário, ela tem babá, ela tem uma pessoa **‘pa’ ‘limpa’** casa, mas **não deixa de ‘se’ um trabalho que ela faz e um trabalho duplo como mãe.** (CAIO 04)

De modo geral as e os estudantes de ambos os grupos colocaram que a mulher é cobrada pela família e pela sociedade para fazer o trabalho doméstico, e se não o faz, além de ser vista como “rebelde” como apontou BIA 14, outras consequências são aplicadas. Algumas falas apontaram que as consequências

podem ser violentas, como relatou a BIA 06 e as falas da BIA 10 e da BIA 09 que trouxeram o xingamento “preguiçosa” e “desleixada”.

Reforçamos, conforme previamente defendido neste trabalho, que tanto a pressão excessiva para que as mulheres desempenhem o trabalho doméstico quanto os insultos quando este não é realizado constituem formas de violência contra as mulheres. Constatamos nos relatos, portanto, relações entre a divisão sexual do trabalho e a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

Outro destaque que apontamos das falas transcritas para a pergunta sobre o que poderia acontecer se a mulher se recusasse a fazer o trabalho da casa é a afirmação feita por BIA 01: “Minha nona, provavelmente, é a pessoa mais machista da família”. Não acreditamos que mulheres conseguem ser machistas, pois para isso precisariam receber os privilégios que o machismo e o cisheteropatriarcado concedem aos homens, mas dizemos que muitas mulheres reproduzem o machismo e podem ser grandes defensoras, infelizmente, de seus ideais (CISNE; SANTOS, 2018. SAFFIOTI, 2015). Sendo as relações de gênero construídas e ensinadas historicamente, precisamos seguir desconstruindo o ideal machista que, a exemplo do relato de BIA 09, atribui qualidade a uma mulher baseada no fato dela recolher a mesa e lavar a louça.

Trazemos ainda o relato do CAIO 04 que aborda a não realização das atividades domésticas e de cuidado dos filhos pela mulher através da contratação de alguém para fazer isso. O estudante dá o exemplo de uma mulher famosa e com recursos financeiros, que é chamada de “dondoca” por ter empregadas domésticas. Destacamos que todas as mulheres são acometidas pelo cisheteropatriarcado de alguma forma, mas a interseccionalidade da opressão de raça/etnia e de classe incidirão em como as opressões cisheteropatriarcais se dão. A mulher branca e rica é chamada de dondoca enquanto é servida principalmente por mulheres negras, em uma relação que já na sua gênese é violenta uma vez que a figura da empregada doméstica tem raízes na história escravocrata. Sobre as mulheres negras e o trabalho doméstico, Teixeira (2021, p. 28) defende:

E a escravização e o racismo enquanto organização sociopolítica contribuíram para a percepção da estereotipia de que são mulheres para serem consumidas. No caso das trabalhadoras domésticas, sexual e laboralmente exploradas.

Os discursos de CAIO 04, estudante que não recebia o PACE, portanto entendemos que não estava à época em situação vulnerável, e um dos únicos que relatou que a família contava com a empregada doméstica, não trouxeram durante a realização do GF o olhar para as mulheres não brancas e pobres. Diante desse exemplo, reforçamos a necessidade da interseccionalidade enquanto instrumento epistêmico no processo de ensino e aprendizagem.

Da situação apontada por CAIO 04, perguntamos se as e os estudantes acreditavam que se fosse um homem pai solo que tivesse contratado alguém para auxiliá-lo no trabalho doméstico e cuidado das crianças, se o tratamento seria o mesmo, ser chamado de preguiçoso ou mimado. Vários estudantes falaram que não, CAIO 04 disse “talvez”.

Acreditamos que o tratamento não seria o mesmo para os homens, muito pelo contrário, homens que se ocupam das atividades do trabalho de reprodução são, via de regra, vangloriados. Carolina Brito, Ana L. Chies-Santos e Marcia C. Barbosa (2020, não paginado) chamam isso de “Efeito Rodrigo Hilbert”, que é a supercapitalização da mão-de-obra masculina:

Os homens transformaram a divisão do fazer familiar em vantagem: participar ativamente da vida familiar é sexy. [...] Cozinhar, cuidar dos filhos e da casa é tarefa corriqueira para a maioria das mulheres do mundo e justamente pela banalização do ato isto não é notícia. Quando os homens exercem estas atividades trazem para eles um capital cultural o que é importante para a construção de uma sociedade mais diversa, mas somente se este capital puder ser igualmente apropriado pelas mulheres. Infelizmente este não é o caso.

Rodrigo Hilbert é um apresentador e ator que frequentemente é rotulado como “homem perfeito” por internautas por ser um homem que lava roupas, passa, cozinha, lava a louça, faz crochê e cuida dos filhos. Rodrigo Hilbert realiza, na verdade, apenas atividades corriqueiras para a maioria das mulheres.

Os homens também não recebem salários pelas atividades do trabalho de reprodução desenvolvidas, no entanto, muitas vezes recebem benefícios, seja por se valer do chamado “Efeito Rodrigo Hilbert” ou ao receber elogios por seu envolvimento nessas tarefas.

Algumas estudantes de ambos os Grupos Focais realizados para esta pesquisa trouxeram comentários sobre homens que “ajudam” nas tarefas de casa e cuidado dos filhos:

*[...] alguns [homens] só ‘reparte’ o cuidado, porque, eles, é, quando você vê um homem que **ajuda...**[...] **A ‘cuida’ do fi- do próprio filho dele, ele é aplaudido.** [...] **Por ‘faze’ uma coisa que é obrigação, entende.** [...] Então quando você vê um homem que cuida do próprio filho, ele é vangloriado, ele é o maioral, o cara, ele é o cara. [...] **As pessoas, a sociedade num geral tende a superestimar homens que fazem o mínimo.** (BIA 11).*

*Já é **estranho ‘se’ considerado uma ajuda**, sendo que a casa também é dele...(BIA 01)*

*Ajuda porque é **obrigado.** (BIA 14).*

*É uma **obrigação** de quem ‘tá’ morando na casa, isso é um negócio que eu ‘ia’ ‘comenta’ com a primeira pergunta, que era de tipo... [...] Porque, não é obrigação da mulher ‘cuida’ da casa, **seria obrigação de quem mora na casa**, né, tipo assim você ‘tá’ naquele ambiente, logo todo mundo, todo mundo suja, todo mundo come, todo mundo faz tudo, né, é uma casa. Então não é obrigação de uma pessoa ‘te’ que ‘limpa’ a sujeira de todo mundo, é um, é um consenso ali, ‘pra’ ‘vive’ em comunidade você tem que ‘colabora’ com essa comunidade, ‘hã’, mas normalmente **esse peso cai em uma ou duas pessoas**, e fica por isso mesmo, que nem a [BIA 11] ‘falo’, é, o meu irmão só por ‘lava’ a ‘loça’ é um orgulho, eu, ‘pra’ ‘orgulha’ minha mãe, ah, ‘consegui’ um emprego, ‘entra’ no IF, ‘arruma’ a casa, dá conta de tudo.[...] **Enquanto ‘pra’ ele, o mínimo é o suficiente, o meu máximo é quase bom.** (BIA 09).*

As estudantes evidenciaram que também percebem o enaltecimento de meninos e homens por realizarem as tarefas que são comuns a elas e às mulheres em geral. BIA 09 trouxe, ainda, algo que também é fruto da Divisão Sexual do Trabalho e que as mulheres vivenciam durante toda a trajetória de vida: enquanto para homens fazer o mínimo é o suficiente, para as mulheres dar o melhor de si é quase bom.

Destacamos, mais uma vez, que as cobranças intensas sobre as meninas e as mulheres já são violências em si. BIA 09 traz isso na diferença de tratamento que recebe dos pais em relação ao irmão mais novo:

*[...] se faz mal feito [alguma atividade doméstica], não é que nem a minha mãe, que vai lá, e, faz ela, então né, **conserta o erro do meu irmão**, ele vai lá e fala, tu vai ‘faze’ isso aqui de novo, faça bem feito da primeira vez, que não precisa ‘faze’ duas vezes, coisa que eu ouvi minha infância inteira, da parte da minha família. [...] eles só não me batiam porque, um pouco exagerado, mas, nossa, se eu fizesse algo mal feito, ou **demorasse demais ‘pra’ ‘aprende’ as coisas**, ‘se’ autodidata, né, ‘pra’ ‘faze’ tudo, meu deus, **que absurdo**, mas o [nome do irmão mais novo], agora com dezesseis anos nas ‘costa’, **fazendo as ‘coisa’ tudo mal feita, que lindo, que perfeito**, o meu pai era tipo, os dois têm que ‘faze’ direito e pronto, se vocês não foram, forem os melhores em tudo, não, tem que ‘lava’ essa ‘loça’ direito, tem que ‘varre’ a casa direito, aí ele ‘ia’ lá, ensinava, que é um combo, porque na família parte da minha mãe é tipo, **você tem a obrigação de ‘aprende’ a ‘faze’ isso aqui sozinha.** (BIA 09).*

Para meninos e homens toda a compreensão e acolhimento, para meninas e mulheres a cobrança e expectativas inalcançáveis.

Ainda sobre a participação masculina nas atividades doméstica, tivemos a manifestação de BIA 11 que trouxe situações intensas de violências:

*Eu também concordo com a opinião da [BIA 11], só que tem alguns homens, né, por exemplo, na minha família, eu tenho meu pai e meu avô, que é meu, é pai dele, né, tanto que, quem frequenta a casa dele é só meu pai, a gente já 'deixo' de 'frequenta', o meu vô, ele é um homem assim, machista, **super machista**, porque ele tem essa, a mulher cuida da casa, tanto que a **minha vô vive prisioneira da casa**, enquanto ele sai, ela sai até hoje escondida dele, enquanto ele fala, ai, eu 'vo' na lotérica, eu 'vo' na cidade, ela sai escondida, vai, faz as 'coisa' dela rapidinho, volta 'pra' casa, 'espera' ele em casa, e por ele 'se' assim, **ele julga o meu pai um homem fraco**, porque o meu pai, ele sempre foi assim, tipo, a tomada de decisão, é, 'drento' de casa, não é porque eu 'so' homem eu 'do' a palavra, ele não, eu sento e converso, e os dois entram numa conclusão juntos, e ele chama meu pai de fraco, ah por causa disso, é, quem manda na casa é o 'home', você não pode 'faze' isso, uma vez ele **até se referiu falando assim na frente do meu pai que ele era fraco, por, é, tipo, ele 'senta' e 'conversa' com a minha mãe e não não impor, tipo... [...]** Eu 'so' autoridade da casa... Desde quando meu pai 'pago' 'pra' minha mãe 'faze' carteira, é, ele 'falo', ah sim, agora pronto, outra coisa ele foi 'faze' 'pra' ela, 'faze' a carteira [de motorista], agora ela só vai 'fica' saindo de casa, sabe, e, isso 'acarreto' tanto que ele nunca, tipo assim, eu e **minha irmã nunca recebemos amor dele de vô, porque era como se ele não 'gosta' da minha mãe, porque ele culpa minha mãe por meu pai 'se' um fraco, então ele não 'ia' 'gosta' de nós porque a gente foi um tropeço.** (BIA 03).*

Perguntamos para a estudante o que o avô fazia quando a avó não cumpria com o que ele queria:

*Antigamente, ele **batia**, hoje, que eles já 'tão' numa certa idade, né, ele xinga, e tudo, mas não ocorre mais essa agressão física, mas **ele xinga muito sim.** (BIA 03).*

A fala de BIA 03 causou bastante indignação em todas e todos os estudantes que participavam do mesmo Grupo Focal que ela. O relato trouxe violências diversas praticadas pelo avô não só com a avó, mas também com a estudante e a irmã, que foram colocadas pelo avô como um “tropeço” do pai.

Podemos inferir, de acordo com o relato da estudante, que a agressão física contra a avó de BIA 03 como punição pela não realização do trabalho de reprodução cessou em virtude do envelhecimento do avô, como se ele não tivesse mais capacidade física para agredir, e não porque houve conscientização sobre as violências praticadas, uma vez que ele seguia praticando a violência verbal contra a avó.

O avô de BIA 03 nos lembra o caso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em que durante uma palestra feita na sede do Clube Hebraica no Rio de Janeiro, em 2017, disse: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (PORTAL CATARINAS, 2022, não paginado). As falas do Avô de BIA 03 e de Bolsonaro têm raízes nas ideias sexistas de que as mulheres são inferiores aos homens, as mesmas ideias que sustentam a misoginia que matam mulheres todos os dias.

Seguindo no tema sobre a questão da “ajuda” masculina nas atividades do trabalho de reprodução, algumas/uns estudantes relataram uma organização de cooperação mútua em suas casas, mas que acontece porque as mães se impõem nas relações, não porque os pais fazem as atividades de forma espontânea:

Então, é, na minha família também acontece o caso de que lá na minha casa, os meus pais geralmente decidem as coisas em conjunto, né, e a família do meu pai é super nesse sistema também, super machista, super, o homem tem que ‘decidi’, o homem tem que dá o veredito final, tanto que as mulheres dos meus tios, os meus tios falam e elas acatam, tipo, não tem negar. [...] E lá em casa não é assim, porque a minha mãe também vem de uma família onde as mulheres tinham mais força, assim, tinham mais voz, então a minha mãe aprendeu, a minha mãe é... empoderada, né, então ela não ‘deixo’ que, que o meu pai ou que outra pessoa decidisse por ela, ela decide por ela mesma, então, houve esse... tem essa conversa, e a família do meu pai sempre fala, ‘ai’, mas é que ela ‘domina’ entre muitas aspas ele porque quem tem que ‘decidi’ as coisas é o homem...(BIA 11)

Lá em casa, lá em casa, tipo, no caso lá onde a minha mãe e o meu padrasto moram, lá [nome de outra cidade] né, e, eu vejo, tipo assim, totalmente diferente, e outra situação de novo, porque a minha mãe, ela tem um gene, assim, um negócio assim, uma personalidade muito... É, ela é ariana, assim, ela é... Eu não preciso ‘comenta’, mas enfim... e tipo assim, o meu padrasto, ele é mais tipo, ele é, ele é mais de ‘acata’, e a minha mãe, ela é tipo, impõe mesmo, assim, sabe, tipo, ‘pra’ ela, se é ‘home’, se é ‘mulher’, se é criança, se é bicho... [risos dos alunos] a mulher... pode ‘se’ ‘qualque’ coisa, ela impõe, ela briga mesmo, tipo assim, sabe, ela que...[...] Quando acontece alguma coisa, ela já, tipo, ‘que’ ‘levanta’ a voz, ela já ‘que’ ‘resolve’, tipo, ‘pra’ ontem, sabe, e meu padrasto, ele senta, ele respira, ele pensa na situação [risos] e a minha mãe, tipo, ah, eu não quero ‘sabe’ tem que ‘se’ assim, assim, assim, não quero ‘sabe’, ‘vamo’ ‘resolve’, ‘vamo’ ‘faze’ as ‘coisa’, tipo, daí ele, calma, não precisa ‘se’ assim, então, eu não quero ‘sabe’, eu não quero ‘sabe’, e tipo, eu vejo, no caso, ao contrário, né, tipo, mas assim, por exemplo, é, os meus tios e as minhas tias que tem por parte de mãe mesmo, é, as tias, tipo, as minhas outras tias que moram em [nome de outra cidade], elas são assim também, tipo, elas são mais de impor em casa, e daí os maridos acatam em silêncio. (BIA 07).

Conforme teorias que apresentamos nesta dissertação, o trabalho de reprodução é uma complexa rede de atividades e relações que constroem nossas vidas e nossos trabalhos diariamente (FEDERICI, 2019b). Esses trabalhos incluem a

organização mental das atividades domésticas, de maneira que o relato das estudantes BIA 11 e BIA 07 que trazem que os pais fazem atividades da casa porque as mães impõem essa responsabilidade a eles, também é trabalho.

Retomando as falas sobre como a Divisão Sexual do Trabalho aconteceu, questionamos se a percepção das e dos estudantes sobre as mulheres serem historicamente colocadas neste lugar de ficar em casa e cuidar dos filhos e filhas se aplicava a todas as mulheres, tivemos as respostas:

*Não, porque nunca tudo é uma coisa só, **não pode 'generaliza' nada.** (CAIO 04).*

*Mas é uma **estrutura...** (BIA 14).*

*Mas é uma **estrutura** que é colocado em pensamento, em relativamente todas, **quem 'tá' fora disso é fora do padrão,** porque é um padrão. (BIA 13).*

Incentivando o pensamento interseccional com a questão étnico-racial, perguntamos se as e os estudantes achavam que as mulheres negras (pretas e pardas) em algum momento na história puderam ficar em casa apenas cuidando das crianças. As respostas foram:

Nunca. (BIA 14).

Nunca. (CAIO 08).

Não tinha como 'faze' isso. (BIA 06).

Eu acho que mais de noventa por cento dos casos, como eu acabei de 'dize', não pode 'generaliza'. [...] tem esse trabalho duplo, inclusive, em mulheres pretas e pardas. (CAIO 04).

De maneira geral, as e os estudantes têm a percepção de que as mulheres negras têm vivências diferentes das mulheres brancas, mas o assunto não foi aprofundado.

Sobre como se dá a divisão de atividades domésticas nos lares das e dos estudantes, perguntamos como elas/es achavam que acontecia essa divisão em seus lares e quem ficava com qual atividade do trabalho do cuidado da casa e das crianças. Destacamos as respostas:

*Parece que **o que é importante mesmo é a mulher que tem que 'faze', sabe. [...] Tipo, 'ah' meu deus, 'limpa' a casa, vai 'limpa' o chão, o chão precisa 'tá' mais limpo do que o, a estante, 'tira' o pó, entendeu, então a mulher vai lá e limpa o chão e o 'home' vai lá e tira o pó. Aí tem alguma coisa que é***

essencial 'pra' educação, né, é a mãe que vai lá e vai 'dá' um suporte. (BIA 13).

O trabalho **mais cuidadoso** fica com a **mãe**. (CAIO 07).

Acho que o **trabalho de braço, de força**, assim, fica **'pro' homem**. (BIA 06).

Acho que quando tem uma família é mais dividido, assim, quem gosta de 'faze' o quê, tipo, **geralmente a mulher cuida da casa**, e o **homem** faz outras coisas, tipo, ou **trabalha**, ou sei lá, é, cozinha, são, tipo, no ambiente de uma família tem que 'have' **essa divisão**, tipo, se a mulher **gosta de 'limpa' a casa**, ela vai 'limpa', se a mulher, se o homem **gosta de 'i' no banco**, coisa que a mulher, sei lá, talvez não goste, tem que 'te' essa divisão do trabalho, tipo, do que a pessoa vai 'gosta', se o 'home' gosta mais de 'limpa' a casa, então ele vai 'limpa'... [...] **É, minha mãe cuida da casa e meu pai, tipo, faz almoço, é, vai no banco**, faz tipo, coisa que minha mãe não gosta de 'faze', basicamente, por isso tem essa divisão. (CAIO 05).

A resposta de CAIO 05 trouxe que é preciso que as atividades domésticas sejam divididas em comum acordo com base no que a mulher e o homem gostam de fazer. Interessante notar que o estudante não apontou em momento algum em sua fala que a mulher poderia fazer outra coisa além do trabalho doméstico. Pelo contrário, ele disse “[...] geralmente a mulher cuida da casa, e o homem faz outras coisas, tipo, ou ‘trabalha’ [...]”. Talvez pelo exemplo familiar que o estudante tinha em casa, pois afirmou que a mãe apenas cuidava da casa, essa era a única percepção dele. Ainda assim, observamos que CAIO 05 demonstrou em seu relato que a ideia de que a mulher só pode querer as atividades do trabalho de reprodução desenvolvidas no espaço privado ainda prevalece para algumas pessoas, inclusive jovens.

As respostas de BIA 13 e CAIO 07 sublinharam que quando é necessário mais cuidado e/ou atenção na atividade a ser desenvolvida, a mulher fica responsável por esta. Perguntamos o que elas/es achavam que determinava isso:

*Estrutura. [...] Que é **cobrado mais**, tipo, foi colocado na nossa cabeça, assim... (BIA 06).*

*Acho que 'te' vindo, é, que foi **imposto**, basicamente, desde... (CAIO 07)*

*Que mulher é **mais atenciosa**. (BIA 10).*

*Eu 'ia' 'dize' isso agora [que mulheres são mais atenciosas], tipo, por justamente, tipo, até trabalhos com cuidados, por exemplo, é, tem muito mais **enfermeiras**, tem 'muita' mais **assistentes sociais**, que tipo, assistentes sociais homens, tem, tipo, geralmente **profissão de cuidado**, tipo, **cuidadora de idoso**, é, geralmente sempre são atribuídos a mulheres por tipo, 'hã', **foi atribuído a mulher, que a mulher é mais cuidadosa**, mais carinhosa, profissões de cuidados e tal, é, atribuído a ela. (CAIO 04).*

Problematizamos o debate trazendo o exemplo de um médico homem que fosse fazer uma operação em algum coração, perguntando se isso também não exigiria atenção e cuidado. Trazemos os comentários:

*Mas não é, o médico tem, sei lá, poder maior, por isso que **ninguém vai 'acha' estranho um cardiologista** que nem acharia **estranho um cuidador de idoso**. (BIA 08).*

*Eu não acho que seja estranho, eu acho que seja **incomum**, porque parece que 'tá' **imposto**, que tipo, 'ai', homem tem que 'se' **bruto**, mesmo. (BIA 13).*

A determinação de que mulheres são biologicamente mais atenciosas, como apontado nas falas de BIA 10 e CAIO 04, tal como a ideia de que as mulheres são naturalmente mais caprichosas, assim como a ideia de que homens são naturalmente opostos a isso, é mito. Por exemplo, homens são totalmente capazes de notarem que um ambiente está sujo e bagunçado, só não são tão cobrados e penalizados por isso, como apontam Sarah Tebaud, Leah Ruppanner, Sabino Kornrich (2019).

Sobre as profissões citadas no comentário de CAIO 04, enfermeiras e assistentes sociais, essas estão inseridas não apenas na divisão sociotécnica do trabalho, mas também na divisão sexual do trabalho. Cisne e Santos (2018, p. 151) afirmam que a predominância das mulheres como assistentes sociais não é algo espontâneo e nem natural,

[...] mas socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho patriarcal, ao imputar às mulheres uma responsabilização sobre as expressões da questão social, assim como assegurar grande parte da reprodução da força de trabalho por meio de atividades remuneradas e não remuneradas, vinculadas ao "cuidado", ao trabalho doméstico e às atividades extensivas ao mesmo [sic].

O que está por detrás da ocupação majoritariamente feminina tanto no Serviço Social, na Enfermagem e em outras profissões ligadas à ideia do cuidado, como Pedagogia e Fisioterapia, quanto do trabalho de reprodução, é a Divisão Sexual do Trabalho e toda uma ideologia patriarcal que é funcional aos interesses da classe dominante para assegurar a reprodução social (CISNE; SANTOS, 2018).

A mesma ideologia sustenta falas como a da BIA 08 que concorda que para um médico operar um coração é preciso atenção e delicadeza, características imputadas historicamente às mulheres, mas um médico não causa um estranhamento para a sociedade como um cuidador de idosos. A questão é que a Medicina tem prestígio social e não é uma profissão considerada feminina, mas a atividade de

cuidado de idosos sim, e profissões que são consideradas femininas carregam um baixo prestígio social e baixos salários (CISNE; SANTOS, 2018).

Vemos isso também quando comparamos profissões como o de cozinheiras/os e de chefs de cozinha; a primeira é majoritariamente ocupada por mulheres e dispõe de baixos salários, ao passo que em relação à segunda apenas 7% das cozinhas profissionais dos restaurantes mais renomados do país são comandados por mulheres (O TEMPO, 2022). A cozinha só é um espaço com prestígio se for fora do ambiente privado, e aí ele deixa de ser feminino.

Tivemos ainda outros relatos das e dos estudantes de como são as divisões de atividades em seus lares. Destacamos:

*Ah, na minha casa, por exemplo, 'que' 'dize', na casa da, da minha mãe e do meu padrasto, por exemplo, 'hã', ele, de um outro relacionamento ele teve três filhos, 'cujos' dois são menores de idade, e de quinze em quinze dias vão 'passa' o final de semana com ele, é, tipo assim, a minha mãe basicamente, tipo, às vezes, quando eu 'vo' 'pra' lá, eu e ela, tipo, **a gente fica responsável**, tipo, em 'estende' roupa, é, tipo, 'pega' do varal, 'guarda', coisas assim, tipo domésticas mesmo, tipo comida, 'lava' 'loça', 'seca', 'guarda', e enquanto, tipo, meu padrasto, ele come, ele empurra prato, e ele fica, tipo assim. [...] Aí depois, aí depois ele levanta, vai 'pro' sofá, liga a bela televisão, e se joga. [...] e daí quando os filhos dele, tipo, vão 'pra' lá, que tem tipo, tem almoço, tem janta, tipo café da manhã e tudo mais, **eles fazem a mesma coisa**, tipo, ele... [...] E daí tipo, mas, eu sempre, eu sempre vejo, tipo, bastante essa questão, sabe, tipo, daí quando dá a louca na minha mãe às vezes, ela fala, vai pelo menos 'bota' seu prato na pia, e não sei o quê, vai 'lava', olha **o exemplo que você dá 'pros' seus filhos**, e não sei o quê, e 'nãñã'... E daí, tipo assim, quando ele levanta, ele termina de 'come' e coloca o prato em cima da pia, **ele merece um parabéns, ele recebe um parabéns**, tipo assim... [...] É, e daí as crianças, e daí tipo, o do meio, que é um pouquinho mais velho [...] ele faz, tipo ele pega e até ajuda, tipo, a minha mãe, tipo, e eu, tipo, na 'loça', 'seca', tipo, 'lava' e 'guarda', mas o mais novo e o meu padrasto, tipo, eles só se jogam no sofá e, 'cabo' ali. (BIA 07).*

*Também, mas a minha mãe, ah, **o meu pai não faz nada**, então, a minha mãe, é muito do, do, do 'ai', tem que 'se' dividido, não é só porque é homem que tem que 'se' um 'donzelo', 'senta' lá e 'fica' de pernas 'pro' alto. [...] Ela fala isso e ela fala que ela **não vai 'cria' filho 'pra' 'fica' vivendo às 'custa' de, de, dos outros**, tem que 'aprende' 'pra' se 'vira', tipo, você não 'tá' aprendendo 'pra', entende, tipo, você 'tá' aprendendo 'pra' você, é o que você vai 'usa', então ela sempre 'ensino' isso 'pra' mim e 'pra' ele [o irmão mais novo] ... (BIA 11)*

Novamente observamos nas falas transcritas que as mulheres são compulsoriamente responsabilizadas por todo o trabalho de reprodução, inclusive de educar os meninos para que não reproduzam o comportamento dos pais de não se responsabilizarem pelas atividades da casa. Notamos em fala anterior que a BIA 07 trouxe que a mãe comandava a casa e colocava todos os integrantes da casa para

trabalharem nela. Na fala transcrita acima, podemos perceber o quão exaustivo é este processo de cobrança da mãe de BIA 07 para que o pai faça sua parte, que sequer tira o prato da mesa de forma voluntária depois de comer, e quando os enteados da mãe da BIA 07 estão na casa é ainda pior a situação porque repetem o comportamento do pai.

Trazemos isso para reforçar que, geralmente, homens não compartilham o trabalho de reprodução com as mulheres e, quando o fazem, geralmente são algumas determinadas atividades e ainda sob cobrança e grande orientação, então de qualquer maneira sobrecarregam mulheres, ainda que executem alguma atividade.

Sobre o ensino das atividades domésticas, BIA 01 trouxe:

*[...] eu acho que, observando assim por cima, acho que é por isso que minha irmã não faz tanta coisa, porque não tem mais alguém, lá, tipo, perto o tempo inteiro, **porque não tem mais ninguém em casa o tempo inteiro, 'pra' 'pode' 'fica' com ela, que ensine ela a 'faze' as coisas também**, por isso que agora ela não faz tanta coisa que nem eu fazia, quando tinha a idade dela.[...] Minha mãe faz a maior parte [atualmente], e eu, quando, quando eu posso, 'hã', só que, 'hã', a minha irmã, ela faz pouco, mal feito e nas vezes, na maioria das vezes não faz, 'hã', e meu pai, sempre que pode, ajuda, só que ele faz bastante coisa lá da, é, de fora, da agricultura, ele fica até de noite fazendo coisa, daí a gente ajuda ele também. (BIA 01).*

No comentário de BIA 01 vemos novamente a responsabilização das mulheres por ensinarem às/aos filhos a execução do trabalho doméstico. Vemos também que o pai “ajuda” nas atividades domésticas quando pode, assim como mãe e filhas ajudam na agricultura, que é o trabalho do pai, quando necessário. A mãe da estudante trabalha fora de casa também, mas ainda assim, como relatou a estudante, é a principal responsável pelas atividades domésticas.

A BIA 05 trouxe a situação da família:

*Mulher, enfim, lá em casa, quando tipo meus irm-, quando meu irmão morava com a gente, né, que meus dois irmãos 'tão' morando em estados 'diferente', né, um 'tá' trabalhando, outro estudando, enfim, agora é só eu em casa, mas antes quando meu irmão 'tava' morando comigo, é, **tinha tarefas definidas 'pra' gente**, tipo quando ele tinha que, sei lá, varria as folhas ou 'cata' o cocô da cachorra, que 'tava' no gramado, eu tinha que 'lava' 'loça', 'seca' 'loça', 'recolhe' roupa, 'estende' roupa, 'dobra' as roupas, 'guarda' as roupas, entendeu? [...] É, tipo em, em um dia que ela escolhia, ela pedia, só que meio que **quase todos os dias eu tinha que eu lá 'seca' a 'loça', 'lava' a 'loça'**, e os 'caralho' sabe, eu tinha que 'faze' mais 'coisa', **enquanto ele fazia menos, sabe.** (BIA 05).*

Perguntamos para BIA 05 o que os irmãos ficavam fazendo enquanto ela estava realizando as atividades a mais da casa:

*'Ma', 'home', nem sei, 'tava' no quarto dele, assim... [...] Não, assim, eu amo ele, ele é meu irmão favorito, né, [risos] mas, é, ele falava que 'tava' estudando 'pra' meio que 'escapa', sabe? [...] E, eu, tipo assim, ele tinha pavor de 'lava' 'loça', e eu até entendia, só que cada vez, quando, sabe quando, nossa, eu me estressava com isso, porque ele se-, tinha vez que ele sujava 'loça', mas não lavava, porque ele 'falo' que tudo bem ele 'lava' a 'loça' dele, mas ele não lavava a 'loça' às vezes, e tinha vezes, que tipo, tinha um monte, uma montanha de 'loça', em vez de ele 'lava' tudo de uma vez, **ele só lavava a dele**, eu ficava puta da cara, nossa senhora... [...] Eu, não, tipo, questionava, ah, tipo, por que que eu tenho que 'faze' mais coisa e 'tals', só que sempre que eu tipo, pedia 'pra' ele 'faze' alguma coisa, ele nunca fazia, ele sempre ou demorava muito 'pra' 'faze', ou, tipo, ele não fazia, sabe, e daí eu falava 'pra' minha mãe, mãe, ele não fez isso, daí a minha mãe, tipo, ah, eu 'vo' 'conversa' com ele depois, só que **não acontecia nada**. (BIA 05).*

A BIA 05 relata como a divisão de tarefas para meninos e meninas é pautada no que pode ser entendido como atividade de mulher e atividade de homem. Luana Simões Pinheiro (2016) estabelece que, para além da desigual distribuição do trabalho de reprodução, estudos indicam uma divisão das tarefas realizadas no âmbito domiciliar que coloca as mulheres como responsáveis por atividades que podem ser classificadas como rotineiras, menos optativas e com menos possibilidades de serem adiadas, tais como lavar roupas e louça, passar roupas, limpar a casa, cuidar dos filhos, cozinhar, tarefas que também exigem bastante tempo. Já para os homens são destinadas as atividades mais ocasionais e flexíveis que, em certa medida, também podem ser percebidas como mais prazerosas que as demais, a exemplo de pequenos reparos nas residências, cuidar do jardim, cuidar dos carros ou pagar contas.

Outro destaque que fazemos do relato de BIA 05 é o fato de o irmão ter conseguido “escapar” algumas vezes das atividades domésticas designadas a ele dizendo que estava estudando. Esta é uma estratégia que parece não funcionar muito bem para as mulheres, de forma geral, já que os dados apontam que as mulheres seguem sendo as que mais dedicam tempo ao trabalho de reprodução e também aos estudos.

De acordo com a PNAD Contínua 2019, entre a população com 25 anos ou mais, a proporção de pessoas com nível superior completo era de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres (IBGE, 2021). A PNAD também demonstrou que as mulheres jovens com idade entre 25 e 29 anos gastam cerca de 11 horas semanais a mais que homens da mesma idade em trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados (MDS/SNCF, 2023b).

Cisne e Santos (2018, p. 158) afirmam que muitas mulheres estão inseridas em um cotidiano de um trabalho intensivo, extensivo e intermitente:

Não falamos aqui em dupla jornada de trabalho ou tripla, porque não são coisas separadas. Quando falamos dupla ou tripla jornada, tendemos a não perceber a relação intermitente do trabalho. As jornadas não são isoladas ou separadas. [...] há um *continuum* do trabalho das mulheres que se insere em uma única lógica de exploração: a do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista.

Ainda sobre o comportamento do irmão de BIA 05 relatado pela estudante, chamamos a atenção para o fato de que quando ele lavava a louça eram só os itens que ele tinha usado, não era toda a louça usada pelo coletivo. Acreditamos que esse tipo de comportamento se dá – também - em virtude do que já apontamos sobre os homens não serem tão cobrados pela realização do trabalho doméstico e quando são, principalmente os jovens, a cobrança é feita na lógica da sobrevivência individual, com falas como “você precisa se virar sozinho”, raramente ou nunca com falas como “você precisa aprender isso para cuidar da sua casa e família”, frase geralmente ouvida por meninas.

Outros relatos trazidos pelas e pelos estudantes reforçam que meninos e homens jovens são privilegiados na não realização das tarefas domésticas e apontam que as/os mais velhas/os tendem a realizar mais atividades:

Eu acho que, em algumas palavras, ele [o primo que mora junto e tem 20 anos] não faz nada, ele não ajuda, sabe, e a gente tem empregada todo dia em casa, então também não precisa ‘faze’ muita coisa, mas o básico ele não faz, tipo, de ‘pega’ e ‘traze’ um prato do quarto, da sala, ‘pra’ cozinha, ‘pra’ ‘lava’... [...] Deixa no quarto, [vários alunos expressam surpresa e indignação] ele deixa no quarto, que ódio que me dá, aí tem que ‘vim’ ‘pega’ o prato do quarto, sabe, tenho vontade de ‘espatifa’ o prato na cabeça dele. [...], eu ou minha ‘vó’, ou a empregada, geralmente é uma mulher [que tira o prato do quarto do primo], ele não pode ‘faze’ nada. (BIA 13).

As meninas [irmãs mais novas] também fazem isso. [...] Tenho vontade de ‘faze’ elas ‘engoli’ o que elas deixam jogado, que não é só prato, elas deixam embalagem, às vezes resto de bolacha no quarto, aí minha mãe chega, ela não fala com elas, ela vem fala comigo, ela fala que ‘tá’ falando com todo mundo, mas ela olha ‘pra’ mim. (BIA 06).

É que sempre cai ‘pro’ mais velho, o mais novo... (CAIO 01).

Meu irmão tem nove anos, ele não faz porra nenhuma. [...] Eu até fazia alguma coisa [na idade dele]... [...] Mas o básico, tipo eu pegava uma bolacha ‘pra’ ‘come’ no sofá, eu tirava o papel de lá, não deixava o pacote lá, meu irmão deixa lá e fica mexendo no celular... [...] Ou, ou tipo, ele, assim, que ele fica de noite, lá, ele come alguma coisa lá em cima de noite, daí no outro dia, ou minha mãe, quando acorda, vai lá e tira, ou quando vem a funcionária vai lá e tira, mas ele não faz nada, ele mal, ele mal ‘que’ ‘estuda’. (CAIO 04).

Diante dessa fala, algumas estudantes comentaram:

*Tomara que vocês façam ele ‘muda’, né... [...] se ele for, e se ele for ensinado assim, não, não ‘tô’ criticando a educação, pelo amor de deus, [risos dos alunos] não estou ofendendo a sua família, mas, é, se, tipo, ele for educado assim, **quando ele ‘casa’, ele vai ‘acha’ que é obrigação dele ‘come’ e ‘deixa’ lá e quando a mulher dele ‘acorda’ ela vai lá e tira...** se ele ‘tive’ na faculdade...[...] esse é um ‘pro-’, um grande problema, assim, nos relacionamentos, eu acho né, que tipo, é ensinado, **que a mulher que sempre ‘faz’ tudo**, e aí quando você ‘casa’ tua mulher vai ‘te’ que ‘faze’ tudo ‘pra’ você também, tipo, ‘ai’, minha mãe fazia, agora a minha esposa faz. (BIA 13).*

*Não é nem a mulher dele, ele simplesmente acha que outra pessoa vai ‘pega’ por ele, assim, as ‘coisa’, **não vai nem pensa na mulher, ele só vai ‘deixa’ lá e ‘vaza’**. (BIA 06).*

As BIAs que problematizaram o comportamento do irmão de 9 anos do CAIO 04 demonstram a preocupação com os futuros homens que estão sendo educados no presente. BIA 13 coloca a responsabilidade da mudança do comportamento do menino para toda a família ao dizer “tomara que vocês façam ele ‘muda’”. A BIA 06 aponta de forma tácita que meninos e homens que têm esse comportamento de deixar algo fora do lugar e depois “magicamente” o item está no devido lugar nem chegam a pensar que quem realizou essa tarefa foi uma mulher.

Ainda sobre os homens adultos que esperam que sejam tratados como as mães os tratavam tivemos os comentários:

*Eu vejo isso [de esperar que as esposas repitam os cuidados das mães] porque depois que meu ‘vô’ faleceu, a minha ‘vó’ veio ‘mora’ com a gente, e ela ainda **mima meu pai**, e ela fica **brava com a minha mãe** se a minha mãe tipo não serve o prato do meu pai, isso é briga, e a minha mãe ‘falo’, eu não tenho filho de quarenta anos, eu **não ‘vo’ ‘servi’ o prato ‘pro’ meu marido**, e ela fica braba, porque ela queria que minha mãe fizesse tudo, porque ela foi ensinada assim, tipo, ela tem que ‘faze’ tudo, meu deus, o meu filhinho, ‘oh my god’. (BIA 13).*

*Assim, eu concordo plenamente com o que você ‘falo’, eu tenho um tio que, quando ele, tipo, ele foi ‘mora’ em Brasília, mas antes quando ele ainda morava aqui, ele sentava no sofá, e **ele gritava, eu quero comida**. [...] **E daí quando acabava, ele pegava o garfo e começava a ‘bate’ no prato**. [...] Ele batia no prato, e daí... isso ele devia ‘te’ tipo uns vinte e alguma coisa. E daí tipo, minha ‘vó’ ‘ia’ lá, pegava o prato, enchia ‘pra’ ele, colocava comida de volta no prato, e levava ‘pra’ ele de volta. [...] ela sempre ia, tipo, até hoje, ele é tipo, extremamente mimado com a minha ‘vó’, **a minha ‘vó’ também mima todos os netos dela, só tem neto menino, ela mima todo mundo**. (CAIO 04).*

Essas últimas falas da BIA 13, BIA 06 e CAIO 04 apontam o quão fundamental é seguir com a educação de gênero em toda a sociedade, não só na família. Dizemos seguir porque os avanços conquistados pelos movimentos feministas refletem nas problematizações que BIA 13 e BIA 06 fizeram do comportamento do irmão de CAIO

04, assim como vários outros posicionamentos de BIAS e CAIOS que presenciamos nos GFs que não víamos, por exemplo, quando a pesquisadora estava no ensino médio nos anos 2000. A diferença de opiniões considerando as gerações também notamos nas falas das meninas que participaram dos GFs feitas para os relatos sobre os comportamentos das avós que BIA 13 e CAIO 04 trouxeram.

Perguntamos aos meninos se faziam tarefas domésticas em casa, todos responderam que sim. Perguntamos, então, se achavam que na faixa de idade das e dos estudantes (17 a 19 anos) a distribuição das atividades entre os meninos e as meninas era de forma igualitária. Somente alguns meninos responderam e informaram que não, que as meninas faziam mais atividades. Sobre o que os meninos estão fazendo normalmente enquanto as meninas estão realizando as atividades domésticas, o estudante CAIO 02 respondeu que os meninos nem estariam em casa.

Indagamos se as e os estudantes acreditavam que as mulheres tinham pré-disposição biológica para gostar de limpar casa e de cuidar de crianças. Apresentamos abaixo na íntegra esta parte do debate realizada em um dos Grupos Focais dada a interação que aconteceu entre as/os estudantes:

- **Sim.** (BIA 02).
- **Sim.** (BIA 10).
- *Eu acho que **psicologicamente sim**, biologicamente... (CAIO 04).*
- *Não, eu acho que **biologicamente não**, que eu gosto de 'limpa' a casa. (CAIO 08).*
- *Talvez. (CAIO 04).*
- *Eu tenho pavor de 'pega' num rodo, numa 'vassora'. (BIA 06).*
- *Credo, **minha 'vó' ama 'limpa' a casa**, pelo amor de deus. (CAIO 01).*
- *Eu acho que **psicologicamente**, tipo, acabam ou sendo **induzidas** a isso, **ou gostam** mesmo, por exemplo, eu gosto de 'deixa' minhas coisas organizadas, eu não consigo, mas eu gosto, entende. (CAIO 04).*
- *Mas você acha que a gente nasce gostando ou é por que quando é pequenininha **ganha uma cozinha de presente e uma 'vassora'**, nossa, é **psicologicamente**. Por que será? (BIA 13).*
- *Não, exatamente, são **psicologicamente** induzidas a 'gosta' disso. (CAIO 04).*
- ***Inconscientemente**, isso, você ganha uma cozinha 'pra' 'lava' uma frutinha e 'faze' o almoço. (BIA 14).*
- ***Biologicamente não.** (BIA 08).*
- *'Cês' acham que gostar da maternidade é **biológico**? (PESQUISADORA).*
- *Não. (BIA 06).*
- *Não. (CAIO 08).*
- *Eu acho que a gente tem **instintos maternos**... (BIA 13).*
- *Eu acho que **sim**. (CAIO 07).*
- *Que a gente tem **instintos maternos**, assim, quando a gente, sei lá, quando engravida, vai mudando o corpo, mas não necessariamente você 'que' 'se' mãe por causa dos teus instintos, não necessariamente você é obrigada a 'quere' 'se' mãe, a 'quere' 'gera'... (BIA 13).*
- *Muitas vezes isso **só acontece, vai aceitando, né.** (BIA 02).*
- *É, tipo, 'mema' coisa de 'quere' 'cuida' da casa... (CAIO 06).*
- *Porque você não **precisa**, tipo, 'ah', eu preciso 'se' mãe 'pra' 'preenche' esse vazio dentro de mim, porque eu preciso 'se' mãe, não precisa. (BIA 14).*

- 'Cê' acha que não precisa? (PESQUISADORA).
- Não. (BIA 14)
- 'Tá', é, mas a [BIA 13] 'falo' uma coisa sobre instinto materno, né, digamos que a pessoa engravide, 'cê' acha que ela teria alguma coisa ali... (PESQUISADORA).
- É, não, eu acho que assim, em questão de sei lá, o teu corpo vai mudando, vai tendo algumas mudanças que são instinto, sei lá, tipo amamentação, mas não tipo por conta disso você 'ama', porque tem pessoas, **tem mulheres que simplesmente não querem 'se' mãe**, elas não são obrigadas a 'quere' porque o corpo delas pode 'te', pode 'gera' um filho. (BIA 13).
- Entendi. [CAIO 07] 'falo' que, achava que tinha uma coisa biológica... (PESQUISADORA).
- Pelo menos, não, não generalizando, mas perto das mulheres que eu já conheci, **quando foram mães, mudaram** sua perspectiva de vista, entende, teve mulheres que não queriam ser mães quando tiveram filho, antes de 'te' o filho, queriam, queriam 'bota' 'pra' doação... (CAIO 07).
- 'Uhum'. (PESQUISADORA).
- Mas depois resolveram 'fica' com eles. (CAIO 07).
- 'Uhum'. (PESQUISADORA).
- Teve muitos casos assim, pelo menos. (CAIO 07).
- 'Uhum'. E o contrário 'cê' nunca conheceu? (PESQUISADORA).
- De pessoas que não, que não gostavam de filhos? (CAIO 07).
- É. (PESQUISADORA).
- Sim, mas só, é a minoria. (CAIO 07).

Neste GF, diferente do outro, a pergunta sobre ser uma determinação biológica para as mulheres ou não a questão do trabalho de reprodução foi feita perto do encerramento do GF. Não houve unanimidade nas respostas, mas destacamos que para a maioria das/os estudantes que se posicionaram tanto o cuidado da casa quanto a maternidade não são determinações biológicas para as mulheres.

Perguntamos se elas e eles achavam que a divisão de tarefas no lar como relataram estava certa na visão delas/es. Três estudantes disseram que não e tivemos as manifestações:

*Não. [...] É muito **polarizado**, por isso não 'tá' certo. (BIA 14).*

*[Funciona, eu acho, colocaram na minha cabeça como... [risos] [...] Colocaram na minha cabeça como uma obrigação. [...] Porque quando eu era pequena, minha mãe, tipo, 'começo' assim, 'ah', mas 'cê' vai 'varre' o chão, daí depois, 'cê' vai 'lava' a 'loça'...[...]] É, daí quando, 'cê' vai, foi tipo **aumentando o serviço conforme a idade**. [...] Eu comecei a 'faze' tudo em casa. [...] E assim, eu vejo como uma obrigação, eu sei que se eu não 'fize', ela vai 'chega' do trabalho e vai 'fala', poxa, 'fico' o dia inteiro em casa e não fez, daí meio que tu grava na tua cabeça **que tu tem que 'faze'**. (BIA 06).*

A BIA 14 afirma que não está certo, pois é muito polarizado e, entendemos conforme as falas da estudante no GF, que sobrecarrega as mulheres. A BIA 06 diz que funciona, mas aponta que essa ideia e a obrigação da realização das atividades domésticas foram ensinadas a ela, comprovando a afirmação da BIA 14.

O último tema abordado em ambos os Grupos Focais foi o uso de eletrodomésticos nas atividades domésticas e o uso do tempo. Perguntamos inicialmente se as e os estudantes acreditavam que o uso de eletrodomésticos facilitava a realização das atividades domésticas. Todas/os disseram que sim. Houve estudantes que citaram a facilidade que o aspirador, a máquina de lavar, o micro-ondas trazem no dia a dia, pontuando que nem todo mundo tem acesso às máquinas, mas que quem tem é beneficiada/o com a facilidade que o aparelho proporciona.

*Eu acho que é uma **evolução**, cada dia mais, tempo assim vai passando, tem mais eletrodomésticos 'pra' coisas diferentes, né, então agora, tipo, tem uma certa **facilidade** 'pras' coisas e por exemplo, assim, tem agora uma máquina que vai limpando o chão sozinho, é, tem lava-roupa e seca-roupa, mas **não 'que' 'dize' que todo mundo vai ter acesso a isso.** (BIA 05).*

A estudante BIA 06 falou, inclusive, que acreditava que a máquina de lavar roupas fazia melhor esta tarefa do que se fosse feita à mão e o CAIO 01 colocou que a máquina de lavar roupas poupa horas, e até mesmos dias, de trabalho com as roupas:

*Assim, a máquina de, tu já 'lavo' 'ropa' **na mão?** [...] **Não sai limpa**, você tem que 'fica' batendo a 'ropa' até ela fica limpa, não é que faz assim, a 'ropa' fica limpa. (BIA 06).*

*Então, exatamente, **vai 'fica' o dia inteiro no tanque, e se não uns dois**, por que, que, se existe uma máquina? (CAIO 01).*

Outras estudantes argumentaram que mesmo que o serviço fosse facilitado, não deixava de ser trabalho:

***Não deixa de 'se' um serviço pesado.** [...] Que nem a minha vó, ela tinha que 'pega' a roupa e 'i' no rio, a quilômetros da casa dela... [...] E isso **'desgaste' muito a saúde dela**, tipo, fisicamente, sabe, e hoje em dia a gente tem eletrodomésticos que facilitam, mas que também, serviço não deixa de ser um serviço. (BIA 11).*

*É, tipo, não precisa, agora, 'esfrega' roupa por roupa no tanque, mas ainda é **um trabalho 'te' que 'i' lá 'lava' roupa, depois 'estende'**...[...] É, tipo, antes, era mais serviço, tipo, tinha ma-, era mais pesado, mas também, 'hã', isso antigamente, só que agora, é **menos pesado** mas tem várias, tem mais coisas, parece, 'pra' 'faze', e menos tempo. (BIA 01).*

*É, eu, tipo assim, ajuda em certas coisas, mas não substitui, é tipo assim, facilita tal tarefa específica, mas, no geral tu continua tendo que 'faze' as coisas. [...] é tipo assim, **'facilito' tal coisa, mas não substituiu o trabalho.** (BIA 09).*

Vimos, então, que ainda que as e os estudantes entendessem que os eletrodomésticos facilitavam as tarefas domésticas, o trabalho não foi substituído.

Indagamos o que era feito com o tempo economizado no uso da máquina, como por exemplo a máquina de lavar roupa como apontou o estudante CAIO 01. Obtivemos as respostas:

*Fazendo os **outros 'serviço'**. [...] Agiliza a vida, né. (BIA 06).*

***Outro serviço.** [...] 'Aí' 'cê' 'lava' 'loça'. [...] Tipo, tu **ganha tempo.** (CAIO 08).*

'Passa' pano. (CAIO 01).

*Acho que **faz mais** [serviços domésticos]. (BIA 14).*

Outras tarefas. (BIA 09).

É, outras tarefas. (BIA 01)

Passando pano, varrendo... (BIA 12)

***Outro serviço, ou não faz nada.** [...] Você acelera, você fica com tempo livre, vamos supor assim, que sem eletrodomésticos, demorava o dia todo, até oito horas da noite 'pra' você 'termina' todo o serviço da casa, com eletrodoméstico, nesse tempo, vai até as, até tipo a uma hora da tarde, você teria esse tempo livre 'pra' 'faze' 'qualque' outra coisa, você agilizaria teu serviço. (CAIO 04).*

*É aquela coisa, tipo, dá mais tempo, sobra mais tempo 'pra' tu 'faze' mais, 'pra' 'limpa' casa... [...] Tipo, deixa a 'ropa' batendo aqui, 'vo' 'passa' pano, 'vo' 'limpa' o banheiro, enquanto a 'ropa' bate, terminei de 'limpa' o banheiro, vai 'tá' pronto 'pra' 'estende' a 'ropa'. [...] **Você pode 'limpa' mais, em menos tempo, basicamente.** (CAIO 05).*

*Não, não 'faze' mais coisa, **vai 'faze' o que você já 'ia' 'faze'**. [...] Tipo, eu não 'vo' 'passa' pano depois que eu 'termina' de 'lava' 'ropa', enquanto a máquina lava 'ropa' eu 'vo' 'passa o pano. (CAIO 07).*

*Porque agora surgiu também, a, a, a jornada dupla. [...] Tipo, é, um exemplo, a minha mãe, é, coloca a roupa 'lava', antes de 'sai' de casa, e vai 'pro' trabalho, quando ela chega do trabalho... [...] Ela faz trabalho da casa, tipo, é mais uma jornada que foi colocada ali, mais um trabalho. [...] É, não por conta de 'facilita' [os eletrodomésticos], digamos assim, que você vai 'te' que 'faze', é, não 'que' 'dize' que vai, são, **adiciona mais coisas 'pra' 'mulheres 'faze'...** (BIA 04).*

A única pessoa que relatou que é possível fazer “nada” com esse tempo que é poupado foi o CAIO 04, que é um dos dois estudantes em que a família conta com a empregada doméstica. O CAIO 07 pontuou que os eletrodomésticos otimizam as atividades, mas que as pessoas seguem fazendo o que elas já fariam, com ou sem o

eletrodoméstico. Nas demais falas trazidas de estudantes de ambos os GFs foram colocados que o tempo economizado na atividade com o uso do eletrodoméstico é destinado a mais tarefas do trabalho de reprodução.

Perguntamos se com o uso dos eletrodomésticos o serviço total da limpeza da residência era finalizado em menos tempo na casa das e dos estudantes que usavam os equipamentos, e qual atividade era feita após a finalização das atividades domésticas. A maioria disse que não diminuía o tempo de serviço, e destacamos algumas falas:

*Não, tipo, e daí **minha mãe senta, mexe no celular, e daí a empregada vai 'pra' casa...** [...] não é um horário fixo, a hora que ela termina ela vai embora. (CAIO 04).*

*Quando eu morava com a minha mãe, ainda, a gente tinha uma casa bem grande, 'pra' 'limpa', a gente começava de manhã e só terminava tipo, oito da **noite, nove**, e era **minha única vontade 'come' e 'capota'**, era tipo... (BIA 13).*

*É o **dia inteiro** fazendo... (BIA 08).*

*É o dia inteiro... Às vezes a minha mãe até dorme no sofá, sabe, tipo, ela faz o serviço, e daí ela 'canso', sei lá, **nove horas da noite**, ela fez a janta, 'fomo' come, ela 'canso', 'aí' em vez de 'toma' banho, ela deita no sofá, aí depois eu desço do quarto e a minha mãe 'tá' dormindo, 'aí' eu tipo, 'vamo' 'toma' banho, lá, 'tá' dormindo, sabe. (CAIO 08).*

Pelos relatos notamos que mesmo com a utilização dos eletrodomésticos para a realização dos trabalhos nos lares, este segue cansativo e extenso, de forma que não houve a liberação das mulheres das atividades domésticas com a inserção dos eletrodomésticos no dia a dia das famílias.

Em um dos grupos foi possível, ainda, realizar uma última pergunta: “como seria a forma ideal de fazer essa divisão de tarefas domésticas, pensando nos variados tipos de família, inclusive, família de uma pessoa só?”. Destacamos as falas:

*Acho que o trabalho, um mundo onde o trabalho não tem, **não tenha um gênero atribuído**, tipo, a mulher tem que 'faze' isso, pronto, não, não é assim, não precisa 'se' uma coisa que tem que 'te' obrigatoriamente... (BIA 14)*

*É, exatamente, 'pra' mim o mundo ideal seria um que simplesmente as **tarefas fossem acordos...** [...] E que tivesse reconhecimento. [...] Eu não sei se é possível, 'reconhece' todas as, as mães ou pais que criam as crianças com **salários**, com certeza não é possível, mas eu acho que teria que 'te' um reconhecimento, que quem 'tá' em casa, geralmente é mulher, ela 'tá' lá e 'tá' formando as pessoas, que é um ponto que eu 'tava' conversando com as gurias, na sala, né, que ela tem esse, essa função, e se as mulheres parassem, o que que 'ia' se 'torna'? Como 'iam' 'se' as crianças? O que elas*

*'iam' 'faze', que serviço elas teriam 'pra' sociedade? Tem que 'te' esse reconhecimento que a mulher que 'tá' ali, geralmente, mulher, **ela é a base, ela que 'tá' formando quem vai 'trabalha', quem, o cara que vai, que 'tá' indo lá, na 'ar-', na obra 'trabalha', é a comida que ele come, é a mulher dele que 'preparo', se ele não tivesse essa comida, como que 'ia' funciona'? E eu acredito que o mundo 'ia' 'para', tipo, se simplesmente as mulheres parassem e não, porque elas não têm reconhecimento, então acho que teria que 'te' esse retorno de 'entende' que é a base da sociedade. (BIA 13).***

A estudante BIA 14 trouxe, em linhas gerais, que precisamos superar a divisão sexual do trabalho. Notamos mais uma vez na fala de BIA 13 a convergência com o que buscamos trazer neste trabalho ao abordarmos o trabalho de reprodução: as mulheres reproduzem a classe trabalhadora e isso sustenta toda a sociedade capitalista.

Perguntamos então: “e se fosse possível um salário?”. A BIA 13 e o CAIO 08 disseram que “seria legal”. A BIA 06 indagou de onde sairia o custo do salário para quem realiza o trabalho de reprodução caso ele fosse possível.

Federici (2019b) diz não só que é possível o salário, como defende que o salário para as mulheres que realizam o trabalho de reprodução é fundamental para caracterizá-lo como trabalho na sociedade capitalista, de forma que quem o realiza também compõe a classe trabalhadora e pode (deve) contribuir com a luta para a superação do sistema capitalista, buscando a construção de uma sociedade livre de exploração. De acordo com a autora,

Nesta sociedade, em que o dinheiro governa todas as nossas relações, pedir responsabilidade social é pedir que aqueles que se beneficiam do trabalho doméstico (as empresas e o Estado como “coletivo capitalista”) paguem por isso. Caso contrário, contribuimos para o mito – tão oneroso para nós, mulheres – de que educar crianças e servir aqueles que trabalham é uma questão privada e individual, e apenas a “cultura masculina” é culpada pelas formas sufocantes [e violentas] nas quais vivemos, amamos e nos reunimos. (FEDERICI, 2019b, p. 120).

Silvia Federici foi uma das fundadoras da *Internacional Wages for Housework* (Campanha Internacional por Salários para o Trabalho Doméstico), um movimento feminista fundado na Itália em 1972 que, partindo das discussões de Karl Marx sobre o capital, desenvolveu ações e análises sobre como o trabalho doméstico não assalariado, realizado predominantemente por mulheres, é uma das bases de sustentação da sociedade capitalista (FEDERICI, 2021).

Seguindo com o Grupo Focal onde debatíamos a última pergunta sobre uma divisão do trabalho de reprodução ideal, um estudante trouxe outro ponto:

Só que é uma coisa que tem que 'se' **cobrada mais dos homens**, também, porque se 'tive' uma família, dois filhos, uma mulher e um homem com a mesma idade, vai 'se' cobrada mais da mulher, por causa daquele, de, daquele negócio de atenção no que ela 'tá' fazendo, só que 'se' não for cobrado do homem, tipo, **'pra' ele 'te' atenção, 'pra' ele 'faze' aquilo, ele não vai 'faze'**. [...] Por isso que a mulher tem mais atenção, uma coisa que tem que 'se' cobrada dos homens também, geralmente a, a, mãe quando ela sai 'trabalha', tem dois filhos da mesma idade, e um home e uma mulher, ela vai 'cobra' da mulher 'faze' porque ela tem mais atenção, só que **ela nunca cobra do homem 'faze'**. (CAIO 02).

Perguntamos quem deveria fazer essa cobrança.

É a mãe. [...] Eu acho que é mãe, ou todo mundo da casa na verdade... (CAIO 02).

O estudante trouxe de início a mãe, depois refletiu um pouco e colocou que todo mundo da casa deveria cobrar dos homens para que tivessem atenção na realização das atividades domésticas.

Sugerimos: "e se os homens se autocobrassem?". Alguns meninos do GF se manifestaram dizendo que já faziam isso. A estudante BIA 08 afirmou:

O homem demora muito 'pra' 'amadurece', então... (BIA 08).

Perguntamos se as e os estudantes concordavam "que o homem demora muito para amadurecer". Todas as estudantes responderam que sim. E ainda:

- Home' **demora 'memo'**... (CAIO 07).
- **Demora**... (CAIO 05).
- 'Ô', 'ô', eu amadureci... (CAIO 02).
- 'Ah', mano... (BIA 08)
- As mulheres falaram que sim, 'cês' 'concordam', todas as meninas acham que...? (PESQUISADORA).
- **Sim**... (VÁRIAS ESTUDANTES).
- Homem demora 'pra' 'amadurece'? E vocês, meninos? (PESQUISADORA).
- Ó o tamanho da minha mentalidade. [falando com malícia; os meninos riram] (CAIO 05).
- 'Tá' vendo? (BIA 08).
- Como eu te entendo... (PESQUISADORA).
- 'Brigada', [CAIO 05] [risos das alunas] (BIA 06).
- É, 'brigada'. (BIA 13).
- Fortaleceu meus 'argumento'. (BIA 06).

Perguntamos se o grupo achava que isso de os homens demorarem para amadurecer era algo biológico. Destacamos as respostas:

Não, eu acho que tudo vai, volta 'pro' estrutural. (BIA 13).

É, tradição. (CAIO 05).

*Família **tradicional** brasileira. (CAIO 04).*

*É **tradição** o homem não 'te' que se 'preocupa' com tanta coisa tão cedo. (BIA 08).*

*É, eu acho que, a **mulher tem que se 'preocupa' com coisa mais cedo.** (CAIO 07).*

*Mas tem caso que é diferente, por isso que é incomum, por isso que elas, por isso que é **incomum 've' um 'home' fazendo mais do que a mulher em casa.** (CAIO 02).*

Quem se manifestou para esse tema foi unânime em dizer que a questão do amadurecimento masculino tardio não tem raiz biológica, mas nas relações sociais, tal como a maioria das e dos estudantes disseram não ser uma questão biológica para as mulheres a execução das atividades do trabalho de reprodução.

Conseguimos concluir os Grupos Focais dentro do tempo previsto, considerando as agendas das aulas das/dos estudantes. No entanto, em ambos os grupos, as discussões poderiam ter continuado, já que a participação das/os estudantes foi bastante ativa.

Da análise da transcrição dos Grupos Focais tivemos como resultado, portanto, que há um entendimento geral das e dos estudantes que as relações de gênero são de fato socialmente construídas, de maneira que podem ser transformadas.

Vimos também que as e os estudantes têm a percepção de que as meninas e as mulheres são as mais cobradas pelas atividades do trabalho de reprodução, destacando as atividades domésticas e o cuidado das crianças, não só de filhas/os, uma vez que observamos nos relatos situações de cuidados com primos/as, irmãs/ãos e netas/os.

Em vários momentos a cobrança das mulheres para que realizem os trabalhos de reprodução e as situações de violências estiveram presentes no mesmo relato, demonstrando que há relações entre a divisão sexual do trabalho e a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

Como defendemos, a própria divisão sexual do trabalho já violenta mulheres uma vez que elas (nós) são sobrecarregadas com o trabalho intermitente, exploradas, e não conseguem viver seus direitos básicos em plenitude, como o descanso (quando é que mulheres que fazem o trabalho de reprodução descansam?) e o lazer, que sequer apareceu nos relatos das e dos estudantes.

Por fim, a análise dos GFs mostrou que maioria das e dos estudantes percebem que a utilização de eletrodomésticos facilita as atividades do dia a dia nas casas, mas não substitui o trabalho. Como muitos apontaram, essa facilidade que o uso de eletrodoméstico proporciona economiza um tempo que geralmente é investido em mais atividades domésticas, portanto, o trabalho doméstico é facilitado, mas também aumentado.

As e os estudantes demonstraram em seus relatos que a ideia vil de que as mulheres só têm um lugar de subalternidade e servidão na sociedade ainda resiste e em alguns momentos as/os próprias/os estudantes reproduziram, ainda que sutilmente, como por exemplo quando foi abordado o tema da obrigatoriedade da maternidade. No entanto, as/os estudantes comprovaram que as ideias de novas consciências e juventudes que têm sido há décadas construídas com um imenso esforço dos movimentos feministas, da classe trabalhadora, da educação que emancipa e dos movimentos que tratam de outros segmentos marginalizados, buscando uma sociedade livre de opressões, têm gerado frutos – torcemos - sólidos. Apesar das tentativas de retrocesso, o novo sempre vem.

6 CONSIDERAÇÕES (NADA) FINAIS: SOBRE AMÉLIAS, BIAS, CAIOS E O ALÉM DE NOSSOS PAIS

A Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres são temas de estudo que acumulam um grande quantitativo de pesquisas, produções acadêmicas e estão longe de serem esgotados.

Quando pensamos este trabalho em 2021 durante o desenvolvimento do mestrado em Tecnologia e Sociedade, na linha do programa de Tecnologia e Trabalho, observamos que era necessário trazer o debate das duas categorias relacionadas, pois havia pouca produção acadêmica nesta configuração. Como apresentamos, o trabalho de reprodução, consequência da Divisão Sexual do Trabalho moldada na era capitalista, sequer é reconhecido como trabalho, sustenta toda a sociedade e se mantém sendo violentamente imposto de várias formas às mulheres, sendo essas violências perpetradas no âmbito privado e público.

As teorias apresentadas neste trabalho deram conta de discutir o que pretendíamos, que há relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra as Mulheres, e essas relações são atravessadas, indubitavelmente, pela intersecção entre classe, raça/etnia e o cisheteropatriarcado. Aprofundar a discussão dessas relações, identificá-las e categorizá-las é um trabalho mais profundo que acreditamos que precisa ser realizado para gerar mais materialidade sobre o tema e seguir subsidiando políticas públicas e ações de enfrentamento às violências contra as mulheres. Ao que nos consta até o momento, essa identificação é inédita, de maneira que deixamos a sugestão para trabalhos futuros.

Para observarmos a teoria apresentada reproduzida no cotidiano das mulheres, inicialmente desenvolvemos o projeto de pesquisa considerando que seria realizada com mulheres já em fase adulta. Porém, devido às mudanças de trabalho e de cidade da pesquisadora no segundo trimestre de 2022, o projeto precisou ser repensado e adaptado ao novo espaço de trabalho da pesquisadora, no IFPR Campus Avançado Barracão, desenvolvido apenas com estudantes adolescentes.

Sendo a violência contra as mulheres um tema bastante sensível para se trabalhar com pessoas adultas, com adolescentes a nossa maior preocupação era alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos sem causar grandes sofrimentos às/aos estudantes, de maneira que chegamos a dois instrumentos de coleta de dados que proporcionavam anonimato e uma interação mais leve com as/os estudantes.

Inclusive nos Grupos Focais houve momentos de tensão pelo tema tratado, mas também muitas risadas e momentos de falas indignadas, mas que foram colocadas de forma descontraída.

A escolha dos instrumentos foi acertada e os resultados surpreenderam no sentido que, mesmo partindo de adolescentes que ainda não vivenciaram experiências que os anos trazem, como as responsabilidades de uma relação conjugal, trabalho em tempo integral e outras da vida adulta, as discussões, de forma geral, sustentaram o objetivo social deste trabalho: relacionar a DST e VDICM de maneira a evidenciar que são dependentes e o enfrentamento das violências contra as mulheres precisa considerar esta correlação.

Conseguimos, portanto, alcançar nosso objetivo através da identificação da presença e a tipologia da VDICM nos núcleos familiares das e dos estudantes pesquisadas/os; da análise das condições do trabalho doméstico e de reprodução desenvolvidos nos lares das e dos participantes, observando as tensões familiares em virtude da DST nesses espaços, trazendo para o debate as violências que perpassam essas tensões e o uso dos artefatos tecnológicos (eletrodomésticos) relacionado ao uso do tempo; e da discussão em todo trabalho sobre a VDICM ser um dos instrumentos utilizados socialmente para manter a DST.

Ficou evidente que as Amélias vêm sendo desconstruídas há décadas. A verdade é que nunca na história a opressão de mulheres foi algo sem resistência, e cada caminho aberto com luta e sangue possibilita que as nossas Bias, e também os Caios, possam se manifestar no presente e exigir novas configurações sociais, seguindo a luta que não para.

Para termos uma ideia do quanto ainda falta caminharmos, apenas neste ano, 2023, a tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal. Desde 2021 a “legítima defesa da honra” não podia ser usada em nenhuma fase do processo penal, nem durante o julgamento perante o Tribunal do Júri, sob pena de nulidade. No entanto, a cautelar só foi confirmada este ano (STF, 2023).

Um dos caminhos possíveis que podem substantivamente contribuir para a diminuição da responsabilização das mulheres brasileiras pelo trabalho de reprodução e, por consequência, a diminuição da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres, uma vez que entendemos que estão relacionadas, é a criação de políticas públicas efetivas voltadas para o trabalho de reprodução.

Essas políticas vêm sendo pensadas há anos e precisávamos que o debate chegasse à esfera do Governo Federal, sugestão que deixaríamos como consideração deste trabalho.

Porém, depois de anos de retrocessos desde o golpe contra a presidenta Dilma Roussef, em 2016, e os nefastos anos que sobrevivemos no período de desgoverno do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2023 voltou à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, nos trazendo esperança e caminhos para novos diálogos.

Em 1º de janeiro de 2023, Lula, presidente democraticamente eleito, recebeu a faixa presidencial de representantes de vários segmentos sociais: Francisco Carlos do Nascimento, uma criança negra de 10 anos; Aline Sousa, de 33 anos, mulher negra catadora de recicláveis; cacique Raoni Metuktire, líder indígena de 90 anos, da aldeia Kraimopry-yaka; Wesley Viesba Rodrigues Rocha, de 36 anos, metalúrgico do ABC Paulista; Murilo de Quadros Jesus, de 28 anos, professor; Jucimara Fausto dos Santos, cozinheira; Ivan Baron, jovem potiguar que tem paralisia cerebral e é referência na luta anticapacitista; e Flávio Pereira, de 50 anos, artesão (VILELA, 2023). Esse ato não foi apenas simbólico, mas a reafirmação do compromisso do Presidente Lula com o povo brasileiro.

Fruto deste compromisso, o governo Lula iniciou o mandato com a criação de ministérios inéditos, dentre eles, o Ministério das Mulheres (MM) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), este último integrando esta pesquisadora enquanto Assistente Social à equipe de servidores na Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, desde agosto de 2023 em Brasília-DF.

Os ministérios vêm desenvolvendo diversos trabalhos em parceria entre si e também com outros ministérios. Um deles é a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados, instituído pelo Decreto Nº 11.460, de 30 de março de 2023 (BRASIL, 2023). As competências deste GTI são:

Art. 2º Ao Grupo de Trabalho Interministerial compete:

- I - formular diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no País, que inclua a identificação das políticas, dos programas e dos serviços existentes relativos à oferta e às necessidades de cuidados;
- II - elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados, com a indicação de seus princípios, suas orientações e seus objetivos; e
- III - elaborar a proposta do Plano Nacional de Cuidados [...].

O GTI está sob coordenação conjunta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Ministério das Mulheres. É composto por 17 órgãos da administração federal, dentre eles o MPI, que juntos construirão a Política Nacional de Cuidados, que tem como missão a garantia dos direitos tanto das pessoas que necessitam de cuidados, quanto das pessoas que cuidam, com especial atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia e territoriais, além de promover as mudanças necessárias para uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados (MDS, 2023).

Como servidora integrante do MPI, esta pesquisadora tem participado das discussões da Política Nacional de Cuidados, instrumentalizada inclusive pelos debates proporcionados por esta dissertação. Assim, a sugestão sobre as políticas públicas para o trabalho de reprodução já está sendo efetivamente realizada. Trabalharemos para que as próximas gerações possam experimentar novas configurações do trabalho de reprodução como política pública, e, esperamos, que as ações impactem na diminuição da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- AI! QUE SAUDADES da Amélia – Ataulfo Alves e Mario Lago. **Canto da MPB**, c2022. Disponível em: <https://cantodampb.com/ai-que-saudades-da-amelia-samba-de-ataulfo-alves-e-mario-lago-1942/>. Acesso em: 23 set. 2023.
- ALVES, Clarissa Cecilia Ferreira. **Trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado**. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.
- AMÉLIA existiu? Fantástico revela história por trás da música. **Fantástico**, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/06/amelia-existiu-fantastico-revela-historia-por-tras-da-musica.html>. Acesso em: 23 set. 2023.
- AMERICANAS. TVC Renata 15S V5. YouTube, 05 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n6RkQCsRJB8&t=14s>. Acesso em: 29 set. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Live com Ricardo Antunes: trabalho remoto e a precarização do ensino**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hoc-XwKQ7kg>. Acesso em: 09 de set. 2021.
- ASSIS, Brenda. Mulher apanha após o marido chegar em casa e a janta não estar pronta na Capital: Ela disse que não preparou a comida pois na residência não tinha arroz. **JD1 Notícias**, 28 abr. 2022. Polícia. Disponível em: <https://www.jd1noticias.com/policia/mulher-apanha-apos-o-marido-chegar-em-casa-e-a-janta-nao-estar-pronta/102985/>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRACÃO (PARANÁ). In: Google Maps, 2023. Disponível em: <https://goo.gl/maps/LzNCnbCSHU9NBnNT9>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BARRACÃO (PARANÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Barrac%C3%A3o_\(Paran%C3%A1\)&oldid=63356449](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Barrac%C3%A3o_(Paran%C3%A1)&oldid=63356449). Acesso em: 24 mar. 2023.
- BELO, Fayda. **Justiça para todas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 11.460, de 30 de março de 2023** - Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados. 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11460.htm.

Acesso em 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** – Lei Maria da Penha. 2006.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 21 set. 2021.

BERWIG, Solange Emilene. Violência Intrafamiliar: uma aproximação ao tema. In: GROSSI, Patricia Krieger; FONSECA JR., Roberto da Cruz; DUARTE, Joana das Flores (Orgs.). **Expressões de violência**: experiências de intervenção e pesquisa em serviço social. Curitiba: Appris, 2017.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRITO, Carolina; CHIES-SANTOS, Ana L; BARBOSA, Marcia C. Efeito "Rodrigo Hilbert": a super-capitalização da mão-de-obra masculina. **O Globo**, 08 mar. 2020. Ciência & Matemática. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-matematica/post/efeito-rodrigo-hilbert-super-capitalizacao-da-mao-de-obra-masculina.html>. Acesso em 19 out. 2023.

BUENO, Samira; et al. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Marília Gomes de. Excertos sobre tecnologia, diversidade cultural e gênero. In: KOMINEK, Andréa Maila Voss; QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro; GARCIA, Nilson Marcos Dias (Orgs.). **PPGTE 25 anos**: histórias, conversas e imagens. 1. ed. Curitiba: EDUTFPR, 2022.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

CORRÊA, Avani Maria de Campos; OLIVEIRA, Guilherme de; OLIVEIRA, Anny Carolina de. O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, p. 34-47, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/41/32>. Acesso em: 19 jul. 2022.

COSTA, Maricelly. **Violência e capitalismo**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

COVOLAN, Nadia Terezinha; CARVALHO, Marília Gomes de. Usos do tempo e tecnologias no espaço doméstico: um olhar de gênero. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos-PR, vol. 7, n. 2, p. 10-21, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/40714/24907>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CUIDAR, VERBO COLETIVO: episódio 2: **violência doméstica na pandemia**. Entrevistada: Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira. Entrevistadoras: Bruna Angotti e Regina Vieira. [S. l.]: mai. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/01UWcNIttN5ctWACqHUMfC>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENNES, Júlia. Mulher apanha do companheiro por causa de sal no macarrão no interior de Minas: Vítima contou que o homem bateu a cabeça dela na parede e tentou jogá-la no fogo; suspeito fugiu do local. **R7 Minas Gerais**, Minas Gerais, 06 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/mulher-apanha-do-companheiro-por-causa-de-sal-no-macarrao-no-interior-de-minas-06072022>. Acesso em: 21 jul. 2022.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Sílvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019b.

FERREIRA, Bia. **Bia Ferreira - Não Precisa Ser Amélia - Ao Vivo no Estúdio Showlivre** por Vento Festival. Showlivre. YouTube, 24 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eafn3B5KVII>. Acesso em: 13 out. 2023.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2023**. 17º Ed. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP; DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 4º Ed. Sumário Executivo. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-sumario-executivo.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

FORNARI, Lucimara Fabiana et al. Domestic violence against women amidst the pandemic: coping strategies disseminated by digital media. **Revista Brasileira de**

Enfermagem [online]. 2021, v. 74, n. Suppl. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico feminista**. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz; PASSOS, Rachel Gouveia. Ensaio acerca da notificação da violência doméstica contra as mulheres: a realidade dos municípios de São Gonçalo e Niterói. In: FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs.). **Políticas públicas, gênero e violência: contribuições para o serviço social**. Campinas: Papel Social, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, Bela. **Quem Vai Fazer Essa Comida?: Mulheres, trabalho doméstico e alimentação saudável**. São Paulo: Elefante, 2023.

GODOY, Denyse. Governo reduz IPI de eletrodomésticos. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de abr. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1804200902.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Veronica *et al.* Orgs. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Folheto. n. 38 2. ed. IBGE: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Comissão de Acompanhamento e Controle da Propagação da covid-19 emite comunicado**. Notícias. COVID-19. Curitiba, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/comissao-de-acompanhamento-e-controle-da-propagacao-da-covid-19-emite-comunicado/> . Acesso em: 23 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Resolução nº 66, de 13 de dezembro de 2018**. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao

[_visualizar&id_documento=139896&id_orgao_publicacao=0](#). Acesso em: 16 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – CAMPUS AVANÇADO BARRAÇÃO (IFPR - BARRAÇÃO). **Campus Avançado Barracão**. 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/barracao/institucional/campus-avancado-barracao/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Perfil do município de Barracão**. 2021. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=151&btOk=ok#me. Acesso em: 26 mar. 2023.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

KOLLER, Sílvia; DE ANTONI, Clarissa. Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. 2001, 53. 38-53. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297497178_Grupo_focal_Metodo_qualitativo_de_pesquisa_com_adolescentes_em_situacao_de_risco. Acesso em: 16 jul. 2022.

LUZ, Nanci Stancki da. Violência contra a mulher: um desafio à concretização dos direitos humanos. In: LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Construindo igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2009.

LUZ, Nanci Stancki. CASAGRANDE, Lindamir Salete (org.). **Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual no trabalho**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2068/8/generodiversidadedivisaosexual.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). MDS coordena a elaboração da Política Nacional de Cuidados com foco na valorização da mulher. MDS, 08 mar. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-coordena-a-elaboracao-da-politica-nacional-de-cuidados-com-foco-na-valorizacao-da-mulher#:~:text=Assim%2C%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,igualit%C3%A1ria%20do%20trabalho%20de%20cuidados>. Acesso em: 22 out. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - SECRETARIA NACIONAL DA POLÍTICA DE CUIDADOS E FAMÍLIA (MDS/SNCF). **Nota Informativa Nº 2/2023**: Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado. Brasília: MDS. 2023a. 13 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - SECRETARIA NACIONAL DA POLÍTICA DE CUIDADOS E FAMÍLIA (MDS/SNCF). **Nota Informativa Nº 4/2023**: Estudar, trabalhar, cuidar: Jovens e o trabalho de cuidados no Brasil. Brasília: MDS. 2023b. 22 p. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_4.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. PNAD Outras formas de trabalho. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 28 set. 2023.

O TEMPO. Maioria na cozinha de casa, mulheres são 7% das chefs em restaurantes renomados. **Portal O Tempo**, 28 out. 2022. Economia. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/maioria-na-cozinha-de-casa-mulheres-sao-7-das-chefs-em-restaurantes-renomados-1.2756003>. Acesso em: 21 out. 2023.

ONU Brasil. **O professor que ajuda a desconstruir masculinidades**. ONU Brasil. YouTube, 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ov4LVn6XTM>. Acesso em: 13 out. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

PORTAL CATARINAS. Por que mulheres não deveriam votar em Bolsonaro? Confira 95 motivos. **Catarinas**, 29 set. 2022. Notícias. Disponível em:

<https://catarinas.info/por-que-mulheres-nao-deveriam-votar-em-bolsonaro-confira-95-motivos/>. Acesso em: 18 out. 2023.

REIS, Toni. CAZAL, Simón. **Manual de comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. Disponível em:

https://www.redgaylatino.org/redgaylatino_images/manuales/manualcomu.pdf.

Acesso em: 25 fev. 2023.

RODRIGUES, Maria Cristina Paulo; PESSANHA, Elina. Mulheres, trabalho e direitos. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, 2023. Disponível em:

<https://blogbvps.com/2023/03/10/ocupacao-mulheres-2023-mulheres-trabalho-e-direitos-por-maria-cristina-paulo-rodrigues-e-elina-pessanha/>. Acesso em 25 set.

2023.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **Cadernos de Pesquisa**. v. 45, n. 158, p. 944–968, out. 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/198053143364>. Acesso em: 16 out. 2023.

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SENADO FEDERAL. **Estatuto da criança e do adolescente**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, Barbara Antunes da. Lugar de mulher: patriarcado, capitalismo, violência contra a mulher e educação. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, XVI., 2018, Universidade Federal do Espírito Santo. Anais [...]. Vitória-ES: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2019a. v. 1, Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22691>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, Bárbara Antunes da. **Por detrás dos sorrisos**: o impacto da violência doméstica e familiar na vida acadêmica das estudantes da UFPR Litoral. 2019. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Litoral, Matinhos, 2019b. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66655>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SILVA, Gardene Lima; MESQUITA, Luana Marques. O Adoecimento Psicológico em Mulheres e a Relação com a Violência Psicológica na Cidade de Imperatriz-MA. **ID on line. Revista de psicologia** [online]. 2023, v. 17, n. 66, p. 443-467. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3748/5786>. Acesso em 09 out. 2023.

SILVA, Patrícia Cleci Pinto e. **Crimes no ambiente doméstico na Comarca de Barracão-PR**. Destinatário: Barbara Antunes da Silva. Barracão, 17 nov. 2021. 1 mensagem *WhatsApp* pelo contato do Fórum de Barracão (49 3644-1074).

SOF Sempreviva Organização Feminista. **Sem parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2022, n. 144, pp. 213-232. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Mês da Mulher: STF derruba uso de tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio. **Supremo Tribunal Federal**, 08 mar. 2023. Notícia. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503655&ori=1>. Acesso em: 22 out. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

TEBAUD, Sarah; RUPPANNER, Leah; KORNRICH, Sabino. Homens enxergam a bagunça – só não são julgados por ela. **Nexo**, 12 jul. 2019. Externo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/07/12/Homens-enxergam-a-bagun%C3%A7a-%E2%80%93-s%C3%B3-n%C3%A3o-julgados-por-ela>. Acesso em: 20 out. 2023.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais).

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. 1. ed. e-book do Kindle. São Paulo: Brasiliense, 2017. (Primeiros Passos).

TENORIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção**: entre a polícia e as políticas. Campinas: Papel Social, 2018.

TORRES, Cibele Almeida; BESERRA, Eveline Pinheiro; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Relações de gênero e vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis: percepções sobre a sexualidade dos adolescentes. **Escola Anna Nery** [online]. 2007, v. 11, n. 2, p. 296-302. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452007000200017>. Acesso em: 16 jul. 2022.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2009, v. 19, n. 3, p. 777-796. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>. Acesso em: 16 jul. 2022.

TV DA FRONTEIRA. **PAPO ABERTO #14**: 1ª caminhada do meio-dia, pela vida e pelo fim da violência contra as mulheres. Barracão: TV da Fronteira, 2023. 1 vídeo (1h08min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iBICngdaHJM&t=1993s>. Acesso em: 12 ago. 2023.

UTFPR. **PPG Tecnologia e Sociedade**. Tecnologia e Trabalho. 2022. Página sobre a linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho do Programa de Pós-graduação Tecnologia e Sociedade da UTFPR. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/stricto-sensu/ppgte/sobre/tecnologia-e-trabalho>. Acesso em: 11 de mar. 2023.

VARIKAS, Eleni. Gênero: um conceito itinerante. In: VARIKAS, Eleni. **Pensar o sexo e o gênero**. Campinas: Editora Unicamp, 2019, p. 17-53.

VILELA, Pedro Rafael. Saiba quem são as pessoas que entregaram a faixa presidencial a Lula. **Agência Brasil**, 01 jan. 2023. Política. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/saiba-quem-sao-pessoas-que-entregaram-faixa-presidencial-lula#:~:text=Coube%20a%20Aline%20receber%20a,e%20tem%20grande%20reconhecimento%20internacional>. Acesso em: 22 out. 2023.

APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa


Questionário VDICM

Olá, estudante formanda/o do IFPR Campus Avançado Barracão.

Este formulário diz respeito ao momento "A) Questionário VDICM" da pesquisa **As relações entre a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Doméstica e Intrafamiliar Contra Mulheres**, desenvolvida por Barbara Antunes da Silva e a profa. Dra. Lindamir Salete Casagrande, mestranda pesquisadora e orientadora, respectivamente, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR).

Você só deve respondê-lo se aceitar participar da pesquisa e tiver entregado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Consentimento Para Uso de Imagem e Som de Voz (TCUISV) assinados, assim como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) quando cabível.

Lembramos que sua participação é voluntária e você pode desistir do questionário a da pesquisa a qualquer momento.

 barbara.silva@ifpr.edu.br (não compartilhado) [Alternar conta](#)



1. De qual turma formanda você é?

- Administração (4º ADM)
- Informática (3º INFO)

2. Você se identifica com qual sexo?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder
- Outro:



24/09/2022 12:52

Questionário VDICM

3. Qual a sua identidade racial?

- Preta/o
- Parda/o
- Indígena
- Asiática/o
- Branca/o
- Prefiro não responder

4. Você acha que sabe o que é violência contra as mulheres?

- Sim
- Não
- Talvez
- Prefiro não responder

5. No convívio diário onde você reside, com qual frequência você sofre:

| | Às vezes | Sempre | Nunca | Prefiro não responder |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Agressão verbal (gritos/ofensas) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Agressão física | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Outros tipos de agressões | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |



24/09/2022 12:52

Questionário VDICM

6. No convívio diário onde você reside, com qual frequência ocorre:

| | Às vezes | Sempre | Nunca | Prefiro não responder | Não convivo com pessoas desse sexo |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Agressão verbal (gritos/ofensas) com outras pessoas da casa do sexo masculino | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Agressão verbal (gritos/ofensas) com outras pessoas da casa do sexo feminino | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Agressão física com outras pessoas da casa do sexo masculino | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Agressão física com outras pessoas da casa do sexo feminino | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Outros tipos de agressões com pessoas do sexo masculino | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Outros tipos de agressões com pessoas do sexo feminino | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |



24/09/2022 12:52

Questionário VDICM

7. Caso ocorra agressões no seu convívio diário, essas agressões partem mais de:

- Uma ou mais pessoas do sexo masculino
- Uma ou mais pessoas do sexo feminino
- Dos dois sexos da mesma forma
- De ambos os sexos, mas mais do masculino
- De ambos os sexos, mas mais do feminino
- Não sei dizer
- Não ocorrem
- Prefiro não responder

8. A(s) pessoa(s) que realiza(m) as agressões é(são) (marque mais de uma se necessário):

- Familiar
- Pessoa próxima a família
- Pessoa estranha a família
- Prefiro não responder
- Não ocorrem agressões no meu convívio diário

9. Você diria que as agressões também partem de você?

- Às vezes
- Sempre
- Nunca
- Prefiro não responder



24/09/2022 12:52

Questionário VDICM

10. Gostaria de falar alguma coisa sobre violência doméstica ou relatar algum episódio que você presenciou, ou ainda manifestar sua opinião sobre o tema?

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em IFPR. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários



APÊNDICE B - Roteiro Grupo Focal

GRUPO FOCAL – ROTEIRO

PREPARAÇÃO

- Preparar círculo com cadeiras conforme número de participantes.
- Preparar a mesa e o notebook que a assistente de pesquisa utilizará.
- Colocar gravador e/ou celular no centro.
- Reapresentar a dinâmica e realizar a pactuação das regras de convivência. (Reforçar que a participação é voluntária, podendo a/o estudante desistir de seguir com a pesquisa a qualquer momento. Reforçar também que o espaço é seguro para manifestação de pensamentos, acordar o sigilo das falas e acordar cordialidade e respeito com as/os colegas. Reforçar que se necessário o psicólogo está à disposição para o acolhimento imediato).

ORIENTAÇÃO

A mediadora iniciará os trabalhos com a pergunta: é obrigação da mulher o serviço da casa e de cuidar dos filhos?

As/os participantes serão convidadas/os a conversarem sobre esta pergunta. Conforme as respostas surgirem, serão inseridas algumas das perguntas (ou relativas), a depender de como o Grupo Focal se desenvolva:

- Vocês acham que o serviço de casa é um trabalho?
- Vocês acham que o cuidado de crianças por pessoas da família é um trabalho?
- É sabido que as mulheres são as maiores responsáveis pelas atividades do lar e cuidado com os filhos. Como vocês acham que isso aconteceu em nossa sociedade?
- Se essas atividades de cuidado do lar e de crianças não são cumpridas, o que vocês acham que acontece?
- Vocês acham que os homens ajudam as mulheres nas tarefas de casa e cuidados com os filhos? Como vocês acham que acontece essa divisão de “quem faz o que”?
- De quem vocês acham que é a responsabilidade das tarefas do lar?
- Na sua casa quem é responsável pelas atividades domésticas? Isso é correto? Qual sua participação nessas atividades?

- Vocês acham que o uso de eletrodomésticos facilita a realização de atividades domésticas? Por quê?

FINALIZAÇÃO

- Perguntar se todas/os estão bem;
- Colocar que o atendimento psicossocial está à disposição;
- Reforçar que os dados coletados serão utilizados especificamente para o trabalho acadêmico;
- Agradecer a participação.

ANEXO A - Troca de Aulas

Novo horário - início em 07/11

1 mensagem

Mario Victor Vilas Boas <mario.boas@ifpr.edu.br> 3 de novembro de 2022 às 16:59
Para: Simone da Silva Castro <simone.castro@ifpr.edu.br>, Artur Monteiro da Costa <artur.costa@ifpr.edu.br>, Mario Victor Vilas Boas <mario.boas@ifpr.edu.br>, Yohana Diel Saheli <yohana.saheli@ifpr.edu.br>, Jovane Gonçalves Dos Santos <jovane.santos@ifpr.edu.br>, Rafaela Marques Rafael <rafaela.rafael@ifpr.edu.br>, Fernando Prestes de Souza <fernando.prestes@ifpr.edu.br>, João Luciano Bandeira <joao.bandeira@ifpr.edu.br>, Paulo Sergio Balbino Miguel <paulo.miguel@ifpr.edu.br>, Jean Carlos Herpich <jean.herpich@ifpr.edu.br>, Joaquim José Honório de Lima <joaquim.lima@ifpr.edu.br>, Jonatan Willian Daniel <jonatan.daniel@ifpr.edu.br>, Cicera Andreia de Souza <cicera.souza@ifpr.edu.br>, Raquel Teodoro Da Silva Onevetch <raquel.teodoro@ifpr.edu.br>, Fernanda Marchione Grave <fernanda.grave@ifpr.edu.br>, Raquel Rodrigues Teixeira Benevides <raquel.benevides@ifpr.edu.br>, Marisa - Administração <marisa.cora@ifpr.edu.br>, Valdenir Iotti <valdenir.iotti@ifpr.edu.br>, BARBARA ANTUNES DA SILVA <barbara.silva@ifpr.edu.br>, Marco Aurélio Pereira de Sousa <marco.sousa@ifpr.edu.br>, Sandra Fatima Duarte Smiderle <sandra.smiderle@ifpr.edu.br>

Prezados, boa tarde.

Apresento em anexo o novo horário que terá início no dia 07/11.

São pequenas alterações para adequar as aulas à chegada do novo servidor, Maicon, que irá ministrar as disciplinas de Português.


à disposição.

Atenciosamente,

--



Mario Victor Vilas Boas
Professor de Física
Instituto Federal do Paraná - Campus Avançado [Barracão](#)
[BR 163, 2115 - Barracão/PR](#)
(49) 3644-4251

 **Versão 10 - 07 de novembro.pdf**
133K

3º INFORMÁTICA

| | Segunda-feira | Terça-feira | Quarta-feira | Quinta-feira | Sexta-feira |
|----------------|------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------|
| 07:30 às 08:15 | PROGRAMAÇÃO WEB II Joaquim | MATEMÁTICA Fernanda | PORTUGUÊS Maicon | QUÍMICA Raquel Benevides | SOCIOLOGIA Jovane |
| 08:15 às 09:00 | PROGRAMAÇÃO WEB II Joaquim | MATEMÁTICA Fernanda | PORTUGUÊS Maicon | QUÍMICA Raquel Benevides | ESPAÑHOL Rafaela |
| 09:00 às 09:45 | MATEMÁTICA Fernanda | BIOLOGIA Paulo | PORTUGUÊS Maicon | HISTÓRIA Fernando | ESPAÑHOL Rafaela |
| 09:45 às 10:00 | INTERVALO | INTERVALO | INTERVALO | INTERVALO | INTERVALO |
| 10:00 às 10:45 | MATEMÁTICA Fernanda | BIOLOGIA Paulo | ENGENHARIA DE SOFTWARE Artur | HISTÓRIA Fernando | ESPAÑHOL Rafaela |
| 10:45 às 11:30 | ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO Joaquim | FÍSICA Mario | ENGENHARIA DE SOFTWARE Artur | GEOGRAFIA João Luciano | GERENCIAMENTO DE PROJETOS Raquel Teodoro |
| 11:30 às 12:15 | ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO Joaquim | FÍSICA Mario | FILOSOFIA Jean | GEOGRAFIA João Luciano | GERENCIAMENTO DE PROJETOS Raquel Teodoro |
| 13:15 às 14:00 | -- | ORIENTAÇÃO PARA ESTÁGIO | -- | -- | -- |
| 14:00 às 14:45 | -- | LEGISLAÇÃO E ÉTICA Jean | -- | -- | -- |
| 14:45 às 15:30 | -- | LEGISLAÇÃO E ÉTICA Jean | -- | -- | -- |
| 15:30 às 15:45 | -- | INTERVALO | -- | -- | -- |
| 15:45 às 16:30 | -- | - | -- | -- | -- |
| 16:30 às 17:15 | -- | - | -- | -- | -- |
| 17:15 às 18:00 | -- | - | -- | -- | -- |

4º ADMINISTRAÇÃO

| | Segunda-feira | Terça-feira | Quarta-feira | Quinta-feira | Sexta-feira |
|----------------|---------------------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| 07:30 às 08:15 | MATEMÁTICA Fernanda | ADM. PRODUÇÃO Simone | TCC Fernando | SOCIOLOGIA Jovane | EMPREENDEDORISMO Raquel Teodoro |
| 08:15 às 09:00 | MATEMÁTICA Fernanda | ADM. PRODUÇÃO Simone | TCC Fernando | HISTÓRIA Fernando | EMPREENDEDORISMO Raquel Teodoro |
| 09:00 às 09:45 | GESTÃO DE LOGÍSTICA Raquel Teodoro | ADM. PRODUÇÃO Simone | FILOSOFIA Jean | FÍSICA Mario | EMPREENDEDORISMO Raquel Teodoro |
| 09:45 às 10:00 | INTERVALO | INTERVALO | INTERVALO | INTERVALO | INTERVALO |
| 10:00 às 10:45 | GESTÃO DE LOGÍSTICA Raquel Teodoro | ESTÁGIO Raquel Teodoro | ADM. FINANCEIRA Marisa | QUÍMICA Raquel Benevides | GEOGRAFIA João Luciano |
| 10:45 às 11:30 | GESTÃO DE LOGÍSTICA Raquel Teodoro | ESTÁGIO Raquel Teodoro | ADM. FINANCEIRA Marisa | ESPAÑHOL Rafaela | PORTUGUÊS Maicon |
| 11:30 às 12:15 | - | ESTÁGIO Raquel Teodoro | BIOLOGIA Paulo | ESPAÑHOL Rafaela | PORTUGUÊS Maicon |